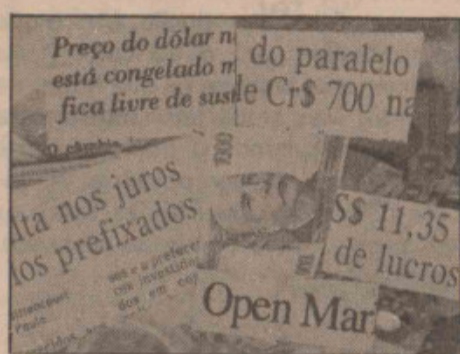
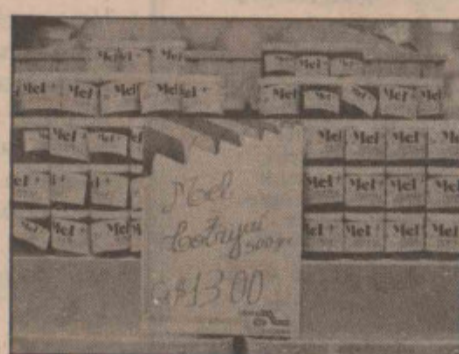




A inflação é atacada e ganham força o trabalho e a produção



Desaparece o cruzeiro e fica sepultada a especulação financeira



Preços ficam congelados. Estabiliza-se o poder de compra do povo

A ARTILHARIA CONTRA A INFLAÇÃO

AGORA É GUERRA

Página 4 à 7



Pedro Simon abraça Íris Rezende, no dia da posse. O goiano chegou a Brasília com festa, enquanto o gaúcho fazia queixas. Página 8

A troca de Simon por Rezende

BALANÇO/85
em encarte

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N.º 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolivar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Valter José Pötter
Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Beschoner, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Ângelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Wagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademir Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sperotto, Protasio Lottermann, Álvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Flórcio Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godói Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Antenor Vione, Frederico Antônio Stefanelli e Ruy Adelino Raguzzoni.

Suplentes:
Valter Luiz Driemeyer, Darci Aléssio e Antônio Cândido da Silva Neto.

Diretores contratados:
Rui Polidoro Pinto, Romeu Orlando Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges, Paulo Roberto da Silva e Walter Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Gualba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



REDAÇÃO:

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés Mendes

CORRESPONDENTES:

Mato Grosso: Carlos José Rupp Bindé
Dom Pedrito: João Roberto Vasconcelos

Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

Brasil praticamente parou, no dia 28 de fevereiro, quando o governo fez o anúncio das mais ousadas medidas para a área econômica nos últimos 20 anos. A economia brasileira foi desindexada, o que quer dizer que se elimina a correção monetária, atrás da qual crescem todos os custos e estimulava-se a especulação financeira. Os preços dos produtos são congelados, desaparece o cruzeiro, o trabalhador passa a receber um salário estável. Aposta-se, enfim, na produção. Mas o que tudo isso traz de vantagem para o agricultor? As primeiras análises indicam que também os que lidam na lavoura sairão ganhando. Mas ainda falta muito para que o setor primário fique sabendo o que realmente muda a curto e médio prazos na agropecuária. As repercussões do pacote e algumas observações sobre os reflexos das medidas para a agricultura estão nesta edição, da página 4 à página 8.

Desde o final do ano passado há um temor generalizado entre os trabalhadores sem-terra. A ameaça de retrocesso na aplicação do programa nacional de reforma agrária, criada a partir da reação dos que se opõem ao plano, levantou muitas dúvidas. Será que o governo estaria de fato disposto a mexer na estrutura fundiária brasileira? A Igreja Católica, que vinha se mantendo um pouco distante da questão, dá agora um empurrão na briga pela reforma, utilizando o tema na Campanha da Fraternidade deste ano. E o ministro Nelson Ribeiro, por sua vez, garante — em artigo escrito com exclusividade para o Cotrijornal — que a reforma agrária realmente acontecerá. Última página.

Este é o ano de cinquentenário do frigorífico que a Cotrijornal mantém em Dom Pedrito. A indústria, que surgiu em 1936, no final da época das charquea-

das, foi fundada já como cooperativa, por iniciativa de lideranças do meio rural pedritense. Nas páginas centrais desta edição, um pouco da história dos saladeiros e do frigorífico, com depoimentos de produtores que estiveram entre seus primeiros associados.

O trigo ocupou em 85 no MS área de atuação da Cotrijornal, pouco mais de 208 mil hectares, tornando-se a única cultura de expressão a ser cultivada durante o inverno. Para a próxima safra que já se aproxima, os produtores estão planejando aumentar a área, mesmo sabendo que um dos fatores de desestímulo da expansão da cultura no estado tem sido a falta de chuvas durante grande parte do seu ciclo vegetativo. As estimativas estão indicando que a área, na região de atuação da Cotrijornal, talvez cresça entre 50 a 70 por cento, podendo chegar aos 350 mil hectares. As razões do crescimento da lavoura de trigo, as estimativas de plantio, são assuntos que podem ser conferidos na página 16.

Um grupo de 19 mulheres da região deixou de lado por alguns dias os afazeres domésticos, os filhos, a lida do leite, o trato dos animais, para participar do I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, realizado em São Paulo, em meados do mês de janeiro. Voltaram animadas com o andamento da luta da qual estão engajadas e para que todas as propostas levantadas cheguem ao conhecimento de um maior número de mulheres, tão logo chegaram a Ijuí, começaram a organizar um encontro regional. A organização está sendo feita pela União de Mulheres de Ijuí e vai contar com a participação de mulheres trabalhadoras urbanas e rurais. Na pauta de discussão, a reforma agrária, a participação da mulher na constituinte, as condições de vida e de trabalho do trabalhador brasileiro, sindicalismo, previdência social. Página 9.

E a cantilena continua

Raul Quevedo

Há uma espécie de cantilena mais ou menos generalizada neste País — especialmente no Sul — arvorada contra o que se convencionou chamar de "gigantismo das cooperativas". Como se o dimensionamento físico de uma empresa representasse algo de negativo ou deprimente, há quem aproveite maldosamente fatos isolados para tentar identificar cooperativas de maior porte que chegaram à insolvência, na tentativa de generalizar o problema, dando-o como revelador das grandes sociedades de pessoas.

A insistência de tais argumentos, aliada à frequência com que são alardeados à opinião pública, deixa transparecer que há objetivos ocultos por trás dessas "mensagens", cujas intenções são visivelmente desagregadoras. E o pior é que essas manifestações, não raro, têm encontrado ressonância até mesmo entre alguns dirigentes de cooperativas, que assim acabam por fazer eco àqueles argumentos.

É chegada a hora de se questionar: quando um banco quebra ou uma empresa mercantil vai à falência, é costume a tentativa de envolver-se o sistema financeiro como um todo? Ou se argumenta contra a liberalidade capitalista por consequência dos "estouros" ocorridos na praça? Não! Nesses casos, a realidade é bem outra. Por maiores que sejam tais estabelecimentos ou organizações, o que se constata em primeiríssimo lugar é a preocupação de situar os acontecimentos nos parâmetros afins, de modo a não comprometer os sistemas econômicos e sociais que sustentam o capitalismo clássico.

Atente-se para o elevado número de bancos e financeiras que faliram nos últimos anos, causando prejuízos de bilhões de cruzeiros à Nação. Apesar da extensão do problema, verdadeiramente dramático para o país, nenhuma desconfiança foi "animada" no sentido de abalar o sistema bancário. A Nação inteira, desde o Gover-

no até ao mais modesto aspirante a empresário liberal, postou-se na defesa intransigente da economia privada e do lucro individual.

E a cada nova falência de banco anunciada, os remanescentes eram ainda mais fortalecidos e prestigiados, sem que ninguém pusesse em dúvida a "capacidade e honestidade" dos financistas falidos. No entanto, a simples dificuldade financeira de uma cooperativa é apontada quase sempre como má gestão ou desonestidade não só dos respectivos dirigentes, mas do sistema cooperativo como um todo.

Se for levantada uma estatística do comportamento empresarial brasileiro nos últimos anos, irá se constatar, sem nenhum esforço, que o cooperativismo foi o grande dinamizador da economia nacional, notadamente no setor primário. Politicamente desorientado por um governo autoritário e destituído de visão sociológica — principalmente para as necessidades internas —, mesmo assim gerou riquezas, estabeleceu infra-estrutura de suporte e continua cumprindo a sua parte.

O Brasil de antes da expansão cooperativista era um País à margem do processo e despreparado para crescer. Não possuía espaços para armazenar sua produção, a tecnologia empregada era importada e o desconhecimento era total nas áreas do mercado externo de produtos originados da agropecuária.

Hoje, é de conhecimento geral que a infra-estrutura existente no setor é suficiente para bem guardar as safras. E no caso particular da Cotrijornal ninguém pode ter dúvidas que esta Cooperativa abriu caminhos para o País no mercado externo de grãos, ao construir em Rio Grande — na Quarta Seção da Barra — o maior terminal graneleiro da América do Sul.

As lideranças cooperativistas podem até ser acusadas de ingênuas e despreparadas, por terem assumido encar-

gos que na realidade competiam ao Governo, como são os casos do transporte e armazenagem de grãos nas áreas portuárias. Mas não se pode deixar de reconhecer, também, que o País era totalmente defasado nessas áreas. O Governo não assumia seu papel e os grupos empresariais privados não costumam investir em serviços de natureza pública.

Coube, portanto, ao sistema cooperativo, cumprir esses encargos, sob pena de ver-se as safras perdidas nas lavouras, com prejuízos inversos à Nação e desestímulo total aos produtores.

O cooperativismo gaúcho imobilizou cerca de 600 bilhões de cruzeiros na construção de armazéns graneleiros, apenas nas zonas de produção. Esses valores, que inicialmente foram a juros subsidiados, dispararam depois na voragem da inflação, originando os problemas financeiros que afligem agora o sistema.

É claro que houve desacertos, desvios, incompetência administrativa e até desonestidade de alguns dirigentes. Mas o que não é justo e nem admissível é a generalização que alguns pretendem. Pior ainda é a tentativa de macular o sistema como um todo. A realização é bem outra, pois a solução para os nossos problemas sociais, econômicos e até institucionais passa pelo cooperativismo.



Raul Quevedo é jornalista e foi o pioneiro da imprensa cooperativa no Estado, quando, em 1973, fundou o Cotrijornal

Ruben, eleito de Joelmir

Não só os gaúchos, que tentaram até a última hora manter um nome do Rio Grande do Sul no Ministério da Agricultura, queriam Ruben Ilgenfritz da Silva como sucessor de Pedro Simon. O principal comentarista econômico do país, o paulista Joelmir Beting, também desejava que isso acontecesse. Foi de Joelmir um dos tantos elogios que Ruben recebeu, logo após a definição do ministério de José Sarney. Em artigo publicado na edição do dia 15 de fevereiro, da Folha de São Paulo (veja trecho no quadro ao lado), o comentarista analisa as mudanças no primeiro escalão do governo e dedica um espaço ao ex-presidente da Cotrijuí. No mesmo artigo, mais adiante, Joelmir, diz o seguinte: "Iris Rezende terá que

Um ministério ainda sem luz

A prioridade cabralina da agricultura pasmada vai para um "operador" politicamente treinado: Iris Rezende. Do ponto de vista técnico, ele entende da área tanto quanto metade dos brasileiros. Ou bem mais que alguns dos seus antecessores. Até porque, o melhor ministro da Agricultura do Brasil, na minha observação profissional de vinte anos de colunismo econômico, acaba de ser ignorado pelo loteamento político dos cargos. Chama-se Ruben Ilgenfritz da Silva, secretário-geral do Ministério da Agricultura na gestão Pedro Simon. Quem não o conhece nem o aproveita não é propriamente do ramo.

trabalhar a quatro mãos com Dilson Funaro (ministro da Fazenda). A liga pode ser abrasiva. O ex-governador de Goiás tem luz própria, sabe formar e agitar a equipe e deve abrir os cotovelos na mesa de decisão. Ele está a fim de mostrar serviço. Caso contrário, teria ficado em Goiânia, onde acaba de esnobar uma eleição quase certa para o Senado".

O avião que faz chover

No dia 14 de janeiro, a imprensa gaúcha estampou a seguinte manchete, repetida também na televisão: *avião provoca chuva na fronteira. É que havia chovido, no dia 13, em Uruguiana, Quarai, Livramento e outros municípios próximos, e se atribuiu o fato à nucleação de nuvens, feita por um avião da Funceme - Fundação Cearense de Meteorologia. A verdade é que havia chovido em todo o Estado, e o assunto virou gozação. O avião do Ceará, que joga sal nas nuvens, veio ao Rio Grande do Sul por iniciativa da associação dos arrozeiros de Uruguiana, e provocou uma enorme controvérsia. Há muitos técnicos que questionam até hoje a*

eficiência deste recurso. E muita gente que leu os jornais deve ter notado que, sempre que chovia na Fronteira se falava no tal avião, chovia também no resto do Estado. Pois no interior de São Paulo, no início de fevereiro, a situação era outra. A Prefeitura do município de Santo André queria mandar um avião, também do Ceará, de volta pra sua terra, porque estaria, depois da seca, provocando verdadeiras trombas d'água na região, com alagamentos e desmoronamento de barragens. O certo é que ninguém conseguiu provar até hoje que a nucleação de nuvens é eficiente.



Barragem da Serrinha é ampliada e dobra sua capacidade

Mutirão em D. Pedrito

O esforço somado da comunidade com o poder público vai solucionar o crônico problema de água potável à cidade de Dom Pedrito. Em verdadeiro trabalho de mutirão, forças comunitárias, através da Cotrijuí, Prefeitura Municipal e Corsan, vão dobrar a capacidade de abastecimento da Barragem da Serrinha, que passará a comportar 1,2 milhão de metros cúbicos de água. Do lado comunitário o esforço foi coordenado pelo associado e conselheiro da Cotrijuí, Ruy Adelino Raguazzoni, que promoveu intenso trabalho

de conscientização das bases e lideranças, sensibilizando, também por escala, o setor público. A solução encontrada foi dividir encargos e custo da obra. A Prefeitura Municipal forneceu as máquinas, a Corsan entrou com o projeto da ampliação, combustível e direção dos trabalhos e os produtores encarregaram-se da remoção de terra, transporte e compactação. A nova fase da Barragem da Serrinha, que vai solucionar totalmente o problema de abastecimento de água potável aos pedritenses por muitos anos, ficará com a seguinte estrutura física: elevação de dois metros sobre a tampa original, com ampliação da estrutura do pé para 38 metros na base. A superfície da taipa terá uma extensão de 200 metros, garantindo a capacidade da bacia de 1,2 milhão de metros cúbicos de massa líquida, ou seja, dobrando a atual capacidade, que é de 600 mil metros cúbicos.

Assembléia: 25 de março

Está marcada a data da assembléia de início de ano da Cotrijuí: é dia 25 de março, na sede da Afucotri, em Ijuí. A assembléia ordinária, para apreciação do balanço do exercício de 1985 e do relatório da diretoria, terá também outros assuntos em pauta. A primeira convocação está prevista para as 12 horas, a segunda para as 13 horas, e a terceira e última para as 14 horas. Também desta vez, como vem acontecendo nos últimos anos, de acordo com a Estrutura do Poder em vigor na Cotrijuí, somente os representantes terão direito a voto. Mas todo o associado pode estar presente e participar dos debates, não podendo apenas participar da votação. O caderno de balanço, que o Cotrijournal traz encartado nessa edição, servirá de base para as questões que tradicionalmente são levantadas na assembléia. O caderno já vem sendo analisado, em reuniões de núcleos da área de ação da Cotrijuí, desde o dia 4 de março.

Cotrijuí destacada na "Zero"

"A harmonia do econômico e financeiro com o social parece ser mais uma característica própria da Cotrijuí (Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda, de Ijuí), uma organização gaúcha que se projetou a nível internacional". Assim, o jornal ZERO HORA (Página Gente & Negócios, edição de 2 de fevereiro, assinada pelo jornalista Wilson Müller) iniciou a apresentação da infra-estrutura da Cotrijuí, como resultado de visita feita ao jornal pelo presidente Oswaldo Meotti, quando falou ao jornalista a respeito da realidade da Cooperativa. Diz Wilson Müller que a Cotrijuí, "alicerçada num universo humano superior a vinte mil economias familiares, construiu um patrimônio que deve estar hoje em torno de um trilhão de cruzeiros. Isso lhe dá tranquilidade para continuar crescendo mesmo em tempos de crise aguda como a que atravessamos agora e que afeta toda a economia nacional. Esse patrimônio, construído ao longo de 29 anos de trabalho (a completar no próximo dia 20 de julho); tem raízes entrelaçadas entre dezenas de armazéns-graneleiros (1.358.300 toneladas estáticas), porto marítimo com pier para carregar grãos sólidos e estrutura para atracação de navios de grande porte; indústria de óleos vegetais (refinaria) e beneficiamento de grãos; sistema de transportes rodoviários, frigorífico, rede de supermercados nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. A cooperativa ainda se estende às empresas subsidiárias, com atuação nos mercados interno e externo e no processamento de dados. E atua também através de cooperativas centrais, como a de hortigranjeiros, de leite e de carnes, além do setor saúde, onde dedica esforço muito especial. Müller diz ainda que "a Cotrijuí se preocupa também com a saúde do solo, pois o trabalho dos técnicos em seu centro de pesquisa agropecuária, o Centro de Treinamento Cotrijuí, é de total preocupação com a ecologia.

Seca: mais uma vez?

Depois da seca, voltou a moda das previsões de longo prazo. Uma destas anunciou que, após a estiagem, haveria chuvas em excesso no Sul do país, com a provável repetição das enchentes que arrasaram Santa Catarina há cerca de três anos. Agora, uma outra previsão indica que a seca registrada no ano passado pode voltar a ocorrer este ano. Quem diz isto é o cientista Carlos Girardi, do Instituto de Atividades Espaciais (IAE), um órgão do Ministério da Aeronáutica, que funciona em São José dos Campos, São Paulo. Girardi garante que a seca pode se repetir, pois é provável que aconteça novamente um fenômeno registrado em 84, causado por uma massa de ar que se situa sobre o Atlântico Sul. Esta massa de ar funcionou em 84 como uma espécie de parede, impedindo o avanço das frentes frias em direção aos Estados do Sul. Ele também se baseia no alinhamento da Lua, do Sol e da Terra, que acontece a cada 18 anos e meio. Mas colegas do cientista discordam da sua previsão, como Luís Carlos Molion, do Instituto de Pesquisas Espaciais, do Ministério da Ciência e Tecnologia, também instalado em São José dos Campos. Molion lembra que ninguém consegue fazer previsões de longo prazo. Tanto que nenhum meteorologista conseguiu prever a seca do ano passado no Sul. Nem mesmo Girardi conseguiu tal feito.

Próxima edição

O Cotrijournal trará em sua próxima edição uma reportagem sobre as perspectivas para as lavouras de inverno no Estado e na Região Pioneira da Cotrijuí. Até o fechamento desta edição de fevereiro/março o governo não havia anunciado os VBCs (Valores Básicos de Custeio), e tampouco os preços mínimos para o trigo e outras culturas. Mas o leitor pode conferir duas matérias, nas páginas 14, 15 e 16, sobre a lavoura tritícola em Dom Pedrito e em Mato Grosso do Sul.



O governo declara guerra à inflação, com o fim do cruzeiro, da correção monetária e da especulação. Finalmente, chegou a hora de se investir em atividades produtivas no país

Agora é guerra

A inflação reduzida a zero. O fim da correção monetária e da especulação financeira. O congelamento dos preços. O incentivo à produção. Tudo isso deixou de ser um sonho dos brasileiros. Pelo menos durante um ano, até 1º de março de 1987, o país estará livre do pesadelo que, depois de um longo período de recessão e desemprego, poderia levar a uma taxa de inflação de 500 por cento este ano. A economia está desintexada, como dizem os economistas, e dependerá agora de toda a população o êxito de um programa que pretende prolongar seus efeitos por mais de 12 meses.

As mudanças na política monetária — com reflexos em todos os setores da economia — foram anunciadas pelo governo no dia 28 de fevereiro. O cruzeiro deixa de ser a moeda nacional, substituída pelo cruzado, que passa a ter cotação estável, e entra em vigor uma série de medidas com o objetivo de conter a inflação (veja no quadro ao lado nesta página). É a mais profunda mexida na economia do país desde o golpe militar de 1964. Aposta-se na produção, e a especulação financeira passa a ser sepultada.

UMA GUERRA

"Rezem para que isso dê certo", disse o ministro da Fazenda, Dilson Fuarano, logo depois da reunião do ministério em Brasília, quando as medidas foram anunciadas pelo presidente José Sarney. A população fez bem mais do que isso: saiu às ruas e passou a fiscalizar o congelamento dos preços. Pela primeira vez nos últimos anos, o povo agiu diretamente e em massa contra os especuladores. Estava assim sendo iniciada a guerra contra a inflação.

O pacote pretende funcionar como uma espécie de tratamento de choque contra a inflação e, ao mesmo tempo, estimular atividades produtivas, com o aumento dos níveis de emprego e do poder de compra da população. Com isso, também os agricultores sairão ganhando. O presidente da Cotrijuí, Oswaldo Meotti, está convencido de que as mudanças encerram uma etapa de dificuldades para o setor primário, que desde o final da década de 70 se vê entregue a custos financeiros insuportáveis e a um mercado comprador que se retraiu de forma assustadora.

CORREÇÃO MONETÁRIA

"Estava na hora de se dar um fim à política monetarista, que privilegiava os ganhos de capital, em detrimento dos fatores de produção", disse Meotti, no dia em que o pacote foi anunciado. As medidas — afirma Meotti — trazem uma novidade decisiva para a agricultura: o fim da correção monetária. Afinal, atrás da tal correção disparavam todos os custos, com índices que, no caso da agricultura, superavam até mesmo a inflação.

"O produtor, com um custo fixo para sua atividade, poderá melhor dimensionar despesas e ganhos. Ele saberá quanto irá pagar ao banco e quanto irá receber pelo que produz", observa o presidente da Cotrijuí. Na outra ponta, a do consumo, ele acredita que haverá um fortalecimento do poder de compra da população,



Nos supermercados, os consumidores controlam os preços como nunca

com maiores benefícios ao produtor. contribuirá também para isso o seguro-desemprego, também instituído pelo governo.

Meotti ressalta que se conseguiu agora, com as modificações, "um equilíbrio entre o trabalho, o capital e os recursos naturais, que são fatores que devem estar sempre bem conjugados". É claro que o choque contra a inflação deverá ter uma certa duração, mas é a partir daí, segundo ele, que a economia poderá se recuperar: "O país está hoje ganhando mais oxigênio, ao deixar de lado o monetarismo e investir na produção".

DESDE JULHO

O presidente da Cotrijuí entende o fim do monetarismo poderia ter sido adotado há até cinco anos atrás. Na verdade, sabe-se agora que há muito tempo medidas como essas vinham sendo sugeridas ao governo. Mas somente a partir de julho do ano passado é que os autores da ideia passaram a ser levados a sério. No final do ano, o governo já teria decidido pelo tratamento de choque, e escolheu a data: o final de fevereiro.

O Brasil não é o primeiro país a adotar um plano de estabilização da economia. Isso aconteceu primeiro na Argentina, a partir de 14 de junho do ano passado, quando o peso foi substituído pelo austral e também a especulação foi contida. A inflação argentina ameaçava chegar, em 1984, a 1.000 por cento ao ano. Desde junho, ela oscila mensalmente entre 2 por cento e 3,5 por cento. O país enfrenta, no entanto, uma forte recessão, com a quebra de indústrias e muito desemprego. Os economistas brasileiros garantem que isso não irá acontecer aqui, onde a economia não se compara à situação de quase anarquia da Argentina.

SEGUNDA ETAPA

Também Israel adotou um plano parecido, a partir de 1º de julho do ano passado, quando igualmente a inflação chegava aos 1.000 por cento ao ano. Hoje, ela se situa mensalmente ao redor de 1 por cento ao mês. Mas também naquele país há desemprego, e as previsões são de

que este ano haverá mais gente sem trabalho em Israel. Tanto Argentina como Israel enfrentarão, daqui a pouco, a segunda etapa do congelamento, que é a liberação da economia, para que ela siga seu curso normal.

O importante é que nos três casos — de Israel, Argentina e Brasil — é que o combate à inflação não se dá com o sacrifício da grande maioria da população. O congelamento dos preços, que tem em contrapartida o congelamento dos salários, é sempre mais vantajoso para o trabalhador assalariado. Os perdedores, nesse caso, são os especuladores, que aplicavam nos tais "open" e "over", numa manipulação de papéis que era, enfim, paga por todos os brasileiros.

O produtor também não sairá perdendo, mesmo que até agora as medidas não tenham sido bem decifradas para o setor primário. O congelamento dos preços pagos ao agricultor mostra, nas primeiras análises feitas, efeitos benéficos para quem produz. Só não se sabe ainda qual será o custo do dinheiro para custeio da lavoura, apesar das especulações de que, com o fim da correção monetária, a taxa ficará reduzida a apenas 3 por cento ao ano.



O cruzeiro continua valendo, agora como cruzado, enquanto a Casa da Moeda passa a imprimir este carimbo no dinheiro que irá à circulação

Estas são as medidas

As medidas anunciadas pelo governo, na manhã do dia 28 de fevereiro, estão contidas no decreto 2.283. A nova lei tem 44 artigos, e prevê a execução das medidas por um prazo de um ano, até 1º de março de 1987. Mas o próprio governo já anunciou que a duração das mudanças pode ser prorrogada, dependendo do comportamento da economia. Abaixo, uma síntese das principais decisões:

DINHEIRO

O cruzeiro passa a ser substituído pelo cruzado, que equivalia, até o dia 3 de abril, a mil cruzeiros. O cruzado é uma moeda estável, ou seja, não sofre desvalorização. O cruzeiro, por sua vez, será desvalorizado diariamente, até desaparecer totalmente no final de fevereiro de 1987. No dia 1º de abril deste ano, por exemplo, um cruzado estará valendo 1.139,06 cruzeiros, de acordo com a conversão que acontecerá de uma moeda para outra, todos os dias.

PREÇOS

Todos os produtos e serviços passaram a ter preços congelados, a partir de 27 de fevereiro. A medida vale também para as tarifas e preços dos serviços públicos. Oficialmente, somente os imóveis para venda estão com preço liberado. Mas caberá à população controlar os preços de serviços, como os prestados pelos profissionais liberais, e fiscalizar o cumprimento das tabelas, especialmente nos supermercados.

SALÁRIOS

Os salários sofreram em fevereiro um reajuste, e também passam a ser congelados, durante um ano. Eles serão reajustados antes do prazo de 12 meses apenas quando a inflação ficar acumulada acima dos 20 por cento, recebendo então igual índice de correção. O salário mínimo passou a valer 800 cruzados. O governo também instituiu um seguro-desemprego para trabalhadores dispensados há mais de 30 dias.

POUPANÇA

Esta será a partir de agora a única forma de remuneração do capital com correção monetária mais juros de 6 por cento ao ano, mas com rendimentos creditados a cada três meses, e não mais mensalmente. Desaparece assim a especulação financeira, que substitui por tanto tempo as atividades produtivas. A correção para a poupança será baseada no IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Também o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o PIS/PASEP continuam com correção.

IMÓVEIS

As prestações do BNH serão fixadas por um ano, de acordo com os aumentos dos salários. Também os aluguéis residenciais somente serão reajustados com índices de acordo com a equivalência salarial. Outras duas medidas tomadas: as OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional) passam a substituir as ORTNs. O dólar passa a valer 13,84 cruzados para venda e 13,77 para compra.



Preços ao produtor também congelados. Mas os primeiros estudos indicam que ele deverá sair ganhando



Soja: preço causou surpresa

Soja, a beneficiada

Os produtores de soja, depois de castigados pela seca, aparecem como os primeiros beneficiados com o pacote que mudou a política econômica do país. A Companhia de Financiamento da Produção (CFP) concedeu um reajuste no preço mínimo da soja, congelando ao mesmo tempo este valor, com base na ORTN de fevereiro. A saca de 60 quilos passa assim a valer, para o produtor, 127 cruzados e 20 centavos (127 mil e 200 cruzeiros antigos).

Este preço foi anunciado em Brasília, no início da primeira semana de março, junto com os demais preços mínimos. No geral, a decisão do governo de manter a correção em ORTN, pela última vez, chegou a surpreender analistas do setor. Isto porque o agricultor terá, de fato, compensações com o preço congelado, em comparação com o sistema anterior, o que não quer dizer que ele irá recuperar o que perdeu nos últimos anos. Veja abaixo uma síntese das repercussões (ainda extra-oficiais) do pacote na agricultura, onde persistem muitas dúvidas:

PREÇOS

Soja: O governo decidiu manter o sistema de correção dos preços mínimos da lavoura de verão, de acordo com a ORTN em fevereiro. Assim, os produtos iniciaram março com novo valor. Mas esta foi a última vez que isso aconteceu,

pois a partir daí os preços são congelados até o final da comercialização. A soja, que tinha preço mínimo de 111 mil e 180 cruzeiros, foi reajustada em março para 127 mil e 200 cruzeiros, numa correção de 14,36 por cento. Este valor corresponde a 127 cruzados e 20 centavos, e é considerado um bom preço. Para que se tenha uma idéia de quanto a soja passou a valer, este preço em maio corresponderá a 190 cruzeiros antigos. No preço futuro, a soja — pelo sistema antigo — conseguiria 200 mil cruzeiros pela saca de 60 quilos somente em julho (veja matéria abaixo). O preço mínimo, agora congelado, foi considerado tão bom, em relação à situação geral do mercado, que chegou a assustar as indústrias, pois elas alegam que não terão margem de ganho na hora de repassar o óleo e o farelo aos compradores.

Milho: Também o preço do milho é congelado, com base no preço mínimo reajustado de acordo com a variação da ORTN em fevereiro. O milho estava com preço mínimo em 70 mil e 80 cruzeiros a saca, e passou para 80 cruzados e 40 centavos (80 mil e 400 cruzeiros) agora em março. Neste caso, a curto prazo o produtor perde dinheiro, pois o preço do dia, até 27 de fevereiro, era de 90 mil cruzeiros. Mas em pouco tempo, pela estabilização do preço em cruzados, o produtor também ganhará dinheiro, em comparação com a situação anterior.

Arroz, leite e suínos: O arroz irri-

gado passou a ter um mínimo de 132 cruzados (132 mil cruzeiros). Também este preço é considerado bom em comparação com a evolução da cotação no mercado, pelo sistema antigo. O leite, por sua vez, pode ser o produto sacrificado. A situação do leite é confusa, já que este teria ficado com preço congelado, apesar de não ter correções desde novembro. O preço parou nos 1 mil 783 cruzeiros (consumo), e ficaria assim por um ano, com uma defasagem de 65 por cento em seu valor, em relação aos custos, segundo cálculos da Fetag. Também os preços dos suínos ficaram indefinidos, apesar das especulações de que igualmente estariam congelados. As lideranças do setor primário aguardavam, até 5 de março, informações capazes de decifrar essa questão.

CRÉDITO

Dívidas: Os contratos assinados pelo produtor prevêm que o crédito rural tem correção monetária integral mais juros de 3 por cento ao ano. Com a extinção da correção monetária, os contratos com dívida a vencer não mais terão correção monetária, a partir de março e até o vencimento. A correção atinge apenas o período da contratação do financiamento até o dia 28 de fevereiro. A partir de março, portanto, o agricultor paga apenas 3 por cento de juro ao ano até o vencimento.

Custeios: O ministro da Agricultura, Íris Rezende, chegou a anunciar, logo depois da divulgação do pacote, que a agricultura passa a ser um dos setores mais privilegiados da economia. Isto porque, segundo ele, o custeio agrícola, nos novos contratos, passaria a ter apenas juros de 3 por cento ao ano, sem correção monetária. Se isso realmente acontecer, o agricultor estará se livrando de um custo financeiro que representou, nas últimas safras, em torno de 50 por cento do total das despesas para formação da lavoura. Mas o anúncio do ministro não é oficial.

Prorrogação: Os produtores que, em julho do ano passado, conseguiram prorrogar suas dívidas de crédito rural por até 3 anos, estão agora sendo beneficiados. A prorrogação foi feita com taxa de 3 por cento ao ano mais correção. Com o pacote, desaparece a correção e ficam apenas os juros de 3 por cento ao ano.

No sistema antigo, a conta das perdas

Os grãos (milho, arroz, feijão e outros) tiveram um reajuste de preços de 31,38 por cento em fevereiro no país. Este extraordinário aumento ajudou a empurrar a inflação dos últimos 12 meses para 255,16 por cento. No mês de fevereiro, a inflação ficou em 14,36 por cento. Com essa variação no período, o Brasil passou a se defrontar com o mais alto índice inflacionário da República. E os produtos agrícolas passaram a ser os vilões de toda essa história.

Para quem não tenta olhar a coisa mais de perto, fica parecendo que o agricultor tira proveito do aumento nos preços dos alimentos. Na verdade, as altas que aconteceram nos últimos anos foram registradas quando os produtos já não mais estavam nas mãos de quem planta. Mesmo assim, o produtor da zona da soja continua sendo visto, em outras regiões, como um lavoureiro bem remunerado. Os números mostram que nada disso é verdade.

O CASO DA SOJA

Em julho do ano passado, quando realizou um levantamento de custos da lavoura de soja desta safra, o tecnólogo Luís Juliani, do Departamento Agrotécnico da Cotrijui, previu o seguinte: em abril deste ano, o produtor teria que ganhar em torno de Cr\$ 213 mil (ou 213 cruzados hoje) pela saca de 60 quilos. Este seria o valor ideal, para que o produtor tivesse um lucro de 30 por cento, como prevê o Estatuto da Terra.

Considerando-se o preço futuro, até então praticado pela Cotrijui, esse valor somente seria alcançado em agosto, pois até julho a saca estava cotada em Cr\$ 200 mil. O lucro do produtor estaria, portanto, a mais de três meses de distância da época ideal. E mesmo que não estivesse tão longe, o produtor não seria, de qualquer forma, remunerado.

Juliani levantou os custos quando a inflação andava ao redor de uns 10 por cento ao mês. Ele e muitos outros técnicos de várias áreas da economia não poderiam prever que em janeiro a

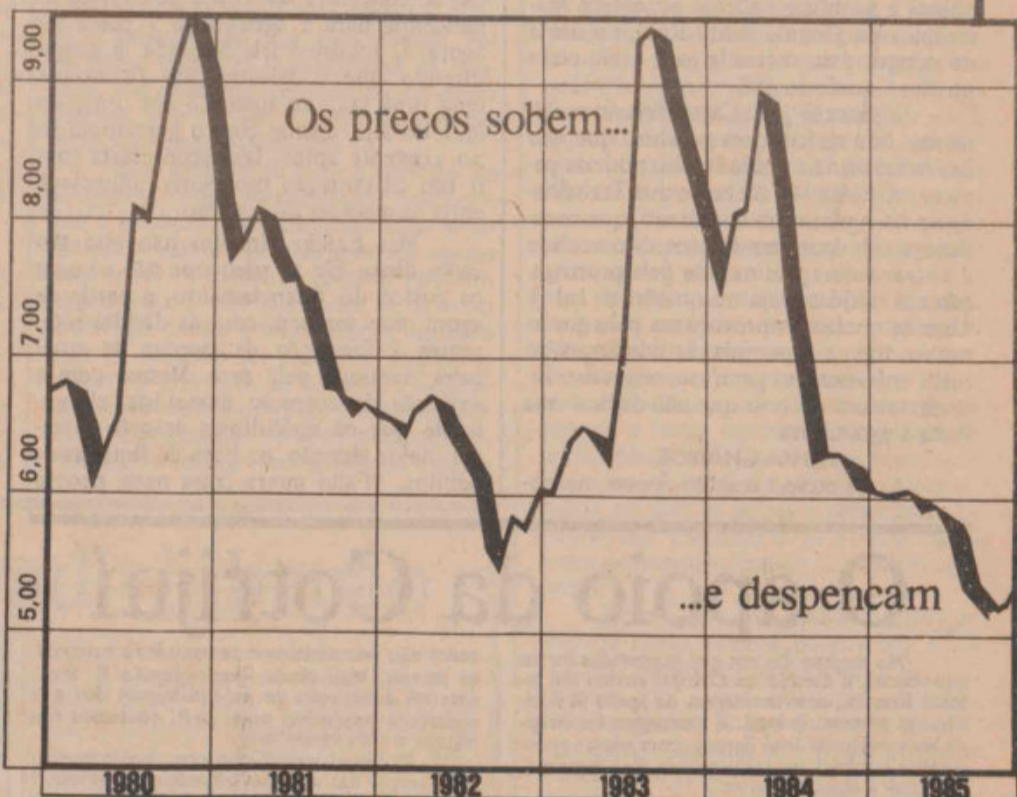
inflação chegaria a 16,23 por cento, na mais alta taxa mensal já registrada no país, e que em fevereiro ela seria de 14,36 por cento. Se essa previsão fosse possível, é claro que o produtor deveria receber bem mais que os Cr\$ 213 mil em abril. E vale lembrar que este preço foi calculado sobre uma produtividade média de 30 sacos por hectare. Com a seca, não serão muitos os produtores que terão esse rendimento na lavoura.

PERDE SEMPRE

Há outros números indicando que o produtor perderia dinheiro este ano, diante do crescimento galopante da inflação. Em março do ano passado, o preço do dia mais alto conseguido durante o mês foi de Cr\$ 43 mil ao produtor. Para acompanhar a inflação acumulada no período, o preço do dia deveria chegar a Cr\$ 133 mil neste mês. Na pedra, o preço do dia até 27 de fevereiro estava em apenas Cr\$ 118 mil. O preço mínimo, reajustado pela ORTN no início de março, chegou a 127 cruzados e 20 centavos, (127 mil e 200 cruzeiros), e ficará com este valor até o final da comercialização.

Com o preço corrigido mensalmente em cruzados, como acontecia antes, o produtor iria

O gráfico ao lado mostra a evolução dos preços internacionais da soja a partir de 1980. O último pique foi em maio de 1984, quando o bushell do grão quase atingiu 9 dólares. Depois os preços despencaram, ficando agora pouco acima dos 5 dólares



Fonte: Criaec/Unijuí

brigar muito contra a inflação, mas acabaria perdendo. Acontece que o preço mínimo de referência, fixado em agosto, havia sido corrigido em 195 por cento, em relação ao anterior, enquanto a inflação acumulada chegava a 226 por cento. A partir daí, mesmo com os reajustes mensais, a diferença entre preço e inflação, que ficou para trás, não seria nunca eliminada.

SITUAÇÃO MUNDIAL

O quadro geral é agravado pelo mercado internacional, que se alia aos altos custos de produção para engolir os ganhos do agricultor

brasileiro. A última reação nos preços da soja na Bolsa de Chicago (veja gráfico) aconteceu em 1984. A partir daí, os preços começaram a cair e foram achatados ainda mais a partir do final do ano passado, em função do superestoque de grãos no mundo.

A médio prazo as previsões indicam que pode ocorrer uma recuperação do mercado, em decorrência exatamente desses baixos preços e da queda do dólar, que recuperam o poder de compra dos europeus. Aos poucos, a França e outros países podem voltar a ser bons compradores do farelo brasileiro.



Surpreendidas pelo pacote, lideranças do setor suspendem os protestos e tentam descobrir o que de fato irá mudar

Ezídio Pinheiro, presidente da Fetag, diz que a entidade firmou sua postura numa assembléia



A Fetag não se mistura

Quando o presidente da República e alguns ministros vieram ao Estado, dia 25 de fevereiro, para a Festa da Uva, em Caxias, cinco entidades entregaram um documento a José Sarney. Farsul, Fecotrigio, Fearroz, Fecocarne e Ocergs formalizaram assim o pedido de moratória para os agricultores gaúchos atingidos pela seca. Mas uma entidade, que também congrega produtores e assalariados da lavoura, a Fetag, não esteve presente ao encontro com a delegação de Sarney, no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

A ausência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul não provocou reações de surpresa. Já no dia 4 de fevereiro a Fetag não havia comparecido a uma reunião organizada pelas outras cinco entidades para tratar da moratória. A Fetag — que congrega os pequenos agricultores do Estado — preferiu conduzir o movimento pela moratória sem aderir ao plano montado pelas demais federações e pela Ocergs para pressionar o governo.

ASSEMBLÉIA

"Essa foi uma decisão tomada em assembléia, quando levamos em conta o fato de que representamos os pequenos proprietários, os parceiros, os meeiros, os sem-terra e os trabalhadores assalariados", explica Ezídio Pinheiro, presidente da Fetag. Ele esclarece que a sua Federação reivindica a moratória para os minifundiários, que tenham recebido financiamento de até Cr\$ 46 milhões para custeio da safra perdida, o que equivale a 500 ORTNs (em valores de fevereiro).

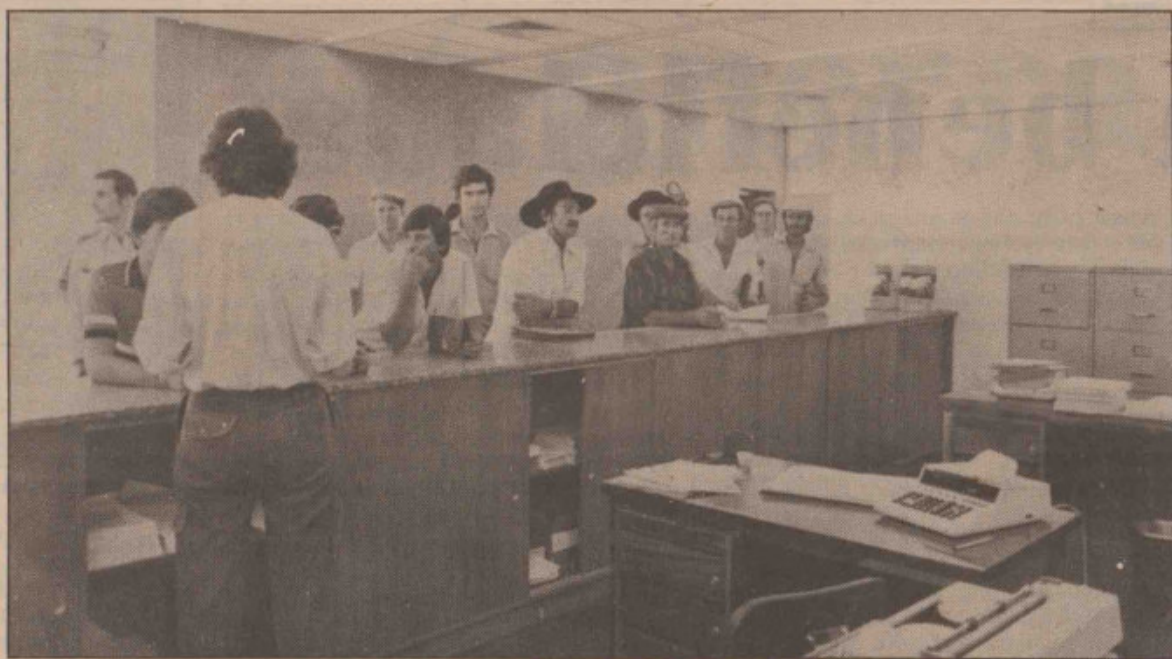
"Não somos contra as reivindicações das outras entidades, mas elas defendem outras categorias de produtores", afirma Pinheiro. Ele ressalta que esse mesmo raciocínio vale para o pedido de crédito subsidiado para a agricultura, que beneficiaria apenas os pequenos agricultores. "O crédito subsidiado viria do Finsocial — explica —, para cumprir com um objetivo social. E quem enfrenta problemas hoje é o pequeno proprietário. O grande produtor certamente encontrará outras saídas".

DIFERENÇAS

As outras cinco entidades defendem a moratória para todos os produtores prejudicados pela seca, mas há ainda outras diferenças. Estas queriam, antes do pacote, a prorrogação das dívidas por cinco anos, com taxa equivalente a 50 por cento da correção monetária e juros de 3 por cento ao ano. A Fetag também pediu um prazo de cinco anos, mas com taxa de 35 por cento da correção e juro de 3 por cento.

A Federação pedia ainda crédito de emergência para os pequenos agricultores, custeio subsidiado e, entre outras coisas, também a imediata execução dos planos regionais da reforma agrária. Uma outra reivindicação da Fetag se referia à abertura de frentes de emprego para os trabalhadores rurais atualmente sem ocupação, em obras públicas coordenadas pelas Prefeituras e pelos sindicatos de trabalhadores rurais.

Os agricultores, que pretendiam realizar protesto no Estado, bloqueando os bancos, correram às agências na segunda-feira. Mas não para protestar. Eles queriam saber como ficariam suas dívidas com o novo pacote



Tempo para pensar

Os pequenos agricultores gaúchos estavam preparados, desde o início de fevereiro, para repetir no Rio Grande, em março, o que catarinenses, paranaenses e paulistas já vinham fazendo em seus Estados: bloquear as agências bancárias. Esta foi a forma de protesto encanada pelos minifundiários, para pressionar o governo e conseguir a moratória para suas dívidas, diante dos prejuízos provocados pela seca. Com o pacote, a manifestação foi adiada e aconteceu apenas em alguns municípios da Grande Santa Rosa, no dia 3 de março, data marcada para o bloqueio no Rio Grande do Sul.

O pacote jogou água fria no movimento dos agricultores gaúchos, que não caminhavam tão unidos como poderia parecer. A Fetag — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, que coordenava o boicote aos bancos, não se aliou a outras federações na luta pela prorrogação das dívidas (veja no quadro ao lado). Com as mudanças provocadas pelo governo em toda a economia, as lideranças do setor entraram em parafuso, sem saber interpretar um decreto que não dedica uma linha à agricultura.

NOVA CHANCE

As primeiras reações foram, no en-

tanto, de otimismo. "A agricultura nacional ganha uma nova chance", disse o presidente da Fecotrigio, Jarbas Pires Machado. Ezídio Pinheiro, o presidente da Fetag, também recebeu bem o plano anti-inflacionário, mas fez restrições: "O pacote ainda não foi bem interpretado pelo setor rural, mas parece que o produtor será beneficiado em alguns pontos, mesmo que o plano esteja incompleto.

Uma das indagações dessas lideranças se concentra em torno dos custos financeiros para a agricultura a partir de agora. O ministro Iris Rezende já andou dizendo que a lavoura será financiada com uma taxa de apenas 3 por cento ao ano, ou seja, apenas com o percentual fixo existente antes. Isso aconteceria com o fim da correção monetária, anunciada entre as medidas do governo.

Mas Ezídio Pinheiro não está tão certo disso. Ele se preocupa não só com os custos do financiamento, a partir de agora, mas também com as dívidas referentes à formação da lavoura da atual safra frustrada pela seca. Mesmo com a extinção da correção monetária, ele entende que os agricultores deverão merecer maior atenção, na hora de liquidar os débitos. "Falta muita coisa neste pacote

— afirma Pinheiro — e a simples prorrogação das dívidas, até mesmo por cinco anos, não resolve os problemas do produtor descapitalizado".

REFORMA AGRÁRIA

Enquanto o movimento conduzido pelas demais entidades (Fecotrigio, Fearroz, Fecocarne, Farsul e Ocergs), ficou desarticulado após o pacote, isso não aconteceu com a idéia de boicote dos pequenos agricultores. A Fetag decidiu suspender o bloqueio aos bancos, no dia 3 de março, mas mantém a proposta em estudos. Além disso, Pinheiro entende que os trabalhadores rurais não podem descuidar da vigilância em torno da execução da reforma agrária.

O certo é que, com o fim da correção monetária, os custos financeiros da lavoura ficarão bem mais leves a partir de agora. Mas como ficarão as dívidas deixadas para trás pelo agricultor? Um detalhe que chega a ser curioso, na posição do governo, é que as autoridades da área econômica — e inclusive o novo ministro Rezende — haviam anunciado que no dia 27 de fevereiro seria dada uma resposta ao pedido de moratória.

UMA SEMANA DEPOIS

Foi exatamente no dia 27 que vazaram, a partir do meio-dia, as informações de que o governo baixaria no dia seguinte as medidas contra a inflação. Uma semana antes, delegações de produtores haviam conversado em Brasília com alguns ministros, quando o apelo em favor da moratória ganhou, indiretamente, um "não".

Se a decisão de bloquear as agências bancárias for mantida, os gaúchos estarão fazendo o que aconteceu, em fevereiro, em várias cidades de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, naquele mês, somente um município aderiu a esta forma de pressão: Miraguai, onde foi fechada uma agência do Brrisul. No dia 3 de março, dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais desobedeceram a orientação da Fetag, para que o boicote aos bancos fosse suspenso, e aconteceram manifestações de protesto em Santa Rosa, Porto Lucena, Santo Cristo, Alecrim e Tuparendi.

O apoio da Cotrijuí

No mesmo dia em que as medidas foram anunciadas, a direção da Cotrijuí enviou um telex a Brasília, com mensagem de apoio às decisões do governo federal. A mensagem foi dirigida ao presidente José Sarney, com cópias endereçadas também aos ministros da área econômica, e tem o seguinte texto:

"Dirigimo-nos à V. Exa. para manifestar apoio irrestrito às medidas anunciadas ainda há pouco à Nação, e reafirmamos o engajamento da organização que dirigimos na luta contra a inflação. Como sociedade de pessoas, refletindo a angústia de 22 mil cooperados, suas famílias e servidores, ficamos gratificados ao assistir, pela sua dedicação e coragem, o fim da política monetarista que tanto desservi aos que têm na produção primária sua atividade essencial.

"Mesmo enquanto premiados pelos juros escorchantes e preços que não eram remuneradores para a produção agropecuária, ainda

assim não nos omitimos de contribuir com nossa parcela. Mais ainda agora, quando V. Exa., sensível à situação de pré-insolvência dos que realmente produzem neste país, queremos nos engajar à nova caminhada.

"Temos certeza de que, no contexto mais amplo das medidas oficializadas, deverá o governo de V. Exa. dispensar a atenção e o tratamento devidos à agropecuária, repetidas vezes citada como responsável pelo processo inflacionário, quando — na verdade — tem sido o sustentáculo para equilíbrio de divisas e produção de alimentos.

"Parabenizamos com V. Exa. e demais escalões de vosso governo, dispondo-nos mais uma vez à luta que o cooperativismo identifica como objetivo principal: a busca do bem comum.

Atenciosamente
Oswaldo Meotti, presidente da Cotrijuí"



Produtores dizem que as medidas adotadas pelo governo são boas para a agricultura. As indagações ficam por conta do congelamento dos preços dos produtos agrícolas

Um grande desafio

Até o início da semana passada, as preocupações dos produtores da região se resumiam basicamente em combater as lagartas da soja e procurar entender o novo pacote econômico do governo, lançado no dia 28 de fevereiro. Para resolver o ataque das lagartas, os produtores não estavam encontrando dificuldades. O problema maior era saber como ia ficar a agricultura depois de tantas mudanças. Nas rodas de conversa, as indagações eram quase sempre as mesmas: de que forma o governo vai corrigir os preços mínimos dos produtos? E os VBCs? E os preços dos insumos, das máquinas, dos implementos, dos venenos, será que também serão congelados? Parte destas questões começam a ficar claro, na medida em que todas as decisões vão sendo definidas. Ainda no início da semana, mas depois das entrevistas com os produtores, o governo tabelou o preço do arroz em Cr\$ 132.000 ou 132 cruzados o saco e o da soja em Cr\$ 127,200 ou 127 cruzados e 20 centavos.

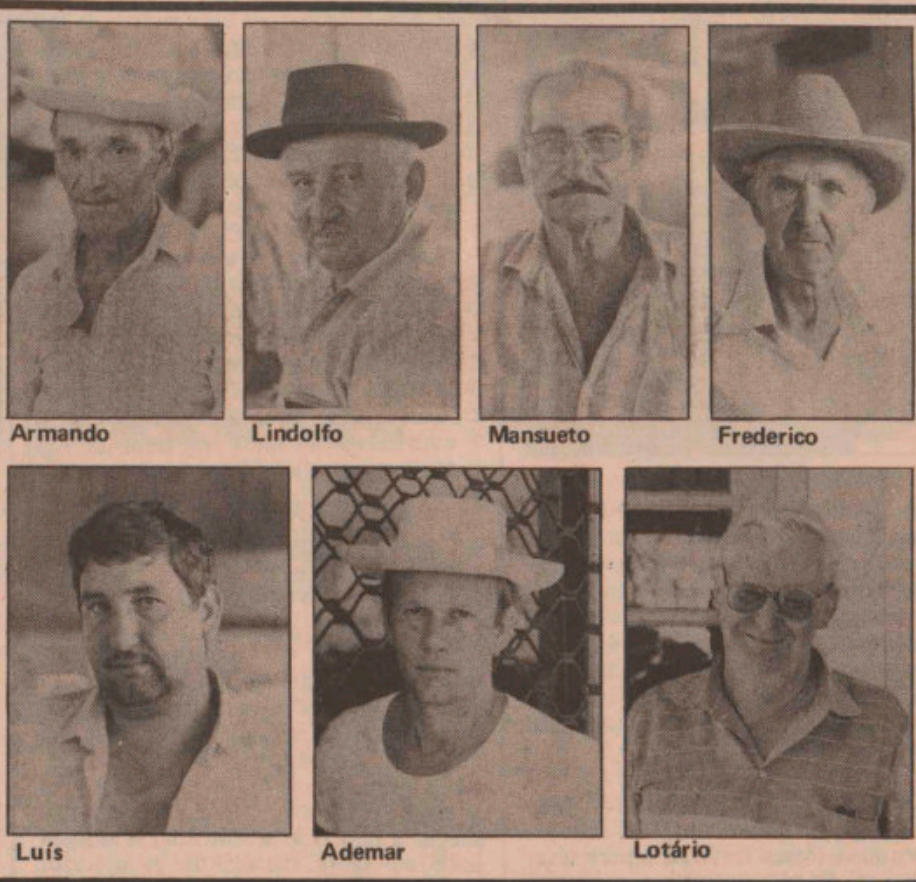
O seu Armando José Manhabosco era um dos tantos produtores que na segunda-feira de manhã, bem cedinho, saiu de casa com duas preocupações na cabeça: comprar veneno para acabar com a lagarta da soja e saber na Cooperativa alguma novidade a respeito do preço da soja. Um dos problemas ele resolveu: comprou o veneno. Mas de resto, voltou com as mesmas dúvidas para casa, já que naquela manhã ainda não se falava nos reajustes dos preços dos produtos agrícolas. Mas mesmo com tantas dúvidas, seu Armando, que é proprietário de 48 hectares de terra em Barreiro, Ijuí, está dando um "voto de confiança" ao governo, pois é de opinião de que estava na hora de dar um fim na "tal de correção monetária".

Apóia o congelamento dos preços, desde que o governo também tabelle os preços das máquinas, do adubo, da semente, dos medicamentos, do vestuário e puna aqueles que desobedecerem as suas leis. O que tem deixado o seu Armando um pouco preocupado são os preços mínimos. Acredita que o governo vai usar o bom senso e tabelar os preços de acordo com o ganho do agricultor. "Do contrário, faz um alerta, o agricultor endividado do jeito que anda, vai continuar vendendo a sua terra, o maquinário, as vaquinhas e indo embora para a cidade, a procura de empregos que não existem".

Para o seu Lindolfo Becker Sobrinho, proprietário de 74 hectares e arrendatário de mais 20 em Rincão dos Becker, Ijuí, essas medidas quase chegaram tarde. "Foi a saída encontrada pelo governo. Se ele não tomasse uma medida drástica, diz, não ficava no poder por mais tempo, tal era o crescimento da inflação". Admite que o resultado vai depender da colaboração de cada um, principalmente no que se refere ao congelamento dos produtos básicos a nível de consumidor.

Mas o mais importante para o seu Lindolfo, embora também se mostre um pouco apreensivo em relação aos preços dos produtos agrícolas, é que o juro vai baixar. "De agora em diante o agricultor vai poder fazer investimentos na propriedade. Com juro baixo, ele sempre vai saber em quanto anda a sua dívida".

"Agora vai acabar a exploração",



rebate o produtor Mansueto Didone, proprietário de 20 hectares no Alto da União em Ijuí. Está confiante nas medidas do governo e embora o pacote tenha falado muito pouco na agricultura, acredita que vai existir uma certa igualdade nos ganhos nos diferentes setores de produção. Para o agricultor, alega, é a oportunidade de trabalhar mais, produzir melhor e cuidar da terra".

MUITO RUIM

Na primeira hora da manhã, o seu Frederico Adolfo Kindler chegou na Cooperativa buscando uma informação: queria saber como ia ficar o rendimento de quem tinha dinheiro na poupança. Para trabalhar mais despreocupado, o seu Frederico, no início do ano, colocou Cr\$ 1.000.000 na poupança e com os

rendimentos, pagava as mensalidades da Unimed. "Para quem tem dinheiro a juro, a situação vai ficar ruim demais. Para poder pagar as mensalidades da Unimed, por exemplo, utilizando só os rendimentos, vou ter que triplicar a quantidade de dinheiro na poupança".

Mas tirando de lado a questão da poupança, o seu Frederico até concorda que a situação possa melhorar com os juros mais baixos. Lembra que até alguns anos atrás, o produtor pegava dinheiro emprestado a seis por cento de juro ao ano e não perdia o sono. Mas de uns anos para cá, do jeito que vinha a inflação e os custos de formação da lavoura, o agricultor estava preferindo pegar o dinheiro, colocar na poupança e viver de rendimentos. "Ele corria menos risco aplicando esse di-

Na base da adivinhação

O decreto lei 2.283, que trata das mudanças na política econômica, enche duas páginas de jornal, e trata desde a troca da unidade monetária (o cruzeiro pelo cruzado), até o reajuste dos aluguéis e o pagamento de impostos. Mas não dedica uma linha sequer ao setor primário. Por isso, a confusão causada entre os agricultores atingiu também especialistas nessa área, que ficaram à espera de informações esclarecedoras.

Essa confusão provocou uma enorme distância entre o tempo que os trabalhadores urbanos levaram para entender as medidas, e o período em que os agricultores ficaram tentando fazer adivinhações no escuro. Enquanto o pessoal da ci-

dade foi aos poucos decifrando o pacote, os produtores não tinham a quem recorrer. Afinal, como ficariam com as mudanças os preços da atual safra (soja e milho e outros produtos), os preços mínimos, o crédito rural?

A guerra à inflação, que será — de qualquer forma — benéfica para quem produz, repetiu assim, no seu início, um antigo vício da velha República. O setor primário, geralmente tratado com desca-so nos últimos anos, ficou fora das primeiras medidas disciplinadoras do pacote. O mercado agropecuário praticamente parou, em função disso, e muitas interrogações somente terão respostas seguras um bom tempo depois da divulgação do decreto.

nheiro do que fazendo lavoura".

A grande preocupação do produtor Luís da Rosa é com os preços dos produtos, que segundo ele, não podem ficar abaixo das previsões que vinham sendo feitas. Calcula que para a soja, por exemplo, o governo não pode estipular um preço abaixo de Cr\$ 150.000 por saco. "Só com esse preço, explica, o agricultor vai ter condições de pagar as suas dívidas. A lavoura de inverno não vai ter problema. A questão é como pagar os cinco meses de juro que ficaram para trás. Ai é que o governo tem de olhar para a agricultura".

MEDIDA CERTA

Uma das grandes vantagens do pacote, segundo Luís, que é proprietário de 30 hectares em Rincão da Laje, Ijuí, é que de uma vez por toda o governo acabou com as especulações. Com essa taxa de juro que o governo fixou, quero ver agricultor tirando dinheiro do financiamento para fazer outras aplicações e viver de rendimentos".

Para o Ademar Luís Krombauer, proprietário, em sociedade com o pai, de 479 hectares na localidade de Rosário, Augusto Pestana, onde plantam soja, milho e criam gado, esse pacote do governo vai beneficiar muito mais o assalariado do que o agricultor, "a não ser que o governo revise os preços mínimos anteriores". Pelas suas previsões, o saco de soja não poderia valer menos de Cr\$ 200.000 (ou 200 cruzados), mas agora, acredita que ele não passe de Cr\$ 110.000. "Se realmente for confirmado esse preço, a situação pode ficar pior do que estava, pois o agricultor não vai ter como pagar os financiamentos. Quem fez custeio e ainda pegou complementação de verba, vai precisar de mais ou menos uns 30 sacos de soja, ao preço de Cr\$ 110.000 para poder pagar o financiamento. E será que a lavoura, depois dessa seca, vai produzir tanto assim?", pergunta.

O Ademar também não acredita muito no congelamento dos preços dos alimentos, embora reconheça que a intenção do governo seja muito boa. "O que pode acontecer com essas medidas, é que comece a faltar produto no mercado interno. Ainda estou com o pé meio para trás com o pacote do governo, principalmente no que se refere a agricultura. Os preços dos produtos e as dívidas continuam do mesmo, tirando o sono do agricultor".

Mesmo sem ter muita informação sobre as novas medidas do governo, o seu Lotário Bruinsma, proprietário de 110 hectares em Linha Progresso, Augusto Pestana, já tem a sua opinião formada: uma grande decisão. Só em tentar segurar a inflação, o governo já tem um ponto ganho. "É um grande desafio que o governo lançou, e que precisa vencer. Ele só acha que o governo deveria ter adotado essas medidas em agosto/setembro, "quando poderia ter segurado melhor os preços dos insumos, das rações, das máquinas".

Esse ano o seu Lotário fez, pela primeira vez, toda a lavoura de soja financiada. E é justamente por essa razão, que acha que o governo não pode tabelar o preço da soja em menos de Cr\$ 120.000 o saco, em função do que o produtor já gastou e está pagando de juro.



O novo ministro da Agricultura chega a Brasília com festa na rua. E Pedro Simon deixa o governo fazendo queixas

O homem dos mutirões

Barreiras na área financeira

Uma pesquisa realizada em São Paulo, pouco antes da reforma do governo, mostrou que o ministro Pedro Simon estava entre os integrantes do primeiro escalão que o povo menos conhecia. Se a pesquisa se repetisse agora, isso certamente aconteceria também com o novo titular da pasta da Agricultura, Íris Rezende. Em Ijuí, o agricultor Helmut Guth só ouviu falar de Íris pela primeira vez quando da sua indicação para o cargo. Outros tantos devem ignorar de quem se trata.



Helmut Guth

Helmuth, que possui 25 hectares de terra na Linha 6 Leste e integra o conselho de representantes da Cotrijuí, esperava — como a maioria dos gaúchos — “alguém que fosse do Sul para substituir Pedro Simon”. O agricultor tinha inclusive “a esperança de que o escolhido seria o Ruben”, referindo-se a Ruben Ilgenfritz da Silva, secretário geral do Ministério, que saiu junto com Simon.

Agora, Helmut teme que aconteça com Íris Rezende o mesmo que aconteceu com o senador gaúcho durante os 11 meses em que esteve na pasta da Agricultura “Ele (Simon) não conseguiu fazer o que pensava, pois enfrentou problemas na área financeira, onde iam parar as reivindicações dos produtores”, observa Helmut. Para o agricultor, Simon não sai “queimado” do governo, pois não tem culpa se suas idéias não foram levadas adiante.

É ele quem diz: “Vamos esperar para ver se o novo ministro consegue alguma coisa”. Helmut reconhece que Simon vinha dando prioridade ao pequeno agricultor, e não tem muita certeza de que, com a mudança, esta mesma orientação será seguida. Ele também fica a se indagar sobre o destino que será dado aos estudos que o Ministério realizou, para mudar a política agrícola, e que se basearam num grande debate nacional com a participação de lideranças do setor, técnicos e agricultores.

Foto: Márcio Arruda



Os goianos receberam o novo ministro com faixas e cartazes. E fizeram a festa

Os novos rumos traçados para a política econômica deverão assegurar ao ministro Íris Rezende uma série de privilégios que seu antecessor, Pedro Simon, não teve na pasta da agricultura. Íris tomou posse no dia 14 de fevereiro. Anunciando que irá “romper a barreira das 50 milhões de toneladas anuais de grãos” que o país não consegue ultrapassar há bastante tempo. Simon, por sua vez, saía magoado, especialmente — segundo afirmou logo depois de deixar o Ministério — com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro (veja no quadro abaixo).

A posse do novo ministro foi transformada em festa, em Brasília, quando um público calculado em mais de duas mil pessoas aguardou Íris Rezende na rua, com faixas e cartazes. Soubese depois que a festa havia sido organizada por líderes ligados ao ex-governador de Goiás. A recepção tinha um apelo muito claro: deflagrar a campanha de Rezende à presidência da República.

Ele chegou, de fato, com muita força a Brasília, fortalecendo politicamente seu Estado e frustrando as tentativas dos gaúchos para manter a pasta nas mãos de

alguém do Rio Grande do Sul. Na verdade, Pedro Simon foi um dos últimos a saber quem seria seu sucessor, e isso aconteceu de forma surpreendente. Alguém foi até o Ministério para pegar uma cópia do organograma da pasta, que seria entregue a Íris Rezende. Isso ocorreu dias antes da substituição de Simon, quando os gaúchos ainda brigavam para continuar ocupando a Agricultura.

NOMES

Nessas gestões, feitas inclusive diretamente com o presidente José Sarney, vários nomes foram lembrados para suceder Simon. Surgiram então, como cotados, o ex-governador Sinval Guazzelli, o deputado federal João Gilberto e outro deputado federal, Sigfried Heuser. Os gaúchos queriam um deles no Ministério. Mas prevaleceu a escolha de Rezende.

Segundo os políticos que estiveram envolvidos na sucessão, Sarney escolheu como ministro o político de um Estado sem tradição como força política no setor primário. Assim, será mais fácil lidar com o titular de uma pasta que poderia transformar-se em problema diante das pressões de agropecuaristas de Estados fortes,

como São Paulo, Minas, Paraná e mesmo o Rio Grande do Sul.

REBELDE

De acordo com essa visão, Íris Rezende não será um rebelde dentro do governo. Simon, aliás, deixa a pasta com este rótulo, por ter se engajado — segundo integrantes da área econômica — à luta dos agricultores por crédito subsidiado, preços mínimos compensadores e a concessão da moratória. As primeiras análises feitas em torno do perfil de cada um deles — Simon e Rezende — indicam claras diferenças de comportamento.

Íris Rezende é considerado um político populista, que gosta de programas de impacto, como os mutirões envolvendo as populações urbanas de baixa renda. De que forma ele fará isso na agricultura? É uma indagação ainda sem resposta. Rezende é goiano, tem 52 anos, e foi um dos políticos cassados pelo governo militar, em 1969. Em 1982, elegeu-se governador de Goiás pelo PMDB, com uma das maiores votações do país.

DIFERENÇAS

A diferença básica, entre ele e Simon — segundo seus próprios colegas de partido — está no fato de que o senador gaúcho pretendia mexer a fundo na estrutura da política agrícola. Simon esperava direcionar a produção para o mercado interno e garantir crédito subsidiado aos pequenos agricultores. Rezende talvez não chegue a tanto, de acordo com as análises feitas até agora. Ele será um estimulador da produção, mas é provável que encontre resistências, dentro do próprio governo, para dar nova direção à política agrícola.

O novo ministro já herdou, de seu antecessor, um maço de documento, denominado “Estratégia de Desenvolvimento Agropecuário e Política Agrícola Nacional — 2.000”. É um programa de mudanças no setor primário, que assegura, — antes de qualquer coisa, tratamento especial ao pequeno agricultor, como primeiro passo para aumento da produção. Não se sabe ainda se o documento será aproveitado.

O otimismo de Íris

O novo ministro da Agricultura é um dos mais otimistas entre os novos integrantes do primeiro escalão do governo federal. Íris Rezende, que gosta de fazer declarações com forte apelo popular, deu amostras disto logo depois de assumir. Abaixo, uma síntese de suas opiniões, manifestadas alguns dias após a posse:



- O mérito está em trabalhar com pouco dinheiro, porque realizar muito, com dinheiro em abundância, qualquer um faz. O importante é o governo não deixar que faltem recursos para o custeio da produção.
- É uma vergonha que um país como o Brasil tenha que importar arroz, feijão, milho e outros produtos. Não podemos fi-

car a mercê da seca e das enchentes. É preciso mudar a mentalidade da política para o setor agrícola.

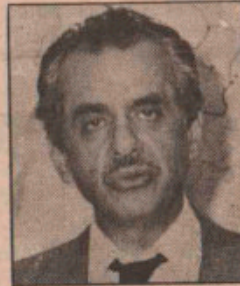
- Eu não deixaria o mandato de governador de Goiás e a possibilidade quase absoluta de me eleger senador, se não tivesse a certeza dos melhores propósitos do presidente. Assumo sabendo que ele me dará condições de tirar a agricultura brasileira da estagnação em que está mergulhada.

- V-mos estimular a produção e passar a barreira dos 50 milhões de toneladas de grãos. Precisamos, para isso, deixar de ver a agricultura como o pior dos investimentos. O agricultor precisa de mecanismos que lhe dêem tranquilidade, como um seguro agrícola que não beneficie apenas os bancos.

- Se não conseguimos crédito subsidiado, deveremos lutar por preços mínimos justos. Se não for assim, a agricultura continuará sendo o setor mais injustiçado da economia brasileira.

O desabafo de Simon

O senador Pedro Simon chegou ao Ministério da Agricultura, em março, com o mesmo entusiasmo que Íris Rezende demonstra agora. Mas Simon saiu magoado e já fez muitos desabaços. Suas críticas são dirigidas especialmente ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro. A seguir, um resumo dos comentários do ex-ministro após sua saída:



- Eu já tinha sido advertido de que o Ministério da Agricultura é um cemitério de políticos. Desse cemitério só escaparam o Delfim Netto e o Severo Gomes, e assim mesmo porque ficaram lá por pouco tempo.

- Quando entrei, queria fechar o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. A CFP era conhecida em manchetes escandalosas

dos jornais. A Coalbra estava falida, e também a Cibrazem e a Cobal eram foco de escândalos. Eu denunciei tudo isso, apresentei propostas, executei e iniciei a caminhada.

- Num país agrícola, mas voltado para a exportação, buscamos a produção de alimentos básicos, como o milho, o arroz e o feijão, ao contrário do que acontecia no governo anterior. Estabeleci uma política de preços mínimos e, num confronto com a área econômica, defendi o direito dos produtores de terem uma remuneração respeitável.

- Sempre lutei contra a figura do super-ministro, que antes era o Delfim Netto. Mas a influência da área econômica é tremendamente pesada, e o atual ministro da Fazenda tem mais poderes que o Delfim.

- É importante, num momento como este, que a agricultura tenha um homem como Íris Rezende, com a força do povo atrás de si. Só assim ele poderá enfrentar o poder dos ministros da área econômica.



O grupo de mulheres da região que participou do 1º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora

Multiplicar a luta

O 1º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, realizado em São Paulo nos dias 17, 18 e 19 de janeiro já começa a surtir os primeiros resultados práticos. Para que as propostas levantadas e discutidas não passem em brancas nuvens ou fiquem restritas apenas ao grupo de mulheres que participou do Congresso, a União de Mulheres de Ijuí, dando uma demonstração de capacidade e organização, já começa a se movimentar no sentido de realizar o II Encontro da Mulher Ijuicense. Para esse encontro, a União das Mulheres de Ijuí conta com a colaboração de sindicatos, associações de bairros, entre outros. Além da discussão das propostas levantadas no Congresso, esse II Encontro pretende assinalar o dia Internacional da Mulher, comemorada em 8 de março.

A União de Mulheres de Ijuí, com o apoio dos Sindicatos dos Comerciantes de Ijuí, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Augusto Pestana, Condor e Ajuricaba e mais o Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Ijuí, foi a responsável pela organização do grupo de 19 mulheres trabalhadoras da região que esteve presente no Congresso.

UM MARCO

A realização do II Encontro da Mulher Ijuicense, com data marcada para acontecer no dia 15 de março, na sede do Sindicato dos Comerciantes de Ijuí, foi decidido a partir de uma reunião de avaliação do Congresso pelo grupo de mulheres. Esse encontro deverá ter um efeito multiplicador das propostas levantadas em São Paulo, atingindo o maior número possível de mulheres da região. A conscientização das condições de vida e de trabalho da mulher, a situação do povo brasileiro, a participação na constituinte, nos sindicatos, entre outros, só ganhará força a partir do momento em que um maior número de mulheres também passe a se engajar nessa luta.

Para as participantes do grupo que foi até São Paulo, o Congresso representou um marco histórico no avanço das lutas das mulheres, do movimento sindical e da democracia. Um avanço maior vai depender de muito trabalho, da capacidade de organização e de discussão em cima de todas as questões que vêm sendo levantadas e discutidas. É justamente neste sentido que a União de Mulheres de Ijuí, criada a partir de 1982, vem trabalhando e procurando congregar todas as classes de mulheres trabalhadoras, independente de crença partidária ou religiosa.

A participação dos homens na discussão das lutas específicas das mulheres, segundo a União de Mulheres de Ijuí é importante, pois vai ajudar a fortalecer uma luta que envolve questões que dizem respeito a sociedade como um todo. Se hoje essas lutas vêm sendo discutidas de forma isolada é porque, historicamente, as mulheres sempre foram discriminadas e se continuar da mesma forma, a classe trabalhadora terá muitas dificuldades de avançar nas suas lutas. Toda a luta que hoje envolve a classe trabalhadora só vai andar na medida em que as mulheres tiverem um posicionamento claro dos seus problemas específicos e estiverem engajadas nas lutas gerais da sociedade.

O Congresso, segundo as mulheres que estiveram em São Paulo, também serviu para mostrar que existem, atualmente, vários níveis de conscientização e de avanços da mulher trabalhadora brasileira. O grande desafio é fazer com que todos esses níveis tenham uma maior clareza do

movimento que vem sendo realizado e das condições de vida e de trabalho da mulher. Além dos espaços garantidos para desenvolver suas lutas, as mulheres querem ter o direito de ter quantos filhos desejarem; de ter creches junto aos locais de trabalho, inclusive no campo; de salário igual para trabalho, igual e de maior acesso ao mercado de trabalho. E para superar essas barreiras e tantas outras é preciso muita discussão e organização, inclusive com a participação do homem.

CONSELHO ESTADUAL

Outra luta que a União de Mulheres de Ijuí pretende engajar daqui para frente, e para isso espera o apoio de todas as categorias de trabalhadores, diz respeito a criação de um Conselho Estadual da Condição Feminina, a exemplo do que já ocorre em São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A criação deste Conselho servirá para fortalecer ainda mais o Conselho Nacional e quem sabe, mais tarde, transformá-lo em Ministério dos Direitos da Mulher.

Um grande compromisso

Líder de núcleo há vários anos, a dona Gertrudes Comman-deur, da Linha 6 Norte, Ijuí, participou como observadora do 1º Congresso Nacional da Mulher



Gertrudes

Trabalhadora, realizado em São Paulo, à convite da União de Mulheres de Ijuí. O que mais impressionou a dona Gertrudes foi o nível das discussões do Congresso. "É surpreendente, diz, como a mulher trabalhadora brasileira já está sabendo o que quer. O grau de conscientização é muito grande e ela não está mais querendo saber de sofrer tantas discriminações. A disposição para a luta é intensa".

Mas o Congresso foi apenas mais um passo dado e que também serviu para que as mulheres pudessem desabafar seus problemas. "Ninguém quer brigar com os homens. Apenas queremos garantir os nossos direitos". Acredita que a luta não pára aí. Agora é hora das mulheres que tiveram a oportunidade de

participar do Congresso, saírem a campo, divulgando as propostas levantadas. "Esse é o nosso compromisso".

Todas as propostas serão levadas a uma grande parte das mulheres de Ijuí e da região, através de um encontro que está sendo organizado pela União de Mulheres de Ijuí, com data marcada, para sua realização, em 15 de março. Considera esse encontro como uma continuidade do que aconteceu em São Paulo e que deverá contar com a participação tanto da mulher trabalhadora da cidade como do meio rural.

Nesse dia, muitos serão os assuntos a serem colocados em discussão, elevando ainda mais o nível de conscientização da mulher rural. "Sabemos das limitações que ainda temos pela frente e que precisamos superar". Acha, por exemplo, que a participação da mulher no sindicato ainda é muito restrita. Quanto às eleições, vê necessidade da mulher se tornar mais ativa e atenta. "Nossa disposição é dar o nosso voto para o candidato que realmente estiver comprometido com a nossa luta. O voto é a nossa grande arma e vamos usá-lo. Deixá-lo de fora significa aprovar toda essa situação que está aí".

As propostas discutidas no Congresso

Durante os três dias, as 4.028 mulheres trabalhadoras de todo o Brasil, representando 712 sindicatos e que participaram do 1º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, discutiram questões que se estenderam desde as condições de vida e de trabalho do homem e da mulher, os direitos da mulher, reforma agrária, constituinte, sindicalismo, até previdência social. Um resumo das propostas levantadas e discutidas no Congresso, dá uma idéia de que a mulher trabalhadora está disposta a arregaçar as mangas e sair à luta.

Condições de vida e de trabalho

- Salário igual para trabalho igual; melhoria do acesso da mulher ao mercado de trabalho; garantia de todos os direitos trabalhistas a todas as trabalhadoras; maior fiscalização, com a participação das mulheres, no cumprimento da legislação por empresas; instalação pelas Prefeituras, de pré-escola que atendam crianças de quatro a seis anos; criação de creches, respeitando o horário de trabalho da trabalhadora rural, assumida por homens e mulheres de forma a não discriminar a educação dos filhos e assistência médica e transporte gratuito para as crianças que ficam nas creches.

Direito das mulheres

- Uma CLT extensiva a todas as categorias profissionais; pela não dependência de autorização do marido para o trabalho da mulher casada; estabilidade de um ano para a gestante e reformulação dos artigos referentes às creches nos locais de trabalho.

Reforma Agrária

- Por uma Reforma Agrária anti-latifundiária e imediata e pela participação da mulher trabalhadora rural na implantação da reforma agrária.

Previdência social no campo

- Apoio ao projeto de Previdência da Contag, que estende benefícios dos trabalhadores urbanos aos do campo, inclusive, prevê a aposentadoria da mulher rural aos 50 anos e dos homens aos 55 anos.

Constituinte

- Participação efetiva das mulheres na Constituinte; apoio aos candidatos que estejam comprometidos com as lutas da classe trabalhadora em todos os momentos; reforma tributária com o apoio do trabalhador rural, pois as Prefeituras não dispõem de recursos suficientes para realizar atividades que beneficiem as comunidades rurais; reformulação da política habitacional para o trabalhador rural; previsão do "plebiscito constitucional" e restrição ao direito de propriedade, adequando-os aos interesses da sociedade.

Sindicalismo

- Fortalecimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais através da participação das mulheres trabalhadoras; presença dos sindicatos juntos aos trabalhadores; promoção, pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, de debates com filmes que incentivem a participação dos trabalhadores e organização das mulheres através de campanhas de associações, reuniões, debates, discussões e tomadas de decisões.

Custo de Vida

- Congelamento dos alimentos básicos; fim da figura do intermediário; presença da Cobar nos bairros de trabalhadores rurais e que estes tenham acesso à compra de produtos através do sistema de cadastramento ou cotas; fiscalização da qualidade dos produtos alimentícios e taxaço de preços através de programas.

Empregada doméstica

- Garantia de salário mínimo; limitação da jornada de trabalho; alimentação; livre opção de moradia ou não no emprego; férias e 13 regulamentados pela CLT; garantia de descanso de 24 horas consecutivas semanal, além de feriados e aviso prévio de no mínimo oito dias.

Trabalhadora negra

- Destruição do mito da democracia racial que impede o negro de lutar contra a discriminação que sofre; campanhas para destruir o estereótipo que existe em relação ao negro; promoção de cursos mostrando a participação do negro na construção do Brasil; respeito à criança e à professora negra.

Depois da seca, as pragas

Alguns produtores chegaram a fazer até cinco aplicações

A volta das chuvas regulares, ainda no mês de janeiro, permitiu a recuperação das lavouras de verão na Região Cotrijui em Mato Grosso do Sul. Os danos causados pela estiagem foram, porém, irreversíveis, especialmente na região da Grande Dourados, onde a falta de chuva se fez sentir com maior intensidade nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Técnicos da cooperativa afirmam ser difícil quantificar os prejuízos causados pela estiagem, pois muitos são os fatores que influem no aumento ou redução das perdas. Apontam entre estes fatores a redução da área, o plantio atrasado, o replantio fora da época recomendada, o atraso no desenvolvimento das plantas e, também, o intenso ataque de pragas.

ÁREA

Levantamento realizado pelos técnicos da cooperativa mostra, no caso da soja, que a intenção de plantio de 739 mil hectares (veja tabela) não foi alcançada dentro do período recomendado. Até o final de 1985 os produtores haviam plantado 633.100 hectares, mas como o prazo de plantio foi prorrogado até o final de janeiro foram formados mais 146 mil hectares na Região Cotrijui (plantio atrasado ou replantio). A quebra, em termos de área, é estimada hoje em 38 por cento, com o que se tem pouco mais de 485 mil hectares em condições de uma produção normal.

A perda em área na lavoura de milho é maior que da soja, mas inferior a das demais culturas com expressão econômica no Estado. A estimativa inicial de plantio era de 81.800 hectares, dos quais 78.300 foram plantados dentro da época recomendada. O replantio alcançou uma área de 15.400 hectares. A perda, por sua vez, é estimada em 55 por cento, com o que se tem 41.907 hectares em boas condições de produção.

O arroz apresenta uma perda estimada em 66 por cento, com o que se tem 42.341 hectares em boas condições, quando a previsão inicial era de 126.800 hectares, dos quais 120.300 foram plantados dentro da época recomendada pelos órgãos de pesquisa. O replantio alcançou, segundo os levantamentos, 7.208 hectares que estavam totalmente perdidos em função da estiagem.

O prejuízo maior, em termos de área, ocorre na cultura de feijão. Dos 2.880 hectares previstos inicialmente para

cultura, 2.860 foram formados. Os prejuízos, entretanto, foram sérios — da ordem de 85 por cento — levando os produtores a replantarem 300 hectares, com o que se tem hoje 490 hectares plantados com feijão.

PRODUÇÃO

A perda causada em função da estiagem não ocorre apenas em termos de área. A produtividade das lavouras também apresenta uma redução significativa, especialmente no caso da soja. Os técnicos estimam uma produtividade média de 1.510 quilos por hectare na atual safra, quando o produto costuma render em média 2.100 quilos por hectare. A redução da produtividade é, então, da ordem de 28 por cento.

Para as demais culturas de verão, a redução da produtividade deve ser bem menor que da soja. Para o milho, a média deve cair de 2.500 para 2.462 quilos por hectare, ou seja, uma redução de 1,5 por cento. Pequena redução, de 2 por cento, também é esperada para o arroz. A média do estado é de 1.300 quilos por hectare e os técnicos estimam que caia para 1.274 quilos por hectare na atual safra.

A redução de produtividade do feijão é um pouco maior, da ordem de 4,5 por cento. A média do Estado, que já é baixa, se situa em 525 quilos por hectare e para esta safra se espera uma média de 525 quilos por hectare.

DESENVOLVIMENTO

O estágio de desenvolvimento é bastante diferenciado dentro de uma mesma cultura. Enquanto as variedades precoces de soja, as mais atingidas pela seca, estão em fase final de maturação — Rio Brillante inclusive recebeu 1.800 quilos no dia 24 de fevereiro — as variedades de ciclo médio e tardio apresentam maior



Expectativa de rendimento da lavoura varia dentro do mesmo município

desproporção quanto ao estágio de desenvolvimento. Se pode encontrar lavouras de pequeno porte, em pleno crescimento, ao lado de outras já em fase de floração ou de formação de grãos.

O plantio atrasado ou replantio é responsável por esta situação também nas demais culturas de verão. A expectativa é de que a colheita se prolongue durante o mês de maio, atrasado em consequência do plantio das culturas de inverno, onde o trigo deve apresentar significativo aumento de área (veja matéria nas páginas 14 e 15).

PRAGAS

A falta de chuva nos últimos meses de 1985 favoreceu o desenvolvimento de

todos os tipos de pragas, muitas das quais responsáveis pelo aumento do dano econômico das lavouras. Na soja, a principal cultura do período, intenso e generalizado foi o ataque de lagartas. Com a volta das chuvas a situação mudou um pouco, pois se criou condições para o desenvolvimento dos inimigos naturais.

Os produtores de Mato Grosso do Sul realizaram de três a cinco aplicações de veneno para controlar os diferentes tipos de pragas que atacaram suas lavouras. A despesa extra, segundo os próprios produtores, diminuiu ainda mais a expectativa de lucro, já prejudicada pela quebra na produção.

PERDAS EM ÁREA E EM PRODUTIVIDADE EM MATO GROSSO DO SUL — REGIÃO COTRIJUI

Culturas	ÁREA					PRODUTIVIDADE		
	Previsão inicial	Plantio efetivado	Replanteio ou plantio atrasado *	Quebra na área	Total da área	Estimativa de produtividade	Média de produtividade	Quebra na produtividade
	(ha)	(ha)	(ha)	(%)	(ha)	(kg/ha)	(kg/ha)	(%)
Soja	739.000	633.100	146.000	38	485.042	1.510	2.100	28,0
Milho	81.800	78.300	15.400	55	41.907	2.462	2.500	1,5
Arroz	126.800	120.300	7.208	66	42.341	1.274	1.300	2,0
Feijão	2.880	2.860	400	85	490	525	550	4,5

* Após 31 de dezembro de 1985

Boa produtividade: casos são raros

Os produtores de Mato Grosso do Sul têm diferentes expectativas quanto aos resultados da atual safra de verão. Existem aqueles que, apesar da seca, esperam colher bem, enquanto outros acreditam que o resultado a ser alcançado será insuficiente para cobrir as despesas feitas junto aos bancos e outros locais.

A situação descrita pode ser encontrada num único município do Estado, no caso Maracaju, onde por exemplo o associado João Urias Rodrigues Gomes planta soja em 370 hectares arrendados. Parte da lavoura foi formada em dezembro e o restante em janeiro, após a volta das chuvas.

Sua expectativa é de colher 20 sacos de soja por hectare, mas como financiou a formação de 260 hectares teme que o que irá colher não seja suficiente para cobrir sequer as despesas junto ao banco. Ele tem comprometidos cinco sacos por hectare com o arrendamento da terra. João defende a prorrogação dos dé-

bitos dos produtores, com juros subsidiados, como sendo a única forma dele e outros produtores poderem continuar na atividade.

Pouco melhor é a situação do associado Eldo Miguel Vieira, que planta pela última vez no estado, já que comprou terras em Goiás. Ele plantou 60 hectares com arroz e 400 com soja, cultura da qual espera colher pelo menos 30 sacos por hectare, volume que fica abaixo de sua média normal, de 35 sacos por hectare.

Eldo acredita que poderá pagar o financiamento feito no banco, mas teme não poder saldar outras despesas que fez em relação a lavoura. Para ele, a moratória é a única saída, já que o preço da soja no mercado internacional não permite uma expectativa de ganho maior.

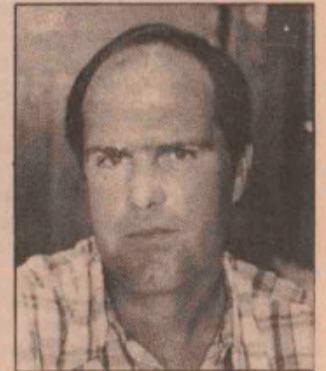
Apesar da estiagem, o associado Gijsbertus Beukhof espera colher 45 sacos de soja por hectare, cultura da qual tem plantados 330 hectares. O próprio



João Gomes



Eldo Vieira



Gijsbertus Beukhof

associado diz ter sido beneficiado com uma chuva em meados de dezembro, que não caiu em propriedades vizinhas, mas não atribui apenas à chuva o sucesso de sua lavoura.

Os cuidados com o solo — sempre tem plantado sobre resteva de culturas

que incorporam Nitrogênio ao solo — e uma boa adubação, geralmente superior a recomendada pelas análises de solo, são fatores que segundo ele permitem hoje uma expectativa de bom rendimento e, também, tranquilidade quanto aos compromissos assumidos.

Sem secas ou enchentes

Plano elaborado há 20 anos será finalmente aproveitado em D. Pedrito

Beneficiado generosamente pela natureza, Dom Pedrito possui um enorme potencial de terras férteis e planas, com grandes reservas hídricas, o que lhe coloca em posição privilegiada para produzir produtos agropecuários, principalmente grãos irrigados, preferentemente o arroz. O município cultiva hoje apenas 25 mil hectares de cereal, quando suas possibilidades vão a quase 150 mil hectares.

Para que se alcance essa potencialidade de produção, bastará a construção de um conjunto de doze barragens nas nascentes ou respectivos cursos de arroios do município, que são: Bento Rengo, arroio do Lajeado, arroio do Gusmão, arroio Silva, arroio Sangão, rio Vacaiquá, arroio Upacarái, banhado dos Duarte, sanga do Faria, arroio do Meio, sanga Funda e sanga das Capivaras.

A maior delas, e mais importante, é a de Bento Rengo, que sozinha — uma vez concluída — praticamente dobrará a capacidade de irrigação do município, acrescentando uma extensão de mais de 23 mil hectares. Estudos técnicos feitos pelo pesquisador Fredolino José Bourscheid, na década de 60, mostram que Dom Pedrito possui exatamente 146 mil hectares de várzeas próprias, com garantia de água permanente.

CARACTERÍSTICAS E ÁREA DO PROJETO

As obras recomendadas têm por base o aproveitamento das várzeas do rio Santa Maria e arroio Ponche Verde, logo após suas nascentes. O erguimento das barragens permitirá a distribuição de água acumulada e a respectiva distribuição, por canais de encosta pelo processo de gravi-



Aproveitamento das riquezas hídricas vai evitar as cheias

dade, em toda a extensão, uma vez que as áreas a serem irrigadas localizam-se em áreas mais baixas que as dos reservatórios.

Do complexo total de barragens, cinco são essenciais, e as restantes, complementares. No complemento às obras, será necessário a construção de 226 quilô-

metros de canais de encosta e 156 de drenos principais, com retificação dos cursos naturais de escoamento existentes.

As áreas a serem alagadas, com raras exceções, pertencem a proprietários com mais de mil hectares. A jussante — aquelas terras que vão receber os benefi-

Benefícios imediatos

O agrônomo do Irga (Instituto Riograndense do Arroz), Eloy João Cordero, diz que sempre que ocorrem obras de grande vulto, há um grupo de pessoas que entram, compulsoriamente, com sua cota de sacrifícios. No caso destas barragens, enfatiza o técnico do Irga, isso não vai ocorrer. As áreas de campo que ficarem cobertas com água trarão benefícios imediatos a seus proprietários, caso eles se tornem cotistas das barragens.

E fez um demonstrativo sobre os rendimentos que cada "alagado" poderá ter, proporcionalmente à sua área, afirmando: "Para se ter idéia do rendimento que o proprietário alagado receberá, fornecendo água de irrigação, comparado com o custo atual do arrendamento para a pecuária, veremos que um hectare para a pecuária rende ao dono do campo Cr\$ 193.180 ao ano, enquanto um hectare de alagado pode render de Cr\$ 4 a 6 milhões/ano.

O agrônomo adverte que por ser Dom Pedrito um município eminentemente agropastoril e tendo o arroz como a cultura mais estável, o desenvolvimento dessa lavoura é o ponto fundamental para a multiplicação do tão desejado crescimento. Mas além do arroz, há condições de desenvolver e aprimorar a irrigação de outras culturas de verão, como a soja, o milho, o feijão e as pastagens.

Referindo-se à seca, a mais penosa dos últimos 30 ou 40 anos, disse que é chegada a hora de repensar sobre os métodos de cultivo. Pela extensão das terras próprias para o arroz, muitos agricultores são motivados a cultivar áreas maiores que suas respectivas capacidades de água. Eles têm esperança de que as chuvas possam repor a água das barragens. Mas quando isso não ocorre — e neste ano tivemos o exemplo mais trágico — as perdas são significativas. Para esta safra, estamos contabilizando 40 por cento de prejuízos apenas por consequência da seca.

Por isso que o momento é oportuno pa-

ra revitalizar o projeto Bourscheid, que tem 20 anos de existência. Sem dúvida, esse conjunto de barragens é o melhor projeto de irrigação do Estado, considerando a sua economicidade e respectiva projeção social, afirmou o técnico.

Além da irrigação na área, o leque de benefícios sociais será muito amplo. Apenas para citar o arroz, o aumento de 20 mil hectares/ano vai gerar 532 empregos diretos na lavoura. Vai criar necessidade de 133 novas automotrizes, 400 tratores, 133 graneleiros de 12 toneladas, 266 de três toneladas, 133 entaipadeiras, 1.200 grades e diversos outros implementos.

CHEIAS

Assegura o técnico Eloy Cordero, que não ficam apenas as vantagens da construção da obra. Ela vai conter as enchentes ocasionais que ocorrem durante as fases de florestamento e maturação do arroz. Vai estabilizar o rio Santa Maria, resolvendo o crucial problema de abastecimento de água à população urbana; vai dar condições à criação de peixes e proporcionar lazer a população durante todos os meses do ano. As reservas permanentes nas barragens permitirão conservar e desenvolver a fauna aquática como fonte alimentar ao trabalhador rural e sua família.

O técnico lembrou também que o custo do projeto poderá ser reduzido sensivelmente, à medida que os proprietários das áreas alagadas se cotizem e participem do empreendimento. Como retorno, eles receberão a indenização proporcional da taxa recolhida, no fornecimento de água. Ao nosso ver, finalizou, deve ser esta a idéia central e dinamizadora do empreendimento.



Eloy Cordero

O autor da idéia

Fredolino José Bourscheid é um homem extremamente agitado aos 72 anos de idade, o que não aparenta. Mora num pequeno apartamento à avenida Gastão Mazon, nos fundos do estádio do Grêmio Futebol Portolegrense. E o apartamento torna-se ainda menor quando Fredolino dispõe seus mapas abertos sobre o carpete, transformando a pequena sala num mosaico imenso por onde "correm" os rios e arroios deste País, desde o Diapoque ao Chui. Em sua mapoteca particular, construída com muito esforço e sob suas custas, conforme enfatiza, há uma radiografia visual e nítida do sistema hidrográfico brasileiro.

Estudioso de nossos rios e lagos há 30 anos, acabou apaixonado por tudo o que é curso d'água corrente. Mas em igual proporção, é um revoltado pelo descaso em que essa importantíssima fonte da natureza — primordial à nossa vida — é considerada em nosso País. E diz, sem meias palavras, que os projetos de irrigação feitos no Brasil têm servido mais a quem os implantam do que aqueles a quem as obras são destinadas. A própria hidroeletificação implantada, com raras exceções, não tem levado em conta as reais necessidades sociais e econômicas regionais ou nacionais e a própria natureza ecológica nos espaços ocupados.

O que tem sido enfatizado nessas obras, no mais das vezes, é a verdadeira "mania de imagem" de uns e inconfessáveis interesses de outros. Haja visto o que aconteceu em Itaipu, uma obra de proporções

gigantescas que consumiu dezenas de bilhões de cruzeiros, sem muitos resultados práticos até o momento e que é de duvidoso futuro.

NA DÉCADA DE 60
Apesar de aposentado, Fredolino Bourscheid continua sendo um membro dos mais atuantes na Comissão Consultiva do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, entre outras atividades, inclusive como conselheiro da empresa Bourscheid Engenharia e Consultores Ltda, de propriedade de seus filhos, que são engenheiros civis.

Foi ele que visualizou a malha hídrica de Dom Pedrito, município dos mais dotados em possibilidades de irrigação. Dessa visualização surgiu o chamado Plano Bourscheid, cujo projeto já foi levado a Brasília, com pedido de aprovação junto ao Ministério do Interior. O trabalho de Bourscheid foi desenvolvido na década de 60, quando palmilhou todo o território pedritense e municípios vizinhos, observando todos os cursos de água, alguns deles desde a nascente até a desembocadura em outros arroios ou rios.

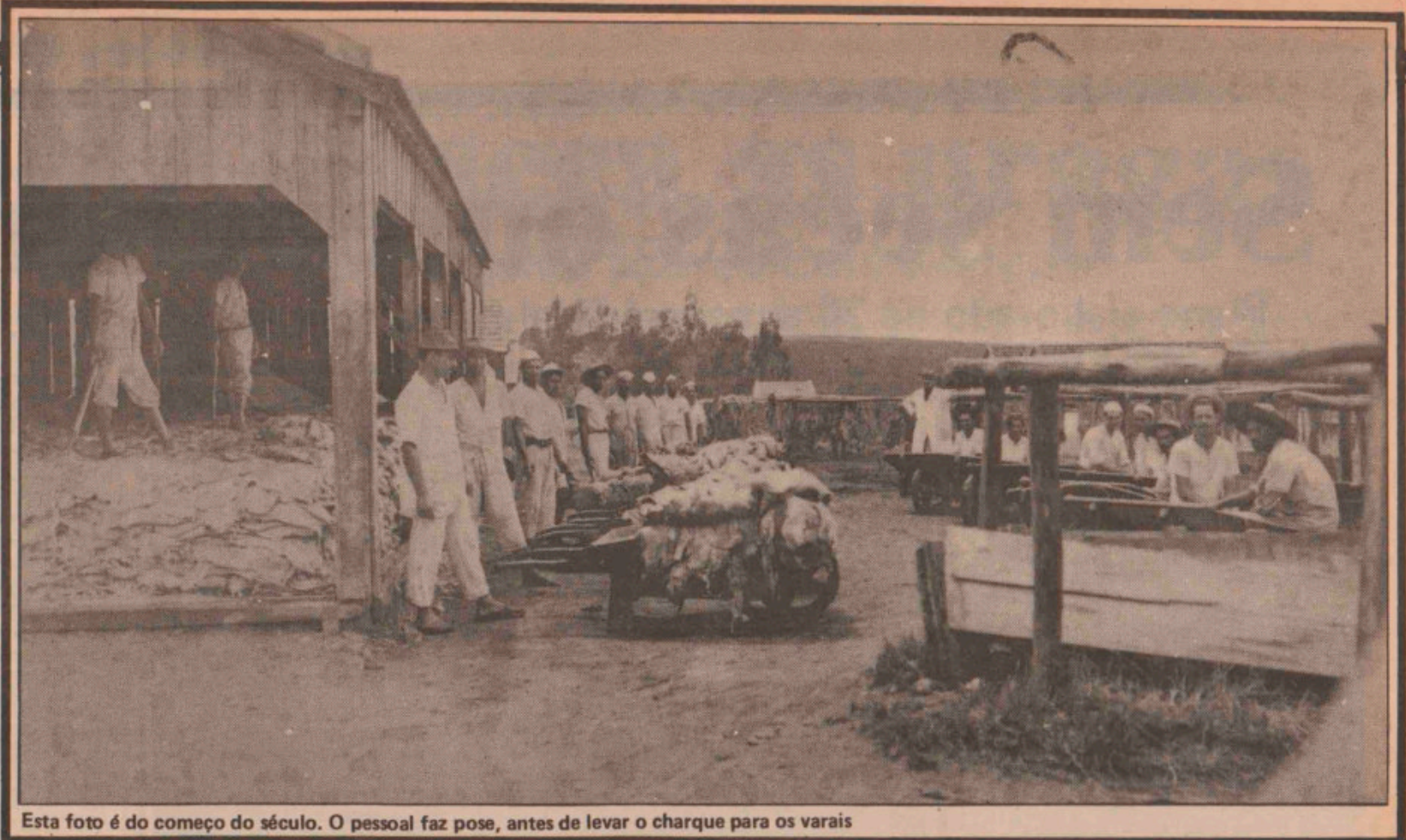
Faz questão de se proclamar autodidata, mas possui um curriculum vitae invejável até mesmo para muitos graduados. É autor de estudos e trabalhos concluídos em torno de nossas bacias hidrográficas, em grande número, e merecedoras de aplausos dos maiores especialistas no gênero.
De origem profissional militar, tendo servido muitos anos no 1º Batalhão Ferroviário, desligou-se do Exército para se dedicar com maior liberdade, aos estudos de hidrologia e geodésica, cumprindo assim a uma vocação natural, para quem se proclama um "geomaníaco".
Constam de seus projetos estudos de coordenação dos trabalhos de topografia da área do Banhado do Colégio, no Rio Grande do Sul, até um projeto de irrigação do rio Oti, na República de Gana, na África. Tem vários trabalhos publicados e dezenas de palestras e conferências proferidas.

LIDERANÇAS

As lideranças políticas e empresariais de Dom Pedrito estão de pé, pelas barragens. A Prefeitura Municipal, Associação dos agricultores, a Cotrijuf, o Sindicato dos Empregados Rurais, Associação Comercial, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Irga — Instituto Riograndense do Arroz, através da Comissão Provisória das Barragens de Dom Pedrito ergueram bem alto a bandeira do projeto.

O prefeito Quintiliano Machado Vieira (PMDB) já esteve em Brasília defendendo a obra, "que vai ser a solução definitiva dos problemas de Dom Pedrito, tanto para as estiagens como para as enchentes". Ele diz que em todos os contatos mantidos nos Ministérios do Interior, Agricultura e no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, onde debateu o projeto em cima de farta documentação visual, recebeu palavras de estímulo e incentivo para prosseguir. Por isso, ele entende que o grupo constituído para trabalhar politicamente em cima do projeto, que não tem cores partidárias mas tem como bandeira apenas o município de Dom Pedrito, vai sair vitorioso nesse grande empreendimento.

A Indústria Pedritense de Carnes surgiu em 1936, já no fim da época das charqueadas, foi depois transformada em frigorífico e completa agora 50 anos. A história dos saladeiros, das estâncias e desta indústria que já nasceu como cooperativa está sendo relembrada pelo jornalista Raul Quevedo, que esteve em Dom Pedrito



Esta foto é do começo do século. O pessoal faz pose, antes de levar o charque para os varais

As estâncias e as charqueadas

Na minha terra — lá, quando o luar banha o poteiro, passa cantando o tropeiro, cantando, sempre cantando... (Lobo da Costa)

O Rio Grande nasceu nas estâncias e cresceu nas charqueadas. Por isso que não se pode analisar a economia gaúcha sem uma viagem atenta e prolongada de volta ao século XVII, quando apenas se esboçava a formação primitiva de nosso patronato político. O gado foi a moeda que circulou primeiro por estas paragens ermas do Brasil Colônia, a partir da entrada de Silva Paes através do revoltoso quebra-mar do canal da Lagoa, em Rio Grande.

Pelo interior do pampa imenso, onde só o homem e seu cavalo enfrentavam os desígnios da natureza, de nada valiam os dobrões portugueses cotados a ouro, que tanta cobiça despertavam na corte. Era o boi a única moeda que circulava. E era uma moeda sem donos, cunhada, por assim dizer, pela própria natureza. Não era cotada ao padrão do câmbio e nem se lhe estabelecia valor intrínseco. Era o dinheiro disposto no campo, à disposição de quem tivesse destreza, coragem e habilidade para abater o gado chimarrão que povoava os campos, desde o vale do Jacuí ao delta do rio da Prata.

Além do ágil cavalo crioulo, dois instrumentos eram inseparáveis dos gaúchos daqueles tempos, constituindo-se em seu "arsenal": o jarrete e a faca. Sem essas utilidades — que tanto serviam ao ataque como à defesa — era completamente impossível a vida nos campos agrestes do Extremo Sul.

AS PRIMEIRAS CHARQUEADAS

Os primeiros charqueadores abateram gado alçado, também chamado "chimarrão", que abundava em estado de selvagem pelas planícies virgens que se estendiam — sem divisas ou cercas — sempre ultrapassando a linha do horizonte.

O dono não era o que enxergava primeiro, mas o que tinha mais força e coragem para dominar os animais. Esse trabalho era executado pelo campeiro, um tipo rude e audacioso, forjado pela inclemência do ambiente. Primitivamente foi o índio — um tauru sem Deus e sem lei, cavaleiro exímio e hábil no manejo da boleadeira. Da mescla do índio e do europeu, surgiu o gaúcho, um elemento tão corajoso e ágil quanto o primeiro, porém, sensivelmente mais astuto e inteligente do que aquele.

Parece que as primeiras charqueadas dignas dessa denominação surgiram na Argentina e no Uruguai, ainda no limiar do século XVIII. A charqueada, a despeito de seu primitivismo, estabeleceu valor ao gado, que antes — como se viu — era caçado e morto e dele retirado apenas o pedaço com que era feita a refeição do momento.

Em torno das charqueadas surgiram as primeiras nucleações urbanas, origens de muitas cidades da pampa, nos três países do Cone Sul. Também surgiram nos países do Prata os primeiros mercados de venda de gado, chamados "tablada", cujo êmulo, no Brasil, foi a tablada pelotense, que funcionou durante todo o século XIX e início do XX.

AS CHARQUEADAS NO BRASIL

As primeiras charqueadas organizadas em termos de economia industrial no nosso país, surgiram só no último quartel do século XVIII, em 1780. A primeira que a história registra foi a do cidadão José Pinto Martins, localizada à margem direita do arroio Pelotas. Em seguida, outras foram surgindo ao longo desse curso de água, à margem esquerda do São Gonçalo e no arroio Santa Bárbara.

O aproveitamento semi-industrial do gado, já com valores monetários específicos, estabeleceu o negócio regular do charque com valores e regras de comercialização. Para se conhecer pormenores daqueles tempos, duas obras são indispensáveis. O livro de August de Saint-Hilaire (Viagem ao Rio Grande do Sul) e "Memórias-Ecônomo

Políticas", de Antônio Gonçalves Chaves, um português trasmontano que foi talvez o maior charqueador em Pelotas, no início do século XIX.

UM GRANDE REMATE CHAMADO TABLADA

O número de charqueadas estabelecidas e o volume de gado exigido para abates, transformou a incipiente Pelotas — que primitivamente foi chamada São Francisco de Paula — num grande centro para onde eram dirigidos todos os negócios de pecuária da Província. Tropas vindas de todo o território e até do norte do Uruguai, demandavam à Pelotas, o que exigiu a criação de um organismo disciplinador das vendas e fosse ponto de convergência a vendedores e compradores, a exemplo do que já havia ocorrido nos países do Prata. Assim nasceu a tablada.

O naturalista alemão, Herbert Schmidt, que esteve em Pelotas por volta do ano de 1880, assim se referiu à grande feira de remates — a maior que já existiu no Brasil, em qualquer época — referindo-se à tablada:

"Chama-se tablada um descampado imenso de campos, onde dezembro a maio de cada ano se vendem as manadas que chegam. Algumas trazem até 30 dias de viagem. Podem haver aqui até vinte datas (tropas) simultâneas, cada uma somando centenas de cabeças. Rudes gaúchos, vestidos com a habitual camisa de chita, ceroula (chiripá) ou bombachas e ponchos de riscado, galopam em todas as direções para conservar o gado em lotes, sem misturar com os de outras marcas.

Os animais, cansados do longo caminho percorrido, conservam-se juntos, movendo os chifres e urrando baixinho, em tom de queixa...

Os charqueadores movimentam-se agilmente, em belos cavalos, examinando as diversas tropas e calculando-lhes o valor, com rapidez e precisão admiráveis. Eles fecham negócios de centenas de contos de réis num abrir e fechar de olhos. O merca-

do é sempre ativo, porque a concorrência é muito forte entre os mais de trinta charqueadores da cidade.

Quase sempre as boiadas inteiras são vedidas logo após a chegada. Os compradores levam-nas imediatamente para as suas charqueadas, que sempre se localizam à margem de um rio, dos três que banham a cidade".

É importante destacar que por essa época (final do século XIX) as charqueadas pelotenses e gaúchas já viviam seus ocassos, ressentindo-se da forte concorrência uruguaia e argentina. Tivesse Herbert Schmidt estado em Pelotas uns 30 anos antes, por volta de 1850, teria constatado um universo de mais de 50 charqueadas, que chegavam a abater um milhão de cabeças de gado, por safra.

E VIERAM OS FRIGORÍFICOS

Com a virada do século, chegaram os frigoríficos, a chamada indústria do frio. Trazido pelos ingleses, eles reforçaram a pressão às charqueadas que, conforme se viu, já sofriam a concorrência dos países platinos. E esses países, que haviam se antecipado ao Brasil na indústria saladeril, madrugaram também na implantação dos frigoríficos.

Lá eles surgiram no princípio do século. Aqui, por volta de 1920. A cidade de Rio Grande, em virtude de seu porto marítimo, recebeu o primeiro frigorífico: a Cia. Swift. Posteriormente, Santana do Livramento e Rosário do Sul também receberam grandes unidades, todas de procedência inglesa. Mas, paralelamente, surgiram também frigoríficos nacionais, como a indicar que a era do charque se aproximava do fim.

A visão do Rio Grande antigo foi marcada pela estância, o gado e a charqueada. O poeta Lobo da Costa, nosso rapsodo do século XIX, homem tipicamente urbano, mesmo assim viu, sentiu e foi tentado pela força telúrica do campo, que cantou em várias de suas obras.

Cooperativa desde o início



Nos saladeiros, o que interessava mesmo era o charque tirado da barrigueira

O século XIX assinalou o apogeu das charqueadas no Rio Grande do Sul. Com a entrada do século XX, elas foram se reduzindo. O aparecimento dos frigoríficos foi fatal para os saladeiros, uma indústria primitiva e de reduzido aproveitamento da matéria-prima. Nos primeiros tempos das charqueadas, aproveitava-se, de uma carcaça, no máximo, 20 por cento da rês. Os pedaços ideais para o charque eram os que se chamavam o matambre, também chamado barrigueiro. As partes nobres, inclusive o file mignon, não tinham qualquer aproveitamento industrial.

Mas os frigoríficos, com tecnologia inglesa, representavam um "know how" que tinha de ser importado. Além disso, exigiam enormes investimentos de capitais, que nossa debilitada economia ainda não comportava. Por isso, apesar dos frigoríficos, as charqueadas continuaram abatendo e surgiram algumas novas empresas, pelo menos até a década de 30.

Uma delas foi a Pedritense, criada a 8 de novembro de 1936, das últimas a serem fundadas em nosso Estado e talvez no País. Foi o que se construiu de mais moderno em relação a charqueadas e de mais avançado em termos de filosofia social e administrativa, pois já nasceu cooperativa.

ELOGIOS

A indústria Pedritense de Carnes Sociedade Cooperativa Ltda., que mudaria a razão social, em 1945, para Cooperativa Pedritense de Carnes Limitada, ao apresentar a planta industrial no Gabinete de Arquitetura e Engenharia do Ministério da Agricultura, mereceu elogios por escrito do encarregado do setor, nos seguintes termos:

"A planta representa, sem dúvida, um grande avanço em comparação com os modelos que têm transitado por esta Diretoria, em matéria de charqueada. Efetivamente, contém ela indicações que poderão constar de uma planta padrão para estabelecimentos do gênero. Assinado: Lauro Sodré Vianna, diretor-assistente".

No entanto, uma série de problemas posteriores, em termos financeiros, e a necessidade do aceleração das obras para proporcionar pelo menos o aproveitamento do final da safra de abate de 1938 (a instalação da indústria exigiu mais um ano e meio de obras) deram origem a desacertos com as autoridades do Ministério da Agricultura.

A cooperativa, que planejara uma planta industrial com equipamentos aptos para abate de bovinos, suínos, caprinos e

ovinos, teve de limitar-se apenas aos primeiros e ao aproveitamento do charque e da carne verde, reduzindo, em muito, a sua projetada capacidade inicial.

ABATES

Os abates em 1938 somaram 6.104 cabeças (2.215 novilhos e 3.889 vacas), com uma safra iniciada pela metade. Mas no ano industrial seguinte, e para provar que já não era mesmo a era do tradicional charque, o total de gado entregue foi de apenas 6.936 (2.261 novilhos e 4.675 vacas). Apesar da "safra cheia", foram abatidos só 832 cabeças a mais do que no ano anterior.

Na safra de 1940 - terceiro ano da indústria - expressiva queda nos abates. A Diretoria esclareceu que "a safra foi muito reduzida, tendo as charqueadas abatido entre 30 a 40 por cento menos que a safra anterior, de uma maneira geral".

Estatística levantada pela reportagem em relatórios de diretoria, mostrou os seguintes números dos abates no período de 15 anos, que vai de 1938 a 1952:

ANO	NOVILHOS	VACAS
1938	2.215	3.889
1939	2.261	4.675
1940	1.600	2.290
1941	1.364	2.888
1942	1.361	3.344
1943	3.817	3.025
1944	5.077	5.322
1945 - Foi um ano ruim (ver relatório)		
1946	11.946	3.269
1947	3.989	3.060
1948	5.543	4.782
1949	4.907	3.041
1950	12.066	5.955
1951	7.919	6.081
1952	7.328	7.014 *

* (Nesse ano foi criada uma seção de lãs)

A conclusão que, parece, pode-se tirar do fato, é que se construiu uma charqueada moderna, com todos os avanços da tecnologia, quando o domínio dos frigoríficos já era praticamente total, absorvendo quase todo o gado em tempo de desfrute.

Uma história que começa a ser contada

Os anos passaram e a Pedritense se expandiu, com o estabelecimento de uma infraestrutura sólida, como resposta ao trabalho de seus dirigentes e funcionários e em face à confiança do quadro social, depositada em suas lideranças. A antiga charqueada modernizou-se, transformando-se num frigorífico dotado de indústria de primeira linha. Também os demais setores da cooperativa cresceram em volume físico e operacional, correspondendo o trabalho e justificando as esperanças de seus associados.

A Cooperativa Pedritense de Produtos Agro-Pastoris chegou à década de 70 preparada para atuar num universo maior da produção agropecuária de Dom Pedrito, industrializando e comercializando praticamente tudo o que o associado produz. Carnes bovina e ovina, lã, o arroz e alguns produtos de origem agrícola.

Mas o País vivia sob a mística do crescimento. Era a época do chamado milagre econômico, e todos queriam o "máximo". Poucos se contentavam com os meios-termos. Falava-se em ampliação das fronteiras agrícolas e que era preciso aproveitar melhor os campos de pecuária com uma agricultura racionalizada. Uma espécie de "casamento da agricultura com a pecuária".

UNIÃO DE CONVENIÊNCIA

Uma cooperativa da região Noroeste do Estado, chamada Cotrijuí, levantara desde há muito tempo a bandeira da diversificação das culturas, ampliação dos espaços agrícolas e a adoção de uma política de fixação do homem à terra visando reduzir o êxodo rural. Tinha planejado um projeto de colonização na Amazônia, com vistas a transferir agricultores para aquela região. Uma série de transtornos de ordem política e técnica atrasaram a implantação do projeto. Transcorria o ano de 1976.

Foi em pleno apogeu da Cotrijuí e num período de indefinição política e econômica da Pedritense, que as suas lideranças se encontraram. No dia 17 de fevereiro de 1977 - depois de amplas tratativas ocorridas em Dom Pedrito e Ijuí e assembleias sociais - a Pedritense foi encampada pela Cotrijuí.

1986: ANO DO CINQUENTENÁRIO

Este é o ano do jubileu de ouro da cooperativa, fundada em 1936. Com esta reportagem o Cotrijornal abre o espaço destinado às comemorações alusivas, que culminarão a 8 de novembro, dia do aniversário. Nas próximas edições retornaremos com outras reportagens e entrevistas sobre esse importante acontecimento para a vida econômica e social de Dom Pedrito. O vice-presidente, Tânio José Bandeira, estuda ainda a programação que irá assinalar o transcurso da referida data, e o Cotrijornal vai informar todos os detalhes.

Lembranças de antigos associados

A cooperativa foi fundada por um grupo de pecuaristas do município de Dom Pedrito, liderados por nomes como o dr. Oscar Carneiro da Fontoura (primeiro presidente); Arthur Lopes Villamil de Castro, Agapito de Leon, Heitor José Martins, Demétrio Xavier Lopes, Angelo Gonçalves Quevedo, Francisco Gamio, Celestino Severo, entre vários outros, totalizando 24 nomes de antigos associados do Consórcio Profissional Cooperativo das Atividades Rurais.

OS BONS TEMPOS DO MIL RÉIS

Associado desde o ano de 1942, e de onde nunca mais se afastou, com firme faz questão de dizer, Antonio Pedro Machado é desses cooperativistas autênticos, que brigam pelo sistema. Tem boas recordações daqueles tempos, apesar das dificuldades e aperturas em que se vivia, "pois tudo era mais difícil e o dinheiro contadinho, mesmo com a inflação praticamente em zero, como era no tempo do mil réis".

Recorda que o dinheiro era contado porque valia, e não se precisava andar com as pilhas de dinheiro que se usa hoje, com perigo de ser assaltado na rua. De cheque, então nem se falava. Bastava a palavra do homem, que valia mais do que documento.

Sobre os velhos tempos da Pedritense (Cotrijuí desde 1978), fez questão de ressaltar alguns nomes de companheiros e dirigentes que tiveram atuações destacadas. Citou Ataliba Coutinho da Rocha, que foi presidente em diversas oportunidades, e um dos fundadores; José Tudde de Godoy, Moacir Dias, Paschoal Marcelo Brandi, Darcy Maciel, Abu Souto Bicca, João Gonçalves Maia - o Jango, que foi o último presidente da fase da Pedritense. Lamentou não poder citar outros nomes, por não lembrar no momento, mas que todos foram importantes.

FÁBRICA DE CERVEJA

Quando a cooperativa foi fundada, em 1936, Francisco da Silva Farinha, representante supervisor do Grupo Estrutura do Poder, era modesto capataz na estância de Lorjedo Bittencourt, estabelecimento localizado no 5º subdistrito, local Santa Maria Grande. Saudoso daqueles tempos, lembrou que a estância pertencera, primitivamente, ao dr. Leopoldo Antunes Maciel, barão de

São Luiz, "um nobre com idéias e procedimentos muito avançados para a época em que viveu".

Teria sido em terras de sua estância que se cultivou arroz pela primeira vez, em Dom Pedrito. Foi também na mesma fazenda que foi industrializada cerveja no Município, nos primeiros anos deste século.

Seu Francisco ingressou na Pedritense no ano de 1948, e nunca mais deixou o cooperativismo, pois defende o ponto-de-vista que "ruim com cooperativa, muito pior sem ela". Diz que já tinha essa idéia desde os tempos que era empregado de estância. Assim que conseguiu comprar um pedaço de campo, procurou logo a cooperativa e se associou. Não está arrependido. Muito pelo contrário, pois se dependesse dele, todos os produtores rurais seriam cooperativados.

OS FUNDADORES E A PRIMEIRA DIRETORIA

Conforme já comentado em outra matéria desta reportagem, a Cooperativa Indústria Pedritense de Carnes, que em novembro deste ano completa 50 anos, foi fundada a 8 de novembro de 1936, tendo por local o Clube do Comércio.

Foram fundadores: S. J. Martins e Cia., Floribal de Oliveira Jardim, Demétrio Processo Xavier, Manoel Mércio Xavier, Sebastião Bicca de Freitas, João Barreto Gonçalves, Francisco Trápaga, Vitorino Pereira de Leon, Oscar Carneiro da Fontoura, Raul Moreira Corsini, Perciliana A. Marquês Filhos, Taurino José Corrêa, Celso Jardim Moura, Agapito de Leon, Laudelino Ferreira de Macedo, Juvenino Correa de Moura, João Moura Jardim, Paulo Lemor Barbieri, Luiz Cipriano Machado, Osório José Corrêa, Sebastião Dalisio Freire, Arthur Villamil de Castro, Anastácio de Oliveira Jardim Ataliba Coutinho da Rocha, todos oriundos do Consórcio Profissional Cooperativo das Atividades Rurais.



Francisco Farinha

A primeira diretoria eleita e empossada no dia 8 de novembro de 1936, foi a seguinte: diretor-presidente, Oscar Carneiro da Fontoura; diretor-comercial, Arthur Lopes Villamil de Castro; diretor-gerente, Agapito de Leon; Heitor José Martins e Demétrio Xavier Lopes.

Conselho Fiscal - Francisco Gamio, Dalísio Rodrigues de Vargas e Angelo Gonçalves Quevedo, Suplentes - Fábio Braga, Celestino Cervero e Vitorino Pereira de Leon.



Esta foto histórica, com pessoas que lideraram vários momentos da Pedritense, foi feita em Ijuí, por ocasião da encampação, em 1977. O primeiro presidente, Oscar Carneiro da Fontoura, e o último, João Clóvis Gonçalves Maia; o primeiro presidente da nova fase encampada, já como Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, e o pecuarista Mário Riet Machado, que representou os ruralistas.

Área deve crescer de 50 a 70%

Produtores estão motivados, mas evolução ainda depende do estímulo oficial

O crescimento da área plantada com trigo em Mato Grosso do Sul deve variar entre 50 e 70 por cento, principalmente nas regiões de solo de campo, menos aptas ao plantio da cultura. A previsão é do agrônomo Ermínio Guedes dos Santos, coordenador técnico da Unidade de Dourados, que participou da II Reunião da Comissão Centro-Sul-Brasileira de Pesquisa do Trigo. Para ele, o crescimento se dará mais em função dos estímulos a serem oferecidos pelo Governo - VBC e preços compensadores - do que propriamente em função do êxito da safra passada ou ainda da frustração das atuais culturas de verão.

O trigo é a única cultura de inverno com expressão econômica a nível de Estado. Na safra passada, ocupou pouco mais de 208 mil hectares, que corresponde a 9 por cento da área plantada no verão. A região de Dourados responde com 86 por cento da área plantada com trigo no Estado. A ocupação, quanto a fertilidade do solo, é de 35 por cento sobre solos de alta fertilidade (solos de mata); 50 por cento sobre solos de média e alta fertilidade e com baixos teores de alumínio tóxico e 15 por cento sobre solos de média a alta fertilidade, porém com altos teores de alumínio.

A maior restrição ao desenvolvimento da cultura de trigo em Mato Grosso do Sul é a falta de chuvas durante seu ciclo, especialmente para as lavouras implantadas a partir de maio, muito comuns em função da soja, cuja colheita se processa, geralmente, na segunda quinzena de abril. O crescimento da produção de trigo no Estado está ligado, no entanto, a melhoria das condições físico-químicas do

O Mato Grosso espera plantar, na próxima safra, em torno de 350 mil hectares de trigo



solo, através de uma tecnicada exploração de suas potencialidades.

DESENVOLVIMENTO

Introduzido no Estado na década de 50, o trigo, firmou-se como opção de inverno só a partir da década de 70, quando teve constante expansão da área e pequena melhoria no rendimento (veja gráfico). Foi, contudo, a partir dos anos 80 que a produção tritícola teve maior impulso, com a introdução de variedades mais adequadas ao clima, a ponto de, no ano passado, ter registrado a maior área e também a maior produção, cuja média foi de 1.580 quilos por hectare.

O crescimento acentuado em 1985, depois de um ano com frustração em fun-

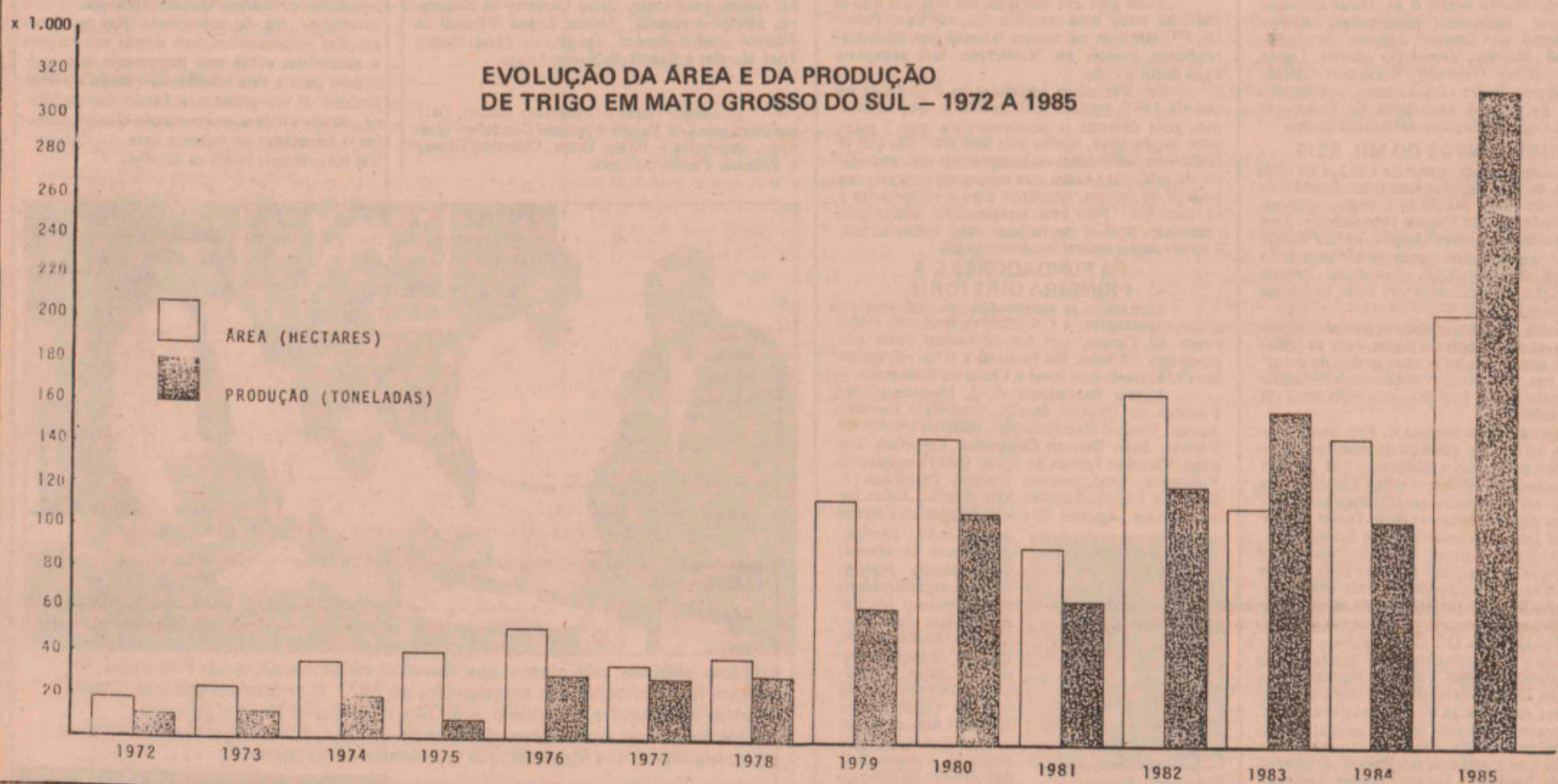
ção da seca, é decorrente, segundo o CTRIN do Banco do Brasil, do estímulo resultante do VBC e do preço compensador fixados pelo Governo, mas também pode ser atribuído em parte à má comercialização da safra de soja.

Caso os estímulos concedidos na última safra sejam mantidos pelo Governo é possível que a área de trigo apresente mais uma grande expansão em Mato Grosso do Sul. Os técnicos sabem, entretanto, que safra igual a do ano passado dificilmente será repetida, mas nada impede que venha a ser mais uma boa safra. As áreas apropriadas a cultura são da ordem de 21 por cento da área ocupada pelas culturas de verão, sem que os produtores

tenham de fazer investimentos de correção do solo. Com isso, a área tritícola do Estado pode expandir-se até 400 mil hectares, sem que para isso tenha de se reduzir espaços da pecuária.

SEMENTES

Um fator que pode ser restritivo a um maior crescimento da área tritícola de Mato Grosso do Sul na próxima safra é o volume de sementes existentes no mercado. O agrônomo Ermínio Guedes dos Santos acredita que o Estado é auto-suficiente para permitir um crescimento de até 80 por cento na área, podendo faltar sementes apropriadas para solos de campo, justamente onde deverá se dar a maior expansão da área.



A recomendação da pesquisa

O bom desempenho da cultura de trigo em Mato Grosso do Sul em 1985, somado a frustração das atuais culturas de verão, são fatores que já fazem prever um aumento da área de cultivo do cereal, que no ano passado foi de 209 mil hectares. Sabe-se que um ano de clima favorável à cultura, como foi o de 1985, dificilmente se repetirá, mas o trigo já demonstrou ser viável no Estado, ainda que sujeito a riscos em função da estiagem, comum nos meses de inverno.

De 14 a 16 de janeiro realizou-se em Dourados a II Reunião da Comissão Centro-Sul-Brasileira de Pesquisa do Trigo, que definiu as variedades recomendadas para a safra deste ano e discutiu outros assuntos técnicos referentes a cultura, como por exemplo o manejo adequado do solo e a viabilidade da cultura no Estado. Participaram do encontro os agrônomos Hermínio Guedes dos Santos e Júlio Salton, da Unidade da Cotrijuí em Dourados, e Carlos Pittol, responsável pelo setor de pesquisa da Cooperativa em Mato Grosso do Sul.

CULTIVARES E ÉPOCA

A escolha da cultivar ideal, de acordo com o tipo de solo, é um fator fundamental para o sucesso da lavoura de trigo, diz Carlos Pittol, lembrando que esta exigência também é observada pelas normas do Proagro. O produtor que não usar uma das variedades recomendadas pode perder a cobertura do Proagro e, assim, ter de arcar com as despesas na eventualidade de uma frustração. Pittol destaca ainda a importância da análise do solo, prática que facilita a recomendação das cultivares e, também, da adubação de manutenção.

Os produtores de trigo de Mato Grosso do Sul terão, em 1986, 16 opções de cultivares recomendadas pelos órgãos de pesquisa (veja a Tabela 1), sempre de acordo com o tipo de solo da propriedade. Destas, duas passaram a ser recomendadas a partir deste ano (Trigo BR-17 - Caiuá e Trigo BR 18 - Terena), mas a pesquisa já alerta produtores e técnicos para o fato de que outras quatro (IAPAR 3 - Aracatu, IAPAR 6 - Tapejara, PAT 24 e Nambu) deixarão de ser recomendadas a partir de 1987.

Quanto a época de semeadura, fator muito importante e que afeta diretamente a produtividade do trigo, a recomendação é de 15 de março a 15 de maio. A época preferencial para o plantio de trigo no Estado foi definida como o período do início de abril até 15 de maio.

Os trabalhos de pesquisa, ressalta Pittol, demonstram que as melhores médias de produção são obtidas quando a semeadura é feita a partir do início de abril até 15 de maio, decrescendo a partir desta data. A semeadura no mês de março fica sujeita às altas temperaturas na fase inicial de crescimento, formando-se uma lavoura de baixo potencial produtivo. Já a semeadura a partir de 15 de maio faz com que a lavoura dependa de uma boa disponibilidade de umidade no solo, pois nesta época as precipitações não são frequentes e, geralmente, de baixa intensidade.

MANEJO DO SOLO

O Departamento Técnico da Cotrijuí realiza alguns trabalhos na área de solo e os resultados das avaliações dos sistemas utilizados na região, embora os primeiros obtidos, confirmam a expectativa de que o rendimento das culturas é alterado de maneira significativa conforme o tratamento que é dispensado ao solo. O agrônomo Júlio Salton diz que se pode obter acréscimos médios da ordem de 12 por cento na cultura da soja e de 27 por cento na cultura do trigo, com a utilização de métodos adequados de manejo do solo.



Produtor deve escolher variedade adequada ao tipo de solo

Estas culturas, como qualquer outra espécie vegetal, necessitam de um suprimento adequado de luz solar, água, ar e nutrientes minerais para que possam utilizar todo potencial genético de produção. A disponibilidade destes fatores, com exceção da luz solar, é afetada em diferentes níveis em função do manejo de solo empregado. Além de desempenhar inúmeras funções, o solo fornece a estrutura física necessária ao suporte das plantas, matéria-prima para absorção radicular, um sistema de macro e micro-poros responsáveis pelo armazenamento e drenagem da água e aeração do solo, permitindo assim o funcionamento e desenvolvimento das raízes.

Júlio Salton diz que o sistema tradicional de preparo do solo, utilizando de maneira generalizada e indiscriminada as grades de discos, tem trazido sérios problemas de compactação, degradação e erosão dos solos. Isso vem resultando em baixos níveis de produtividade justamente por causar distúrbios no suprimento dos elementos essenciais (água, ar e minerais), que em muitos casos chegam a ser praticamente irreversíveis, com alterações indesejáveis ao ambiente e a economia da região.

QUADRO PREOCUPANTE

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta um quadro preocupante em termos de manejo do solo, uma vez que aproximadamente 80 por cento da área cultivada no verão permanece, durante o período do inverno, sem qualquer cultivo e recebendo sucessivas operações de grades superficiais. Em função disto, as culturas de inverno merecem atenção especial, pois qualquer melhoria em termos de rendimento será fator decisivo para a ampliação de culturas como o trigo e a aveia.

Levantamento técnico realizado no ano passado e que foi divulgado durante a II Reunião da comissão Centro-Sul-Brasileira de Pesquisa do Trigo possibilitou a quantificação dos sistemas de preparo do solo para o plantio de trigo utilizado no Estado. Ele mostra que 80 por cento da área (veja Tabela 2) vem sendo preparada com o uso de grades de discos. Os resultados obtidos mostram que entre os diversos sistemas empregados ocorrem boas diferenças nos rendimentos (veja Tabela 3).

Outro resultado interessante levantado pela pesquisa é com relação ao efeito no rendimento da cultura de trigo dos sistemas de preparo do solo utilizados no plantio da cultura anterior, no caso a soja, sendo efetuado no trigo o plantio direto (veja Tabela 4).

TÉCNICA VIÁVEL

Ao analisar estes dados, os técnicos concluíram que os sistemas de preparo do solo utilizando exclusivamente grades de discos proporcionam baixo rendimento, sendo possivelmente de caráter cumulativo, ou seja, a cada safra os rendimentos serão sucessivamente menores. O agrônomo Júlio Salton diz que no caso das culturas de inverno o plantio direto é considerado plenamente viável, apresentando as seguintes vantagens: acréscimo nos rendimentos em torno de 18 por cento, em média; economia no consumo de combustível, conservação e manutenção de máquinas e outros equipamentos; possibilidade de efetuar o plantio do trigo imediatamente após a colheita da cultura de verão, aproveitando as melhores épocas de plantio; e, por fim, evita a perda da umidade do solo com a evaporação provocada pelas operações de preparo do solo.

O agrônomo destaca, porém, algumas dificuldades ou restrições ao uso do plantio direto do trigo, tais como a disponibilidade de plantadeira capaz de realizar a operação sobre a resteva da cultura anterior; só deve ser efetuado em solos que não apresentam problemas de ordem física, como compactação sub-superficial, ou severas restrições químicas; e só utilizar áreas isentas de ervas daninhas.

TABELA 1 - VARIEDADES DE TRIGO RECOMENDADAS PARA O MS

a) Para solos de campo corrigidos
BH 1146
IAC 5 - Maringá
IAC 13 - Lorena
IAC 18 - Xavantes
IAPAR 3 - Aracatu (*)
PAT 24 (*)
b) Para solos de mata
Alondra 4546
Anahuac
BH 1146
Cocoraque
IAC 13 - Lorena
IAC 18 - Xavantes
IAPAR 3 - Aracatu (*)
IAPAR 6 - Tapejara (*)
INIA 66
Jupateco 73
Nambu (*)
Trigo BR 11 - Guarani
Trigo BR 17 - Caiuá (**)
Trigo BR 18 - Terena (**)
c) Para cultivo irrigado na região da Grande Dourados
Anahuac
IAPAR 6 - Tapejara
Jupateco 73

(*) Sairá de recomendação a partir de 1987

(**) Novas cultivares recomendadas a partir de 1986

TABELA 2 - SISTEMAS DE PREPARO DO SOLO PARA O TRIGO - MS - 1985

IMPLEMENTOS	ÁREA (%)
Aradado + G. Pesada + G. Niveladora	14
1 G. Pesada + 2 G. Niveladora	22
1 G. Pesada + 1 G. Niveladora	46
3 G. Niveladora	6
2 G. Niveladora	4
1 G. Niveladora	4
Plantio Direto	4
	100

Fonte: II Reunião da Comissão Centro-Sul-Brasileira de Pesquisa do trigo

TABELA 3 - RENDIMENTO DO TRIGO EM DOURADOS NOS DIFERENTES SISTEMAS DE PREPARO DO SOLO, 1985

SISTEMAS DE PLANTIO	RENDIMENTO	
	Kg/ha	%
Plantio Direto	1.640	118
Grade pesada + niveladora	1.342	96
Escarificador	1.321	95
Grade Niveladora	1.265	91
	1.392	100

TABELA 4 - RENDIMENTO DO TRIGO EM PLANTIO DIRETO APÓS A SOJA NOS DIFERENTES SISTEMAS DE PREPARO DO SOLO

SISTEMA DE PREPARO DO SOLO	RENDIMENTO	
	Kg/ha	%
Inverso	1.478	109
Convencional	1.436	106
Plantio Direto	1.358	100
Subsolador	1.289	95
Preparo mínimo	1.204	90
	1.353	100

Trigo na Campanha

Com novo calendário, lavoura pode ser ampliada

Movimento liderado por técnicos e produtores em Dom Pedrito pretende modificar o calendário de época de plantio de trigo naquela região, prorrogando o prazo de semeadura até 20 de agosto. Atualmente, o calendário estabelecido pela Comissão Sul Brasileira de Pesquisa de Trigo recomenda que os prazos de semeadura sejam de 1º de junho a 20 de julho para as cultivares de ciclo precoce, e de 10 de maio a 30 de junho, para as de ciclo tardio.

Dom Pedrito pertence à região tritícola IX da RCSBPT, para efeito de financiamento de VBC e cobertura pelo Proagro. Isso quer dizer que o produtor que não se enquadrar nas normas técnicas estabelecidas, fica, inclusive, sem cobertura oficial de financiamento.

Os produtores também estão levantando o problema das cultivares. Naquela região — compreendida por Lavras, Caçapava do Sul e Dom Pedrito — às que melhor têm respondido em produtividade são as espécies Mascarenhas e Herval, que foram desenvolvidas na antiga Estação Fitotécnica de Bagé, desativada há anos.

O município não tem tradição como produtor de trigo. A própria Cotrijuí, que trabalha em Dom Pedrito desde 1977, só tem tabulação estatística de lavoura a partir de 1983. João César Picolli, do Departamento Técnico da cooperativa, diz que no ano de 1983 foram cultivadas 1.000 hectares com o cereal, com uma colheita média de 15 sacos/hectare. No ano seguinte a área plantada reduziu-se para 600 hectares, com média de 25 sacos/hectare e 1985, 2.000 hectares plantados e média de 18 sacos. A projeção para a safra de 1986/87, segundo o técnico, é de uma lavoura de 4.000 a 4.500, numa projeção ascendente. A amostragem, apesar de pequena, justifica otimismo.

VALE A PENHA?

Para Lauro Milbrat, natural de Agudo e há nove anos em Dom Pedrito, a triticultura tem futuro, no Município. Ele cultivou 40 hectares do cereal na última safra e colheu 21 sacos por hectare, uma boa média. Mas o seu Lauro não planta somente trigo. Planta outros 100 hectares de soja e 100 de sorgo, além de 130 quadras com arroz.

Por enquanto, planta em campo arrendado, mas está preparado para comprar terra, pois já possui algum recurso. No ano passado também estreou como pecuarista, como invernador e criador, já estando com 120 vacas em cria. Faz questão de ressaltar a Cooperativa, dizendo que a Cotrijuí foi essencial e fator muito importante para o desenvolvimento econômico que está tendo.

Lauro destaca o trabalho do agrônomo Ademar Rosso, que tem dado as orientações para seu sucesso, como diz com muito otimismo. Para a próxima safra, garante que vai aumentar a extensão da lavoura de trigo, naturalmente que reservando espaços para as demais culturas, "pois é necessário plantar de tudo", diz ele.

FRUSTRAÇÃO

O agrônomo Carlos Roberto Comassetto, portanto, um técnico, não foi feliz com a sua experiência. Mas é dos que também acreditam em triticultura no Município. Ele tem justificativas para o fracasso de sua lavoura.

Plantou 65 hectares em terras arrendadas, na localidade de Madureira, proximidades da Música. A plantação — disse — se desenvolveu muito bem até ao estágio da florescência. Mas aí começou a seca, que permaneceu até o final do ciclo da planta. A única chuva que veio, lembrou com desânimo, foi em plena época da colheita e se fazia acompanhar de granizo. Os 33 hectares que faltavam para a ceifa, ficaram completamente arrasados.

Mesmo com os azarões da seca e do granizo, a média da colheita chegou a 13 sacos por hectare. A seca reduziu a média da produção em toda a 9ª região. A minha lavoura não ia ser a exceção, disse Comassetto, em sinal de conformismo.

As cultivares plantadas foram a Mascarenhas (ciclo médio) e Herval (ciclo longo), que parecem ser as únicas cultivadas na região.

Ele permanece confiante nos resultados da triticultura em Dom Pedrito.



Dom Pedrito é campeão de produtividade

terinária em Dom Pedrito, analisando os dados estatísticos sobre ovinocultura no Município, disse ter ficado surpreso ao constatar ser um dos poucos onde a população ovina cresceu. Declarou-se satisfeito em ver que o trabalho dos que acreditam e gostam da ovinocultura, vem dando resultados.

TRÊS ETAPAS

João Bosco fez palestra para os integrantes do Cite Ibaré, de Lavras do Sul, na propriedade de Aristides Leon, quando analisou em detalhes a natureza do crescimento registrado. Segundo ele, para que se tenha idéia da importância desse crescimento, o mesmo deve ser analisado em três etapas.

A primeira, no período de 1977 a 1982. Neste estágio, possuíamos uma população média de ovinos de 540 mil cabeças, com um percentual de carneiros nas fêmeas de 3,3 a 3,5 por

cento. O número de fêmeas que conseguiram criar seus cordeiros variava de 44 a 50 por cento, apenas. Quando à sanidade, lembra o técnico, o número de focos de sarna aumentara de seis para 68 e os de piolho, de apenas um para 38.

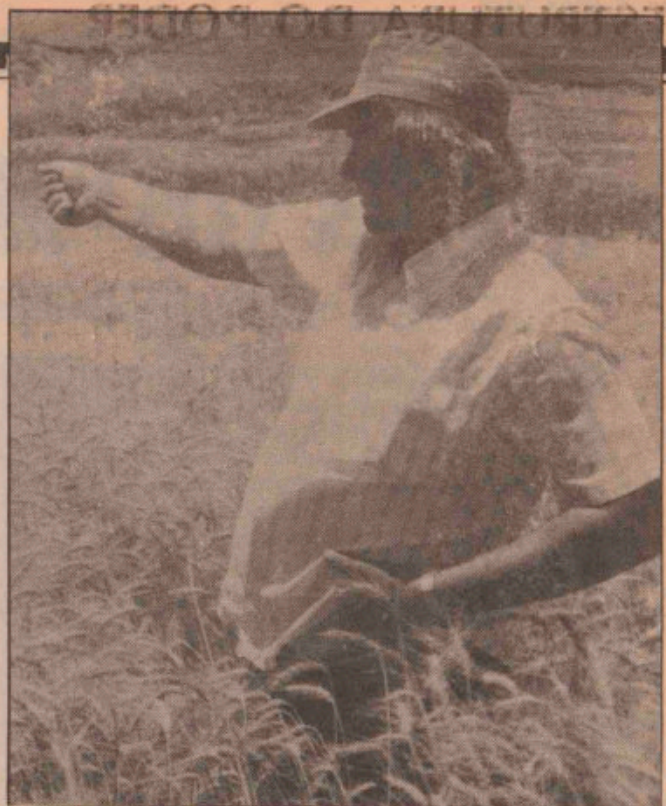
BOA MÉDIA

Nilson Arno Schmidt planta trigo há três anos no 2º distrito de Lavras do Sul, localidade de Santo Antônio, divisa com Dom Pedrito. Está muito feliz e confiante na lavoura. Em 120 hectares plantados na última safra colheu a média de 27. Mas afirma que seu genro — Jaime Miguel San Martin — que planta lindeiro à sua lavoura, inclusive usando a maquinaria em conjunto, colheu 42 sacos por hectare em alguns trechos.

Prósperos agricultores, eles plantam, além do trigo (cerca de 200 hectares), soja, arroz e sorgo, totalizando 1.000 hectares. Os resultados financeiros tem sido bons, disse o seu Nilson, "pois deu até para mandar uma filha estudar em Pelotas, onde cursa Direito e Odontologia".

Além do trigo, a cultura que melhor responde é o arroz, principalmente, por consequência da irrigação. Afirma seu Nilson, que nos três últimos anos o trigo tem superado a soja, cuja produtividade nunca passou dos 28 sacos por hectare. Mas a intenção dele e do genro é de continuar cultivando todas as espécies, mesmo porque estão com um parque de máquinas de bom porte e as máquinas não podem parar.

Os três produtores ouvidos demonstram confiança no trigo em Dom Pedrito, e vão continuar plantando. A própria Cotrijuí, cuja projeção de lavoura prevê o



Lauro Milbrat: a triticultura tem futuro em Dom Pedrito

plântio entre 4.000 e 4.500 hectares na próxima safra, também está acreditando. O maior impasse a respeito é o calendário da época de semeadura. Se ampliado para 20 de agosto, com cobertura do Proagro, a lavoura tende a se expandir em Dom Pedrito.



Nilson Schmidt



Cotrijuí ajudou na valorização da lavoura

Cresceu o rebanho de ovinos

Vem causando surpresa entre os zootecnistas o fato de ter sido registrado crescimento nas populações ovinas de alguns municípios gaúchos, especialmente naqueles onde a agricultura demonstrou maior expansão. Dom Pedrito é um exemplo, com o registro de 10 por cento de aumento populacional somente em 1985. Para o técnico Paulo Arinos Pedroso, da Cotrijuí, a ovinocultura, quando devidamente racionalizada, não oferece nenhum problema de confronto com a produção agrícola, mas ao contrário, complementa-a.

A prova — diz ele — é que Dom Pedrito pode também ser classificado como campeão em produtividade de If do País. Citou o exemplo do criador Mário Riet Machado — maior criador de ovinos corriedale do município, com médias que superam os 6 quilos per capita. Ele próprio já constatou velos com 6,4 quilos na referida propriedade.

O veterinário João Bosco Greca Mesquita, do setor de ovinocultura da Inspeção Ve-

mesmo condições para reprodução, e assim também as matrizes. Por outro lado, as condições de manejo, alimentação e sanidade, deixam muito a desejar.

A constatação desses problemas, entre outros, "levaram-me, juntamente com o zootecnista Paulo Arinos Tarouco Pedroso, a publicar um trabalho no jornal "Ponche Verde", durante a Exposição de 1984, onde analisamos esses problemas. Penso que as recomendações que fizemos incentivaram o aumento da assistência técnica direta, a nível de propriedade, e também a indireta, através de comentários no rádio e artigos de jornal. Evidenciava-se que os maiores problemas davam-se em relação ao manejo e sanidade dos rebanhos, em virtude da diminuição geral não ser proporcional nos carneiros e carneiros, que não estavam na média ideal".

Prosseguimos no trabalho, disse Mesquita. Até que o censo de maio de 1985 demonstrou aumento na população ovina, nos incentivando ainda mais. E durante a Exposição de Esteio os ovinos alcançaram ótima comercialização, com boa participação dos cabaneiros pedritenses, tanto vendendo como adquirindo novos reprodutores. E na Exposição de Dom Pedrito, novo sucesso.

Os ovinos que não foram comercializados em pista, foram no Parque. E finalmente, o censo de novembro/dezembro do ano passado, superando até nossas melhores expectativas, com o crescimento da população em 30 mil cabeças. Agora, é só prosseguir no trabalho, pois estamos no caminho certo, finalizou o técnico.

A maioria de nossos carneiros reprodutores não possui exame adequado de qualidade e

Ano de maior participação

Nova estrutura permitiu aproximação dos associados

O ano de 1985 foi marcado por intensos ataques ao sistema cooperativista brasileiro, pela comercialização da safra de soja em níveis aquém dos custos de produção e, em seu final, por uma estiagem que compromete parte da produção da atual safra de verão. O ano, porém, não foi só de coisas negativas. O Mato Grosso do Sul colheu sua maior safra de trigo, cujo preço de comercialização foi compensador. A nível interno, a nova estrutura do poder deu maior autonomia a regional, que assim pôde melhor atender os anseios dos produtores associados.

O vice-presidente Nedy Rodrigues Borges, o superintendente Lorário Deckert, e o conselheiro de administração Remi Bruno Eidt avaliam o que foi o ano de 1985 a nível da cooperativa. Revelam também suas expectativas para 1986.

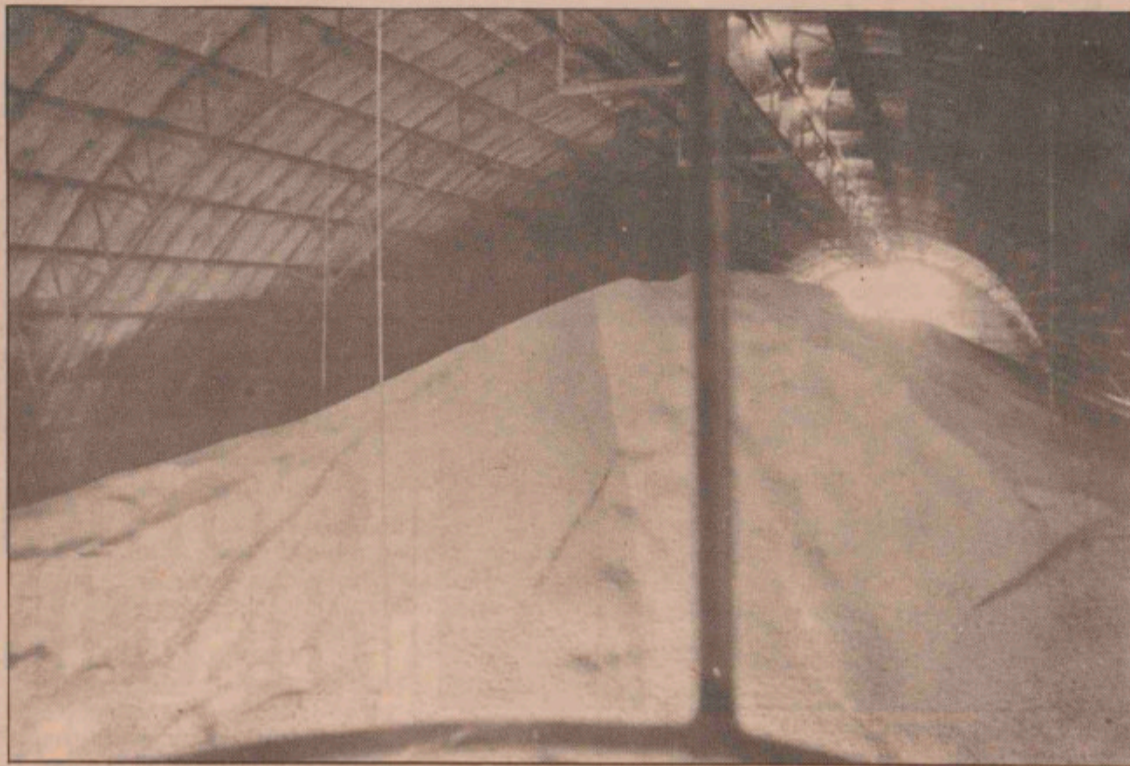
PESO POLÍTICO

Para o conselheiro Remi Bruno Eidt, de Dourados, a cooperativa cresceu muito em 1985, não só em termos de valores e bens materiais. O crescimento maior aconteceu, segundo ele, na mentalidade dos associados, justamente num ano em que mais forte se tornaram as correntes contrárias ao sistema cooperativista.

Remi entende que a implantação definitiva da estrutura do poder vigente hoje na cooperativa permitiu uma maior aproximação dos associados, que através dos representantes e por si próprios tomam conhecimento de tudo aquilo que acontece no dia-a-dia da Cotrijuí. O conselheiro destaca ainda o esforço da diretoria regional em melhorar cada vez mais a cooperativa como um todo, atendendo assim aos interesses dos associados.

Opinião semelhante tem o vice-presidente Nedy Rodrigues Borges, para quem a mudança estatutária ocorrida na cooperativa no ano passado deu maior peso político a regional de Mato Grosso do Sul, com a eleição de um vice-presidente, um superintendente, um conselho de administração e mais um terço do conselho fiscal. Com esta nova estrutura, garante, as decisões operacionais e administrativas cabem a própria regional, deixando apenas as decisões políticas para a diretoria como um todo.

A execução da parte mais política do trabalho da regional enfrentou algumas dificuldades em 1985, atribuídas pelo vice-presidente à pequena estrutura executiva mantida no Estado e também em função de algumas peculiaridades, tais como o constante crescimento do quadro so-



A Cotrijuí no MS garantiu, em 1985, o recebimento de quase meio milhão de toneladas de produto

cial e a distribuição dos associados na vasta área de ação que a cooperativa tem em Mato Grosso do Sul.

APRENDER A CONVIVER

O superintendente Lotário Deckert reconhece que houve algumas falhas no funcionamento da cooperativa como um todo durante o ano de 1985, e principalmente em relação à nova estrutura do poder. Para ele, tanto a direção como os associados tem de aprender a conviver com a nova realidade representada pela estrutura do poder implantada o ano passado.

O sistema da atual estrutura do poder foi fermentado para que o anseio dos associados chegasse de forma clara a direção da cooperativa, a qual tem a necessidade de atender tudo aquilo que estiver a seu alcance. Desde que foi implantada a nova estrutura, o superintendente Lotário Decker sentiu a necessidade de uma maior participação dos representantes, principalmente junto ao quadro social, pois são justamente eles quem têm a incumbência de transmitir à direção os anseios dos associados. A direção, afirma, tem procurado transmitir todas as informações, mas cabe aos representantes ampliar esta transmissão de forma a atingir todos os associados.

ANO DE REORGANIZAÇÃO

O vice-presidente da Regional de Mato Grosso do Sul é de opinião que, de um modo geral, o ano de 1985 foi bom, com boas safras de soja e de trigo, ainda que a comercialização, quase toda a nível de preços mínimos, tenha levado a cooperativa a vender grandes quantidades de soja, pela primeira vez, milho, arroz e feijão para a CFP (Com-

panhia de Financiamento à Produção). O Nedy Borges lembra que é a Regional de Mato Grosso do Sul que tem dado, economicamente, grande contribuição a cooperativa como um todo, com sobra financeira causada principalmente pela simplicidade de sua estrutura e pelo volume de produto recebido (quase meio milhão de toneladas, praticamente 50 por cento do volume recebido pela cooperativa em 1985).

Em função do elevado custo financeiro gerado pela sua dívida, o ano de 1985 foi marcado também pela reorganização geral da cooperativa, que procurou re-direcionar e até mesmo eliminar setores deficitários ou que vinham tendo suas atividades subsidiadas. Nedy Borges entende que este foi um passo importante dado em 1985, para que a própria empresa possa buscar seus caminhos normais de desenvolvimento.

O superintendente Lotário Deckert também é de opinião que 1985 foi um ano bom para a cooperativa, com a regional tendo um desempenho oportuno na hora da comercialização da safra de soja, cujos resultados só não foram melhores em função do baixo preço de mercado. Lembra que a meta de recebimento da produção foi plenamente superada, só não tendo um resultado financeiro muito maior que a previsão orçamentária. Mas o importante para os associados é que, segundo ele, a cooperativa não tenha tido prejuízo.

A grande surpresa do ano, segundo o superintendente da Regional MS, ficou por conta da excepcional safra de trigo, com preços estimulantes que permitiram inclusive a recuperação financeira de muitos produtores,

gerando inclusive sobras para a formação das atuais lavouras de verão.

FALTOU ACREDITAR

O conselheiro Remi Eidt também entende que a cooperativa teve um bom desempenho na comercialização da produção de seus associados, principalmente no caso da soja. Para ele, a comercialização só foi ruim em determinado aspecto, o do associado não ter acreditado na cooperativa na hora em que o preço ainda estava bom e lembra que muito produtor poderia ter vendido melhor sua produção se tivesse acreditado mais na direção da cooperativa.

Para Remi, a cooperativa fez um grande esforço em relação a comercialização, que se foi boa ou não isso não se pode avaliar, porque quem comprou foi o Governo.

Hoje, segundo ele, a situação é outra, com o produtor acreditando mais na palavra dos dirigentes da cooperativa, já que são eles quem melhor conhecem as tendências do mercado.

NEM TUDO ESTÁ PERDIDO

O superintendente Lotário Deckert acredita que nem tudo está perdido para o ano de 1986, lembrando com isso as consequências da estiagem que afetou



Remi Eidt

as lavouras da região Centro-Sul do País. Para ele, teremos em 86 dois tipos de produtores, ou seja, aqueles que vinham com uma situação financeira equilibrada de verão continuar assim, enquanto os demais, caso os preços não reajam, terão grandes dificuldades para continuar na atividade.

Lembra que a nível de Regional, muitos produtores não optaram pelo replantio da safra de verão, preferindo apostar tudo no trigo. Assim terão mais tempo para preparar melhor o solo, buscando igualar o rendimento alcançado neste ano, o que considera quase impossível. Entretanto, com o aumento significativo da área e a busca de maior produtividade é possível dizer que nem tudo está perdido.

O Nedy Rodrigues Borges também concorda que 1986 será um ano difícil, em função da seca que causou quebra significativa em todas as culturas de verão e, principalmente, pela permanência dos custos financeiros nos atuais patamares. Para ele, o produtor precisará controlar muito bem seus investimentos, para que não tenha surpresas maiores.

A nível de cooperativa, o vice-presidente afirma ser necessário um maior entendimento de parte dos associados, funcionários e dos próprios dirigentes da realidade vivida hoje pela Cotrijuí. Só assim, entende, será possível a busca de soluções de consenso, que poderão levar a cooperativa a caminhos melhores.

HOSPITAL BOM PASTOR S/A

Av. David José Martins, 1.376 - IJUÍ - RS
ao lado da Rádio Repórter - Fone: 332-2690

ESTÁ ABERTO A TODA A COMUNIDADE

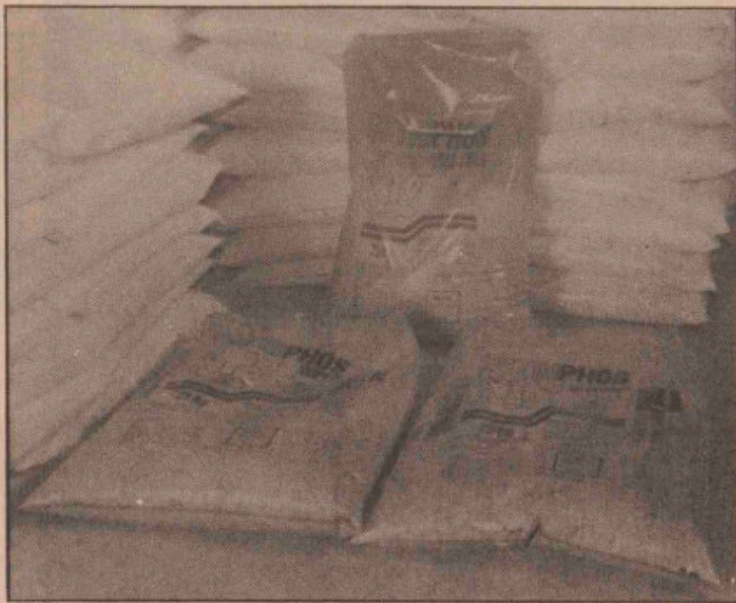
- Internações em caráter: PARTICULAR, IPÉ, UNIMED, INPS e FUNRURAL.
- Atendimento médico nas áreas de: CLÍNICA MÉDICA, CIRURGIA, PEDIATRIA, GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA.
- Serviço de ENDOSCOPIA e ENDOFOTOGRAFIA DIGESTIVA.
- PLANTÃO MÉDICO: Consultas nas 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

Minerais para o rebanho

O Departamento Técnico da Cotrijuí em Mato Grosso do Sul desenvolve, desde 1980, um trabalho de pesquisa na área de produção animal, visando uma melhoria no desempenho produtivo do rebanho, através da mineralização, e assim consolidar o processo de integração entre lavoura e pecuária. O trabalho passou por diversas etapas e culmina agora com o lançamento de três fórmulas minerais, que serão comercializadas sob a marca Cotriphós.

No início dos trabalhos, em 1980, os técnicos da cooperativa detectaram os pontos mais críticos do processo produtivo da pecuária no Estado, não sendo difícil achar um muito importante: a mineralização do gado, que na agricultura corresponde ao uso do adubo. Pelas características do solo, é comum em Mato Grosso do Sul o gado produzir bem um ou dois anos depois de implantadas as pastagens, mas logo passa a enfrentar problemas, causados pelo esgotamento das reservas minerais do solo.

No trabalho, os técnicos observaram também que alguns produtores já usavam produtos minerais, gastavam muito e não obtinham resultados. Pesquisando, não tardaram em descobrir as causas: uso incorreto do produto, produtos que não suplementam as necessidades do rebanho e, ainda, produtos com problemas de idoneidade tanto na formulação da mistura quanto na parte de recomendação técnicas, fatores estes que só agora começaram a ser fiscalizados pelo Ministério da Agricultura.



Produto é vendido em três fórmulas

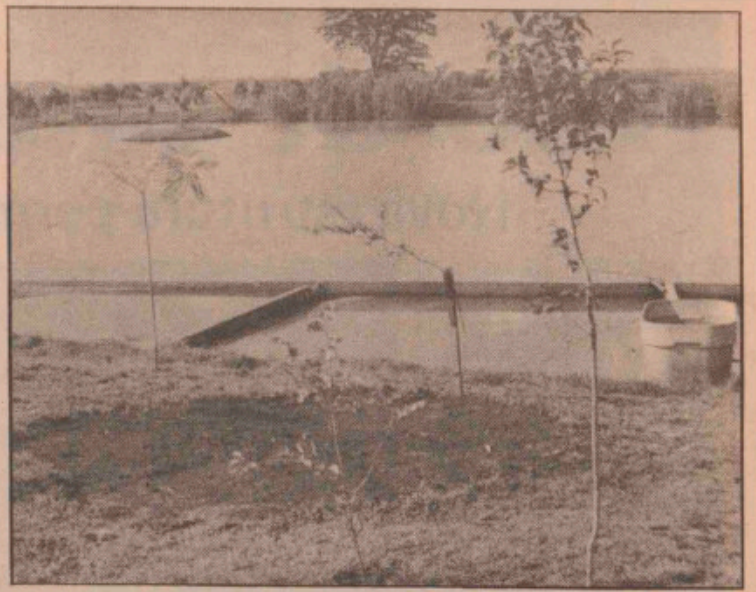
Passou-se então para outra fase do trabalho. Sob a orientação do técnico da cooperativa, o produtor comprava a matéria-prima (os macro e micro-minerais) e fazia a mistura na própria fazenda. O trabalho agradou aos produtores, que passaram a conhecer melhor a técnica da mineralização do rebanho. O número de associados que participam do programa foi crescendo, a ponto de se tornar necessária a instalação de um misturador mecânico para prestar este serviço aos associados.

A realidade, hoje é outra. Através de pesquisas e trabalhos de campo, a cooperativa já dispõe de fórmulas específicas para a região e, assim sendo, registrou-se como estabelecimento produtor de minerais no Ministério da Agricultura e também registrou três fórmulas de mine-

rais. A Cotrijuí visa com isso dinamizar o trabalho e ter uma maior participação no mercado.

Os minerais são oferecidos com três características bem distintas: o Cotriphós Sal Cria, para animais em crescimento e reprodução; o Cotriphós Sal Engorda, específico para a engorda de animais, e o Cotriphós Super, que é um concentrado e deve ser misturado ao sal comum, conforme a recomendação contida na embalagem. Os dois primeiros produtos já são misturados ao sal e estão prontos para o uso em cochos cobertos no campo ou em cocheiras.

O Cotriphós, em suas três versões, está à venda em todas as Lojas Veterinárias da Cotrijuí em Mato Grosso do Sul, a nível de campo e em outras revendas, que serão atendidas por um técnico que também comercializa os produtos da linha IRFA.



Os alevinos foram recriados em tanques

PISCICULTURA

Começa a distribuição

A cooperativa inicia em março a distribuição de alevinos aos associados inscritos junto a Unidade de Dourados. O programa de povoamento de açudes de Mato Grosso do Sul foi viabilizado com a assinatura, no ano passado, de convênio entre a Cotrijuí e o Inamb (Instituto de Preservação e Controle Ambiental).

O programa prevê a distribuição de alevinos de curimatá e de pacu, espécies nativas do Estado, aos associados que tenham açudes em suas propriedades e pretendam fazer da piscicultura uma atividade viável economicamente e, também, proporcionar uma melhoria nos hábitos alimentares da família.

As primeiras larvas de curimatá foram recebidas pela cooperativa no mês de janeiro, sendo que em fevereiro foram recebidas mais larvas de curimatás e pacus. Até ultrapassarem

o período crítico de sobrevivência, os alevinos foram recriados em tanques cedidos por Valdir Volpato, na Vila São João, em Dourados.

O programa despertou o interesse de mais de 30 associados da cooperativa, que já devem ter preparados os tanques ou açudes para receber os alevinos.



COTRIEXPORT - CORRETORA DE SEGUROS LTDA

A SERVIÇO DA COTRIJUI E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS

— Seguros Residenciais; — Seguros de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais; — Bilhete Obrigatório.

Maiores informações: Em Ijuí: Rua das Chácaras, 1513 — Fone: 332-3765 ou 332-2400, ramal 364.

Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342, 5º andar — Fone: 21.08.09.

COTRIJUI: HÁ 28 ANOS AO NOSSO LADO PARA O QUE DER E VIER.

Quem trabalha na agricultura sabe que pode contar com a Cotrijuí para plantar, colher e comercializar, porque ela está sempre ao seu lado, dando assistência técnica, facilitando crédito, insumos, armazenando seus grãos e mantendo lojas e supermercados, com preços acessíveis aos seus associados.



Efeito duvidoso

Todos os anos, logo após o plantio da soja, os produtores são bombardeados por novos produtos que chegam ao mercado prometendo soluções milagrosas para os problemas de nutrição das plantas. Entre os altos custos de formação de uma lavoura e o bombardeio da propaganda, anunciando produtos que garantem altos rendimentos na lavoura, o produtor fica num beco sem saída. O que fazer? Ficar com práticas mais simples ou arriscar a aplicação de novos produtos na lavoura? É entre os tantos produtos que chegam aos ouvidos do produtor, está aqueles utilizados através da adubação foliar.

A adubação foliar em soja é uma prática que vem sendo estudada no Brasil a pouco mais de 10 anos. Resultados de alguns estudos e experimentos realizados não só no Brasil, mas também em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, não têm mostrado a eficiência da aplicação do adubo foliar no desenvolvimento da lavoura de soja. No Brasil, segundo o Ilário Gasparin, agrônomo da Cotrijuí, na Unidade de Ijuí, esses experimentos tentando comprovar a eficiência de produtos via adubação foliar, iniciaram por volta de 1975 e até agora, não apresentaram resultados economicamente viáveis para o produtor.

TÉCNICAS SIMPLES

Tomando por base um trabalho realizado pelo pesquisador José Renato Ben, da Embrapa de Passo Fundo, o Ilário mostra que a adubação foliar é apenas mais uma prática que tem servido para elevar os custos de produção da lavoura de soja. Outras

Tabela 1: Exigências nutricionais da soja em relação a Nitrogênio, fósforo e potássio.

Rendimento em grãos	Grãos			Grãos + folha + caule		
	N	P205	K20	N	P205	K20
	Kg/ha					
1.000	51,4	10,2	20,4	77,4	13,7	38,0
2.000	110,6	20,4	37,8	166,6	27,5	70,4
3.000	163,6	31,5	59,1	246,7	42,4	110,4
4.000	215,2	43,2	89,2	324,1	58,1	164,3

Fonte: Cordeiro et alii (1979)

Tabela 2: Rendimento de grãos de soja obtidos com a aplicação de fertilizantes via foliar em comparação com os resultados obtidos pela adição de fertilizantes no solo.

Adubação foliar	Adubação do solo	Fonte
		Kg/ha
1.567	2.377	(Garcez et alii, 1976)
1.623	2.460	(Cordeiro et alii, 1979a)
Média		
1.595 (66%)	2.418 (100%)	



Até agora nenhum estudo comprovou a eficiência da adubação foliar sobre a soja

técnicas mais simples e econômicas, como a conservação da palha sobre o solo, a inoculação, e uma adubação equilibrada produzem melhores efeitos finais do rendimento da planta.

Para a produção de 2.000 quilos de soja por hectare, segundo o Ilário, são necessários aproximadamente 170 quilos de nitrogênio por hectare. Essa quantidade de nitrogênio equivale a 380 quilos de uréia que é totalmente fornecida pelo nitrogênio existente no solo e através da inoculação da semente por ocasião do plantio. "A inoculação, assegura o Ilário, é uma prática simples, econômica e de resultados eficientes. A adubação foliar vem apenas aumentar o custo de formação da lavoura.

No caso do fósforo e do potássio, as necessidades de fertilizantes vão estar diretamente ligadas às disponibilidades destes nutrientes no solo e a produtividade desejada pelo produtor. Para uma produtividade de 2.000 quilos de soja por hectare, por exemplo, a necessidade de fósforo fica em 28 quilos, que é igual a 66 quilos por hectare de superfosfato triplo. 30 por cento dessa necessidade retorna ao

solo através da conservação da palha na lavoura.

As necessidades totais de potássio exigidas pela cultura, para uma produtividade também de 2.000 quilos por hectare, ficam em 70 quilos. Essa necessidade é igual a 116 quilos de cloreto de potássio e que também tem o seu retorno garantido, em pelo menos 50 por cento, através da conservação da palha na lavoura (ver tabela 1).

COMPARAÇÃO

Fazendo uma comparação das necessidades de fertilizantes com as dosagens e concentrações encontradas em produtos utilizados para a adubação foliar — que geralmente ficam na base de cinco litros por hectare, e com concentrações que geralmente varia em 10 por cento — observa-se segundo o Ilário, que as quantida-

des de nutrientes fornecidas pela adubação foliar são insignificantes (ver tabela 2). Outro dado importante e que talvez o produtor desconheça diz respeito a absorção dos produtos pela planta. Vários fatores, como idade da folha da planta, incidência de luz, temperatura, umidade, modo de aplicação do produto, e disponibilidade de água no solo são responsáveis pela não absorção completa do adubo foliar pela planta, tornando a aplicação praticamente sem efeito.

Desta forma, os resultados alcançados ficam restritos basicamente ao aspecto visual da planta, melhorando a coloração, mas não aumentando a produtividade, como tanto anunciam as propagandas feitas em cima dos produtos. E mesmo na complementação da adubação de base, asse-

gura o agrônomo, essa prática não tem apresentado resultados (ver tabela de número 3).

BOA DISPONIBILIDADE

Nem mesmo a existência de micro-nutrientes nos produtos foliares, que as empresas utilizam como argumento para aumentar as vendas, justificam a adoção de tal prática, pois segundo o Ilário, a maioria de nossos solos ainda mantém boa disponibilidade de micro-nutrientes. Os resultados da adubação foliar não são sentidos nem mesmo em casos de condições climáticas adversas — caso de seca — ou quando aplicado em diferentes épocas de desenvolvimento da cultura (ver tabela 4).

Levando-se em conta o alto custo destes produtos, a ineficiência de sua aplicação, o Ilário não vê motivos para que o produtor utilize o adubo foliar na cultura da soja. Mas reconhece que o adubo foliar tem apresentado excelentes resultados em cultura de ciclo curto como as hortaliças e em plantas perenes, como nas frutíferas.

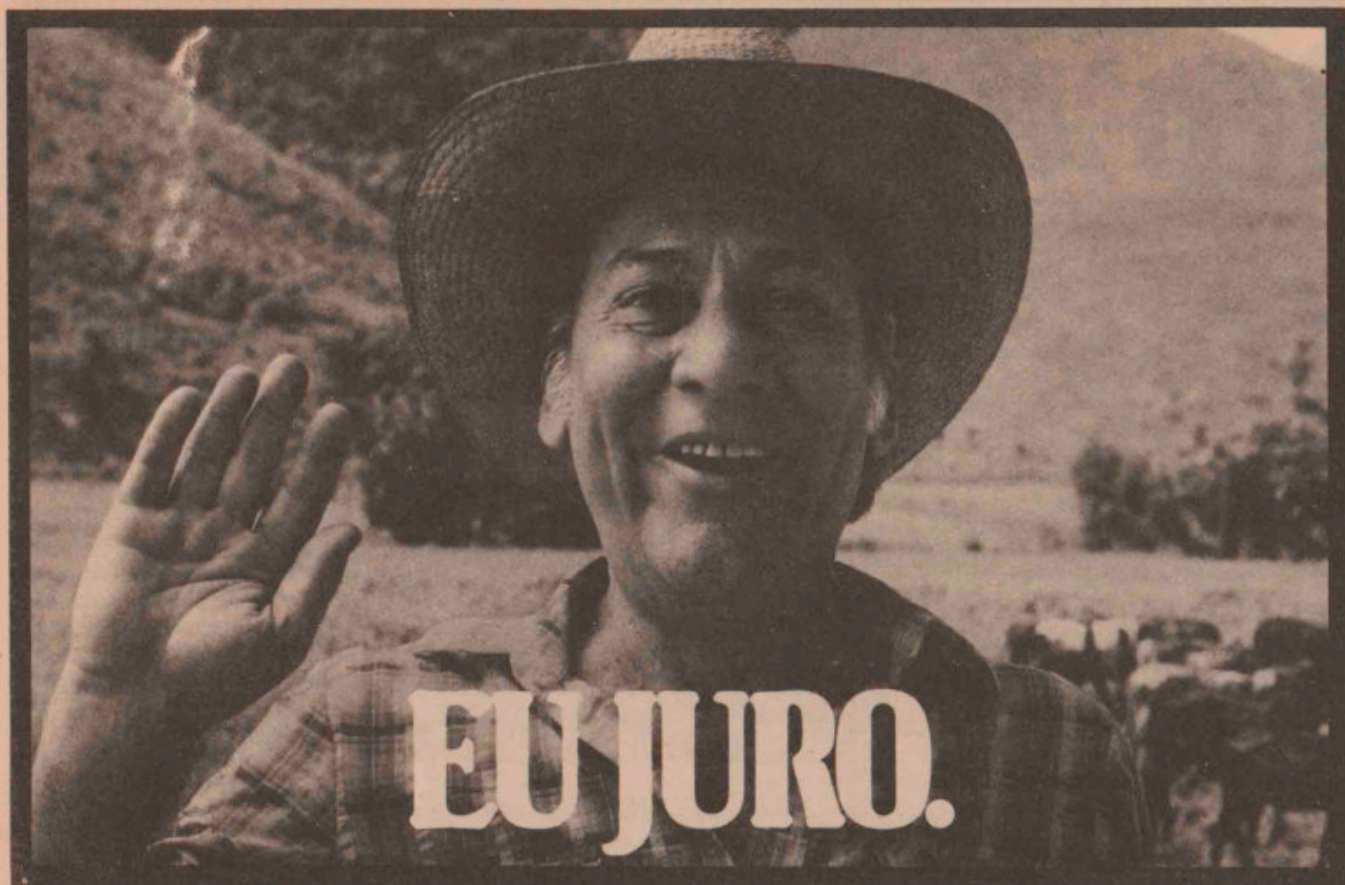
Se o produtor fizer uma adubação de acordo com as recomendações da análise do solo e aplicar os nutrientes necessários, ele já estará com meia lavoura garantida. O resto fica por conta das condições climáticas. "Produtos de efeitos duvidoso só fazem aumentar os custos de formação da lavoura e numa época de baixa remuneração da atividade agrícola, o produtor tem mais é que procurar racionalizar seus gastos, seguindo práticas de recomendação técnica garantida".

Tabela 3: Rendimento de grãos da soja em resposta à adubação foliar na presença da adubação do solo

Adubação foliar		Nº de experimentos	Fonte
Com	Sem		
Kg/ha			
3.563	3.624	1	(Goepfert et alii, 1980b)
2.692	2.377	1	(Garcez et alii, 1976)
3.118	3.069	2	(Garcez & Vianna, 1978)
2.211	2.168	1	(Velloso & Bertagnolli, 1977)
1.600	1.553	1	(Abrão & Trois, 1979)
1.766	1.776	4	(Floss et alii, 1979)
3.333	3.332	5	(Straatmann et alii, 1978)
1.696	1.776	2	(Borkert et alii, 1979)
2.269	2.462	1	(Cordeiro et alii, 1979a)
Média			
2.472	2.460		

Tabela 4: Rendimento de grãos de soja em resposta à adubação foliar em diferentes estágios de desenvolvimento da planta

Sem adubação foliar	Estágios			Fonte
	Vegetativo	Vegetativo + floração	Vegetativo + floração + formação de grãos	
	Kg/ha			
2.168	2.234	2.224	2.201	(Velloso & Bertagnolli, 1977)
2.948	3.132	3.156	3.050	(Garcez et alii, 1978)
3.190	3.106	3.216	3.116	(Garcez et alii, 1978)
Média				
2.769	2.824	2.865	2.789	



Você precisa responder corretamente ao Censo Agropecuário que está começando agora.

O questionário é simples, só vai ocupar um pouco do seu tempo e o recenseador é uma pessoa que a Fundação IBGE credenciou aí, na sua própria região. Ele vai se identificar com a carteira, e não vai lhe cobrar nada.

Na ausência do produtor rural, outra pessoa habilitada pode responder.

Você sabe como a resposta certa de cada um é importante.

Pois, com base na soma das respostas é que vão ser planejadas a assistência técnica, a eletrificação, irrigação, estradas para escoar a produção e outras melhorias que vão beneficiar você, sua família, sua propriedade, seu estado, o nosso país.

E as respostas são usadas sempre somadas.

Por lei, nenhum questionário pode ser conhecido individualmente para qualquer fim.

Quer dizer, o sigilo é total, absoluto e garantido.

Você pode jurar suas respostas, que a Fundação IBGE jura que é importante.

CENSO
AGRO
PECUÁRIO
FUNDAÇÃO
IBGE

O Maior Banco de Dados Sobre o Brasil.

A bonificação das culturas de verão

Mais de 3 bilhões de cruzeiros serão divididos entre os produtores de semente

Um total de 3 bilhões, 411 milhões e 851 mil cruzeiros é o valor que os produtores de semente de soja, milho, feijão, pensacola, guenoaro, pânico e milheto da Regional Pioneira estão dividindo entre si, como bonificação pela produção de sementes. Todos os valores que estão sendo pagos foram definidos e aprovados pelo Conselho Geral de Produtores de Semente da Região Pioneira, em reunião realizada no dia 13 de janeiro, em Ijuí, e que contou com a participação de representantes de todas Unidades de Beneficiamento de Sementes.

A SOJA

O valor de Cr\$ 3 bilhões 378 milhões e 910 mil cruzeiros que está sendo pago aos produtores de semente de soja é o resultado obtido com a comercialização dos 273.119 sacos de sementes produzidas na Região Pioneira. Pela semente classificada como Padrão I, o produtor está recebendo um valor de Cr\$ 13.000 pelo saco de 50 quilos. A semente enquadrada como Padrão II, está dando um retorno de Cr\$ 7.630 e a classificada como Padrão III, Cr\$ 7.000 pelo saco de 50 quilos. A semente classificada como Padrão I representa 86 por cento do total da semente entregue no ano passado, enquanto que a Padrão II representou 11 por cento e a classificada como



A semente de soja classificada como Padrão I está proporcionando um retorno no valor de 13 mil cruzeiros. O retorno pelo saco de feijão ficou em 21 mil e 700 cruzeiros, e o do milho em 31 mil e 900 cruzeiros.

O FEIJÃO

Os produtores que entregaram semente de feijão na safra passada, estão rateando entre si um total de Cr\$ 2.687.328, resultado da comercialização de 6.192 quilos de semente. O retorno ficou em Cr\$ 434 por quilo, ou seja, Cr\$ 21.700 pelo

saco de 50 quilos.

O programa com populações crioulas de milho que vem sendo desenvolvido no Centro de Treinamento da Cotrijuí, já começa apresentar resultados práticos. Na safra anterior, a Cotrijuí bonificou sementes de algumas destas populações que se encontram sendo avaliadas pelos pro-

dutores. Muitas delas apresentaram excelentes resultados a nível de lavoura.

Da população Empasc 151 e 152, foram produzidos e bonificados 2.255 quilos de sementes, dando um retorno ao produtor de Cr\$ 31.900 por cada saco de 50 quilos produzidos. O

total conseguido com a comercialização dos 2.255 quilos de sementes foi de Cr\$ 1.438.690.

AS FORRAGEIRAS

A pensacola rendeu aos produtores que entregaram semente na Cooperativa um retorno total de Cr\$ 548.000. Por cada um dos 400 quilos de semente entregue, os produtores estão recebendo uma bonificação de Cr\$ 1.370 por quilo. Pela produção de 24 quilos semente de capim guenoaro, os produtores estão dividindo entre si um total de Cr\$ 73.992. O retorno ficou em Cr\$ 3.083 por cada quilo.

Os produtores que entregaram sementes de capim pânico estão rateando um valor total de Cr\$ 672.880. Foram entregues 1.040 quilos e o retorno definido pelo Conselho de Produtores ficou em Cr\$ 647 por quilo. Pela semente de milheto, classificada como Padrão I, os produtores estão recebendo uma bonificação de Cr\$ 970. Foram classificados como Padrão I, 20.983 quilos de sementes de milheto, totalizando, no final da comercialização, um valor de Cr\$ 20.324.410. Pela semente classificada como Padrão II, os produtores estão recebendo um retorno de Cr\$ 450 por quilo. Os 15.971 quilos de sementes classificados como Padrão II, resultaram num retorno total de Cr\$ 7.195.950.

Os cursos e os novos preços para os peixes

Como já se tornou tradição, a Cotrijuí realiza mais uma vez, um curso de piscicultura, procurando envolver associados que tenham interesses pela atividade. "Através destes cursos que a Cotrijuí vem realizando todos os anos, justifica o Élio Roque Weber, técnico agrícola ligado a Unidade de Ijuí, temos a oportunidade de repassar aos associados alguns conhecimentos básicos sobre técnicas simples de criar peixes, procurando orientá-los no sentido de que aproveite melhor as águas disponíveis na propriedade". A piscicultura é uma atividade que, seguramente, pode ser mantida em consórcio com a lavoura, a suinocultura, a avicultura, transformando-se assim em mais uma fonte de renda na propriedade. Por outro lado, o produtor estará produzindo alimento rico em proteínas para a sua família.

Estão sendo convidados para participar do curso associados, esposas e filhos. Durante um dia inteiro, eles ouvirão falar de técnicas de construção de taipas e registros de açudes, de manejo de peixes, de alimentação, de técnicas de proteção dos açudes, de fluxo da água, de povoamento de açudes, de espécies de peixes mais indicados para a região e ainda serão orientados sobre a escolha do local para a instalação do açude na propriedade.

O curso terá por local o Centro de Treinamento da Cotrijuí, localizado em Augusto Pestana, nos dias 13, 14, 19 e 20 de março, com início previsto para às 8,00 horas da manhã. O associado interessado em participar do curso e que ainda não teve oportunidade, poderá procurar os departamentos técnicos de todas as Unidades da Cotrijuí e fazer sua inscrição. Para este ano, a taxa de inscrição cobrada ao produtor será de Cr\$ 30.000, com direito a almoço, 30 alevinos de carpa espelho ou nilótica e mais uma apostila referente aos assuntos tratados no curso.

No primeiro dia, 13 de março, o curso contará com a participação de associados de Tenente Portela e Coronel Bicaço; no dia 14, com associados de Ijuí e Ajuricaba; no dia 19, com a participação de associados de Santo Augusto e Chiapetta e no último, com associados de Jôia e Augusto Pestana.

PREÇOS PARA O PEIXE

No dia 22 de janeiro, produtores de peixe de Santo Augusto, Chiapetta, Jôia, Ajuricaba e Ijuí, se reuniram para definir as normas de recebimento de peixe para este ano. Na mesma reunião também ficou decidido os novos preços pagos pelo produto entregue e comercializado nos mercados da Cotrijuí.

Para os peixes classificados como Classe Extra - carpas com mais de um quilo e meio; traíras com mais de um quilo; nilóticas com mais de 800 gramas e jundiás com mais de 800 gramas - os preços serão correspondentes a 90 por cento do valor da carne bovina de segunda, a nível de mercados da Cotrijuí. Os peixes considerados como Classe I - carpas de um a um quilo e meio; traíras de 800 gramas a um qui-

lo; nilóticas de meio quilo a 800 gramas e jundiás de meio quilo a 800 gramas - terão seus preços fixados em 90 por cento do valor da carne de bovino de segunda. As carpas de 700 gramas a um quilo; as traíras de meio quilo a 800 gramas; as nilóticas de 300 gramas a meio quilo e os jundiás de 300 gramas e meio quilo, que fazem parte da classe II, terão seus preços fixado em 70 por cento e as carpas pesando até 700 gramas; as traíras até

meio quilo; as nilóticas até 300 gramas e os jundiás até 300 gramas terão seus preços fixados em 50 por cento do valor da carne bovina de segunda.

A Cotrijuí espera receber este ano em torno de 15 mil quilos de peixes produzidos pelos seus associados. No ano passado foram comercializados 9.822 quilos. O recebimento nos meses de janeiro e fevereiro, chegou a 958 quilos.



A Cotrijuí espera receber e comercializar este ano em torno de 15 mil quilos de peixe

Treinamento e desenvolvimento

Walter Frantz

Quando se fala em um programa de trabalho, algumas questões se tornam fundamentais: os seus objetivos precisam estar claros e os conceitos que orientam as atividades de implementação desse programa precisam estar definidos. Em se tratando de um programa de trabalho de uma cooperativa, essas questões se revestem de um caráter e importância especial, devido à natureza específica da organização cooperativa. Na origem dessa organização existem dois aspectos que entram como elementos essenciais na definição do que é uma cooperativa: a natureza associativa do cooperativo e o seu caráter instrumental.

Uma cooperativa é, antes de mais nada, uma associação de pessoas que se propõem a agir grupal e cooperativamente em cima de objetivos comuns. Na maioria dos casos, esses objetivos estão ligados às economias individuais dessas pessoas. Por serem economias pequenas ou fracas, buscam a associação, através da qual se instrumentalizam de forma grupal e cooperativa. Isto é, constroem instrumentos para uma atuação econômica mais racional e competitiva no contexto econômico maior. Por isso, diz-se que uma cooperativa é essencialmente econômica. Porém, a natureza associativa guarda aspectos não econômicos importantes para o entendimento do funcionamento de uma cooperativa, tais como a participação dos associados no planejamento, na decisão e no controle dos atos cooperativos ou a própria comunicação entre seus membros, pois a associação exige um permanente fluxo de comunicação a respeito do ato cooperativo.

O entendimento claro e correto do que é uma cooperativa e quais os seus objetivos é condição indispensável para a definição dos conceitos que orientam a sua administração, quer seja na área financeira ou comercial, na prestação de serviços, etc. Qualquer programa de trabalho mais específico na cooperativa exige essa clareza como ponto de partida. Porém, principalmente, devido à natureza dos efeitos do ato cooperativo de quase "caráter público", e de seu caráter institucional, há um outro ponto fundamental ainda a considerar: sua responsabilidade social mais ampla. Nenhuma empresa pode ou deve desconhecer sua responsabilidade social, no entanto, em se tratando de uma empresa cooperativa, dela sempre se exigirá mais. A responsabilidade social é cumprida, especialmente, pela orientação da administração por uma filosofia condizente com o caráter social específico e mais amplo da organização cooperativa. Por exemplo: produzir alimentação sadia; ser uma extensão da propriedade do produtor associado; oferecer condições de trabalho adequadas à segurança dos seus trabalhadores e ao seu bem-estar, dentro e fora da organização, entre outros.

No nosso caso, trata-se de um programa de trabalho para a área de recursos humanos da Regional Pioneira da Cotrijuf, isto é, para o quadro associativo e funcional. Na elaboração desse programa e para a sua implementação, foram definidos alguns conceitos fundamentais para orientar as suas atividades na consecução dos objetivos nele previstos. Esses conceitos dizem respeito à comunicação, à educação cooperativa, ao treinamento e ao desenvolvimento dos recursos humanos.

COMUNICAÇÃO

Na organização cooperativa a questão da comunicação toma uma importância muito grande. Se em qualquer empresa a comunicação é fundamental, na empresa cooperativa ela se reveste de importância maior ainda por duas razões básicas. Primeiro, a empresa cooperativa tem



Na Cotrijuf, as reuniões de núcleos funcionaram como mecanismo de comunicação

atrás de si o aspecto associativo, isto é, o lado político da organização. Os associados precisam se comunicar para decidir sobre a sua organização. As formas e dinâmicas dessa comunicação dependem do tamanho da cooperativa, isto é, do número de associados e da complexidade da organização. O certo é que, sendo a associação cooperativa um ato formal, ele exige mecanismos também formais de comunicação entre os associados. Embora a comunicação informal entre os sócios tenha muito peso e importância, a formalização de canais e dos fluxos de informação são indispensáveis à estabilidade da cooperativa, tanto do ponto de vista associativo quanto empresarial. Esse é o lado mais político da comunicação na organização cooperativa. Existe também o lado operacional da comunicação que trata do funcionamento da empresa cooperativa. É a segunda razão básica para a comunicação na cooperativa. Decorre mais do aspecto empresarial, instrumental da organização. A cooperativa é a extensão da economia do associado no contexto econômico maior. Essa extensão toma forma, muitas vezes complexas, de empresa, de instrumento de atuação distante da unidade econômica associada, da propriedade. Sem uma comunicação entre os associados e esse instrumento de atuação, corre-se um sério risco de afastamento dos objetivos da organização cooperativa.

Também aqui se exige uma formalização desses canais de comunicação. Principalmente, em se tratando de um instrumento complexo e de um raio de ação distante. Esses canais precisam resguardar a proximidade e a transferência entre a associação e a empresa cooperativa. Um outro aspecto dessa comunicação operacional é o fluxo informativo intersetorial. Sendo a empresa um conjunto departamentalizado, exige-se nela um fluxo contínuo de comunicação entre as partes que a compõem.

COORDENAÇÃO

A necessidade de uma comunicação formalizada exige, além de mecanismos específicos, uma coordenação específica, pois, apesar de ser uma tarefa que envolve a todos, nas organizações sociais modernas complexas, a responsabilidade pelo seu fluxo não pode estar diluída no conjunto das partes. Cada empresa terá que resolver essa questão de acordo com a sua natureza e objetivos.

No caso da Cotrijuf, à nível de associados, os mecanismos específicos de comunicação foram as reuniões de núcleos, os encontros e cursos para associados, os programas de rádio, o jornal, entre outros. Grande parte desses mecanismos eram coordenados por um setor específico de comunicação e educação. Talvez um dos erros cometidos tenha sido a falsa interpretação que os seus coordenadores tam-

bém fossem comunicadores, quando na realidade, todos devem ser comunicadores dos conteúdos de suas tarefas no conjunto da cooperativa. Hoje se tem claro que existe a comunicação, mas como tarefa de todos a partir do que fazem na empresa.

No entanto, a dissolução de uma coordenação dos mecanismos e fluxos formais de comunicação seria cometer um novo erro na área de comunicação. Na divisão do trabalho na cooperativa cabe definir a responsabilidade da tarefa de coordenação da comunicação formal. Isso não se afirma pela vontade das pessoas, mas pela própria natureza da organização cooperativa que hoje a Cotrijuf representa. Desconhecê-lo seria um erro fatal de interpretação da história da agricultura regional e da própria história da Cotrijuf.

EDUCAÇÃO

Quanto à educação cooperativa, esta se fundamenta, principalmente, no aspecto associativo. Deve-se entender por educação cooperativa, de maneira extensa, toda a atividade que capacite os associados a darem solidez, equilíbrio e clareza ao ato associativo da cooperação. A educação cooperativa é, em suma, a preparação do indivíduo para, em princípios associativos, realizar grupalmente os objetivos comuns. Especificamente, a educação cooperativa pode estar direcionada a aspectos psicológicos ou culturais do ato cooperativo.

De outro lado, porém, a capacitação para o entendimento do processo operacional do ato cooperativo, isto é, da sua ação empresarial, também faz parte da educação cooperativa. Na cooperativa, resguardadas as características específicas de cada caso, a participação do associado no processo administrativo é fundamental. Isto só é possível mediante uma adequada preparação, alcançada por programas especiais de educação, cujos conteúdos estão ligados às necessidades e deficiências sentidas pelos associados em sua participação no processo administrativo. Portanto, a educação cooperativa deve estar voltada aos aspectos políticos e aspectos operacionais de organização cooperativa e, como tal, atinja o associado como o seu dono e usuário, capacitando-o para a ação grupal em termos de seus objetivos e necessidades individuais, principalmente, a nível do econômico.

Enfim, no nosso caso, a questão central da educação cooperativa é a ressocialização dos indivíduos que, sem abdicarem da individualidade, preparam-se para a ação coletiva em aspectos específicos da vida social. Uma cooperativa não consegue estabilidade política e nem força econômica suficiente no contexto de uma economia embasada na ação individual, sem uma adequada preparação de seus associados. Essa preparação precisa ser feita

propositadamente, pois, do contrário, o processo social mais amplo de convivência das pessoas conduz mais ao individualismo do que à cooperação, principalmente, em se tratando das questões econômicas.

TREINAMENTOS

Enquanto o conceito de educação cooperativa diz mais respeito aos recursos humanos "associados", a definição dos conceitos de treinamento e desenvolvimento, em nosso caso, está voltado no sentido da orientação das atividades pedagógicas junto aos recursos humanos "empregados", isto é, funcionários da empresa cooperativa. Trata-se, no fundo, também de um processo educativo de ressocialização, porém que na sua conceitualização já se direciona e limita os parâmetros dos próprios conteúdos desse processo. O treinamento e o desenvolvimento dos recursos humanos "empregados", são etapas de um processo pedagógico que se dá no âmbito da administração da empresa cooperativa, enquanto a educação cooperativa se dá mais no âmbito da associação, voltada à constituição e funcionamento da empresa.

Por treinamento entendemos a capacitação para o desempenho da função e execução das tarefas que se exige de cada um na divisão social do trabalho na empresa cooperativa. Esta não é apenas uma capacitação mecânica e reflexa, mas técnico-funcional no contexto da divisão social do trabalho coletivo da empresa. Essa capacitação visa elevar os níveis de produtividade e qualidade do trabalho com maior segurança para o trabalhador.

O conceito de treinamento leva à interpretação de um processo pedagógico onde alguém transmite um conteúdo ainda não do domínio de quem o recebe. Se fechássemos o processo pedagógico de nosso programa de atividades na área de recursos humanos com a estreiteza desse conceito, estaríamos limitando, demasiadamente, o espaço à capacidade criativa das pessoas envolvidas. Porém, buscamos a definição de mais um conceito, que permite a abertura e a criatividade nesse processo: o desenvolvimento político-cultural.

Esse desenvolvimento visa a capacitação para a criatividade no desempenho das tarefas, embasado no conhecimento técnico da realidade social, desde a compreensão do espaço social do trabalho realizado até o contexto social, político e econômico mais amplo, onde a empresa está inserida. O desenvolvimento deve capacitar as pessoas para o constante treinamento, enquanto processo de autoavaliação de seu desempenho e a busca de soluções, pela postura ativa e criativa no trabalho por parte do trabalhador.

Pelo programa de atividades na área de recursos humanos, procuramos, enfim, preparar da melhor maneira possível, as pessoas para o trabalho que delas se espera e capacitá-las a entenderem esse mesmo trabalho, não só tecnicamente, mas também social, político e economicamente no contexto da cooperativa e da sociedade. Acreditamos que existe uma relação direta entre o nível técnico cultural das pessoas e a produtividade no trabalho. Em termos de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos na Cotrijuf é isso que devemos traçar como objetivo máximo e buscá-lo, tanto a nível de associados como de funcionários. A percepção e compreensão clara dessa questão pelos associados e funcionários é condição indispensável ao sucesso de qualquer programa de trabalho sério em termos de recursos humanos na cooperativa.

● Walter Frantz é assessor de Comunicação e Educação e de Desenvolvimento em Recursos Humanos na Região Pioneira da Cotrijuf.

LAVOURA DO MÊS

Plantio de frutíferas

Ilário Gasparin

Anualmente nossos produtores realizam o plantio de mudas frutíferas, visando ampliar ou instalar novos pomares domésticos ou comerciais. A falta de um planejamento antecipado e a não observação de certas técnicas básicas de plantio tem frustrado a expectativa de parcela considerável destes agricultores, pois muitas mudas morrem ou não apresentam desenvolvimento satisfatório. Para mudar este quadro e superar estas deficiências é necessário um planejamento antecipado do plantio.

● **Local:** O local escolhido deverá apresentar declividade para o norte ou leste, objetivando melhor aproveitamento do sol e proteção contra os ventos frios. Solos baixos e úmidos devem ser evitados.

● **Preparo do solo:** Deverá ser subsolado e corrigido de acordo com a análise do solo.

● **Covas:** As covas deverão ser preparadas no mínimo com dois meses de antecedência. A profundidade e largura serão de 60 centímetros e a adubação com 20 quilos de matéria orgânica (esterco curtido), meio de cálcio e 200 gramas de adubo fosfatado. A matéria orgânica é indispensável, pois adiciona micro-nutrientes que são fundamentais para as frutíferas.

● **Mudas:** A qualidade das mudas é fundamental na formação do pomar. As mudas deverão ser adquiridas em viveiristas idôneos, para que se tenha segurança da qualidade do material que está sendo plantado. Todos os anos a Cotrijui procede a distribuição de mudas frutíferas, devendo o associado fazer seus pedidos até o dia 30 de abril, junto aos Departamentos Técnicos das Unidades.

● **Plantio:** Os melhores meses para plantio são junho e julho. As mudas deverão ser plantadas na mesma profundidade que se encontravam no viveiro, realizando-se uma leve compac-

tação do solo junto às raízes. Cada muda deverá receber uma estaca-tutor para que fique bem firme. O solo próximo da muda deverá ser coberto com palha ou capim para reduzir as perdas de água. Na falta de chuvas abundantes, irrigar periodicamente.

As mudas novas geralmente são atacadas por pulgões e pela broca dos ponteiros que "aniquilam" a muda, sendo necessário seu controle através de inseticidas caseiros ou químicos. Dependendo da fertilidade, deve-se fazer uma adubação de cobertura à base de nitrogênio, na primavera, com orientação técnica específica para cada caso.

Ameixeira, macieira, nogueira pecan e pereira, deve-se plantar no mínimo duas variedades de cada espécie no mesmo local para que ocorra a polinização cruzada e boa produção. Nestas espécies a ausência de produção geralmente é causada pela existência de apenas uma variedade, impedindo a fecundação.

● **Laranjeira:** Para pomares comerciais, dar preferência para variedades tardias, como Monte Parnaso, Natal Umbigo e Valência, pois apresentam melhores perspectivas econômicas, em função da comercialização "fora de época".

● **Pessegueiros:** Plantar variedades com diversas épocas de maturação, para amenizar problemas com geadas tardias. Variedades com polpa firme e aderente ao caroço devem ser preferidas, por possuírem dupla aptidão (mesa e conserva).

● **Videira:** Para pequenas áreas dar preferência para a variedade Concord. Para produção caseira ou comercial de vinhos recomenda-se o plantio de Niágara Branca. Para uva de mesa, cultivar a Niágara Rosada.

● **Ilário Gasparin é agrônomo e responsável pela área de fruticultura e silvicultura da Cotrijui na Região Pioneira.**

Hortalças: fonte de alimento

As hortalças constituem fonte de alimento para o homem, não só pelos nutrientes que contém, indispensáveis para uma dieta bem balanceada, bem como por sua ação reguladora sobre a digestão. Ricas em sais minerais e vitaminas, sua ingestão diária é aconselhável, pois o organismo humano não tem capacidade de armazenar a maioria desses nutrientes. Além disso, é razoável a quantidade de calorias e proteínas, possuindo também outras virtudes dietéticas e terapêuticas.

A vitamina A, importante para a saúde dos olhos, pele e dentes, além de atuar sobre o crescimento, tem nas hortalças como a cenoura, batata-doce, abóbora, mogango, tomate, couve, agrião, pimentão, salsa, espinafre e mesmo a alface, fontes significativas. Como fontes significativas de vitaminas C, importantes para aumentar a resistência do organismo contra as infecções (principalmente os resfriados), temos o tomate, batata-doce, abóbora, pimentão, agrião, salsa, couve-flor, repolho, brócolo, ervilha e beterraba.

PROTEÍNAS

Com relação a proteínas é surpreendente a quantidade existente em certas hortalças. A batata, na produtividade média de 10.700 quilos por hectare produz 224,7 quilos de proteína por hectare, enquanto o trigo, com rendimento médio de 1.028 quilos por hectare, proporcionou apenas 136,7 quilos de proteína por hectare em 1982. Considera-se também como fontes importantes de proteína a ervilha verde, salsa, espinafre e o espargo. A batata-doce, embora apresentando menor teor de proteína que a batatinha, é boa fonte proteico-energética, com bom conteúdo de vitaminas A e C. O custo de produção da batata-doce é um dos mais baixos devido a sua rusticidade e pouca exigência em insumos. As hortalças também são ricas em cálcio, nutriente essencial para a formação dos dentes e ossos. O fósforo, que é indispensável para o sistema nervoso, é encontrado em pequenas quantidades em todas as hortalças. O ferro existente no rabanete, espinafre, mostarda, agrião, beterraba, couve, dentre outras, faz parte do sangue, e sua falta na alimentação pode ocasionar e provocar cansaço permanente nas pessoas. Outras vitaminas como as do complexo B, vitaminas E e A são também encontradas em pequenas quantidades em diversas hortalças, mas o suficiente para completar as necessidades diárias do nosso organismo.

Fonte: Subsídios ao Desenvolvimento da Olericultura Brasileira (A. C. Ferreira da Silva, J. J. Vinni Müller)



ALHO

Como se aproxima a época de programação de plantio do alho para a próxima safra, salientamos aos produtores que já podem procurar o Departamento Técnico nas Unidades para reservar e retirar as sementes. Salientamos que informações relativas a escolha da área de plantio, observando-se a rotação da área para evitar o aparecimento de doenças, são importantes. Aos associados que ficaram com semente em casa, recomendamos observar se o alho-semente apresenta sintomas da presença de nematóides (chochamento) ou traças (surgimento de podridões). Os bulbos infectados pelas traças evidenciam um tipo de "serragem" característico. Para o controle preventivo da traça recomenda-se a limpeza do local de armazenamento do alho, removendo os restos de cultura e poeiras.

CEBOLA

Os preços obtidos nesta última safra estimularam o produtor. Este fator determinou uma grande procura por semente de cebola. No preparo dos canteiros onde serão produzidas as mudas destacamos que devem



LENTILHA

Lembramos aos produtores que a lentilha é uma planta de inverno, sendo que na última safra, que apresentou condições climáticas favoráveis, comportou-se muito bem, com boa produtividade. Para a próxima safra acredita-se num aumento na procura de sementes e conseqüente expansão de área plantada na Região.



QUADRO DE ÉPOCAS DE SEMEADURA/VARIEDADES/ÁREA

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Repolho			12 m2 Coração de Boi e Matzukase				12 m2 Matzukase Chumbinho				12 m2 Matzukase Chumbinho	
Couve			12 m2 Manteiga				12 m2 Manteiga					
Rabanete	4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho		4 m2 Saxa, Redondo vermelho	
Rúcula	6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada			6 m2 Cultivada		
Cenoura			18 m2 Nantes						18 m2 Kuroda			
Alface	12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Boston Branca e Rainha Mai		12 m2 Kagraner e Maravilha verão		12 m2 Kagraner e Maravilha verão	
Beterraba			18 m2 Tali Top						18 m2 Tali Top			
Tomate	50 plantas Yokota							50 plantas Kad. P. Gig.				
Pepino	50 plantas Wisconsin							50 plantas Wisconsin			50 plantas Ginca	
Cebola			2.000 plantas Baia Periforme	2.000 plantas Baia Periforme								

COLHEITA DO MÊS: (para quem segue as sugestões do plantio do quadro acima): Repolho, Couve, Beterraba, Rabanete, Cenoura, Alface

Igreja tira pano quente

Religiosos põem lenha na luta pela terra

Os trabalhadores sem-terra e os setores que apoiam a reforma agrária no Brasil terão este ano um teste decisivo, para que sejam conseguidos avanços nessa área. E deverão contar com um aliado que iniciou 1986 dando amostras de força: a Igreja católica. Num curto espaço de tempo, os religiosos brasileiros conseguiram reanimar o Movimento dos Sem-Terra, lançar a Campanha da Fraternidade pedindo a reforma e, para surpresa geral, manter o ministro Nelson Ribeiro no governo.

"Nenhuma forma de posse da terra será legítima, se não respeitar a Justiça, a oportunidade para todos e a fraternidade", disse Dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, quando do lançamento da Campanha, dia 11 de fevereiro. Naquela mesma data, a Igreja promovia a Romaria da Terra, na Fazenda Annoni, em Sarandi, onde oito bispos e 80 padres rezaram uma missa assistida por mais de 50 mil pessoas.

MINISTRO

A Igreja estava assim retomando a dianteira, na luta pela reforma agrária, que ganhara um pano quente, no dia 10 de outubro, quando o governo lançou a segunda versão do seu programa de redistribuição de terras no Brasil. A Campanha da Fraternidade acontecerá em todo o país, e mobilizará religiosos de regiões que há muito tempo não se envolviam

com tema tão polêmico, como os da zona de trigo e soja (veja Cotrijornal de dezembro/janeiro).

Ao mesmo tempo em que reacendia o movimento dos sem-terra, a Igreja lidava em Brasília com uma questão mais complicada: a tentativa de manutenção do ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. O ministro chegou a ser avisado pelo presidente José Sarney de que deveria deixar o cargo, mas na última hora foi mantido. Há evidências de que a CNBB teve participação na manutenção de Ribeiro, indicado em março para a função por interferência dos bispos junto a Tancredo Neves.

E OS PLANOS?

Mesmo assim, a luta da Igreja, para que o programa do governo não ande para trás, será penosa. Até agora são totalmente desconhecidos os planos regionais para assentamento, este ano, de 150 mil famílias no país. Só no Rio Grande do Sul seriam assentadas 3 mil e 800 famílias, e se prevê extra-oficialmente a ocupação de quase 4 milhões de hectares. Mas quem serão os beneficiados e onde estão estas terras? Até agora ninguém sabe. Não se sabe nem mesmo que destino terão as 2.500 famílias acampadas desde outubro na Fazenda Annoni. Além deste, existem outros 41 acampamentos de sem-terra no país.

O argumento do governo para este atraso na implantação efetiva da reforma



Além do acampamento na Fazenda Annoni, há outros 41 em 11 Estados

é o de que o ministério de Nelson Ribeiro passa por reformulações. O projeto de reestruturação da pasta foi entregue ao presidente Sarney, no dia 27 de fevereiro, para aprovação. Apesar disso, Nelson Ribeiro continua prometendo que a reforma é meta prioritária, como afirma em artigo exclusivo escrito para o Cotrijornal (veja no quadro desta página).

RUBEN COTADO

O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, que chegou a ser ameaçado de extinção, tem uma das mais magras dotações orçamentárias do governo, com apenas Cr\$ 2 trilhões 100 bilhões para este ano. E Ribeiro anda hoje atrás de alguém que possa presidir o Inera (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o órgão encarregado de coordenar a execução dos programas regionais.

Em fevereiro, quando vários nomes passaram a ser citados para o cargo, surgiu como candidato à vaga o ex-presidente da Cotrijuí e ex-secretário geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz

da Silva. Ele iria para um lugar vago desde outubro do ano passado, quando José Gomes da Silva abandonou o posto protestando contra o retardamento na execução do programa, alterado várias vezes em Brasília depois de lançado em maio.



Dom Ivo Lorscheiter

UM ABACAXI

Além de Ruben, que foi indicado pelo próprio Nelson Ribeiro, há mais dois candidatos conhecidos: Jaffet Abraão, atual diretor administrativo do Inera, que tem o apoio dos mineiros, e Luís Carlos Guedes Pinto, diretor da Companhia de Entrepósito de Abastecimento do governo de São Paulo. Quem assumir irá pegar um abacaxi, principalmente se o governo continuar recuando e, ao mesmo tempo, houver uma maior pressão popular para que a reforma de fato aconteça.

EXCLUSIVO

Este é o ano da reforma agrária

Nelson Ribeiro

Há quase 100 anos, um grande brasileiro, o líder abolicionista André Rebouças, numa carta a Joaquim Nabuco, em 1887, quando a abolição marchava triunfante, advertia para a necessidade de se dar terra aos negros. Nesse século que se para a libertação da escravatura do nascimento da Nova República, o negro não recebeu terras. E tampouco houve qualquer intervenção governamental para corrigir a distorção até então constatada.

Sem exagero, um século depois, a Nova República se propõe a completar a obra dos abolicionistas, com o empreendimento histórico de incorporar à cidadania brasileira, em termos efetivos e não apenas formais milhões de trabalhadores. São brasileiros que ocupam atualmente uma fronteira, sem linhas demarcatórias muito claras, entre a marginalidade, a pobreza urbana e o subemprego rural. Enfim, são homens totalmente alijados dos benefícios do crescimento econômico das últimas décadas.

Incorporá-los à cidadania plena significa, antes de mais nada, dar-lhes terras e garantir-lhes a realização econômica, política e social, como novos agricultores e como chefes de famílias perfeitamente integradas à sociedade. Não é uma tarefa fácil, porque reforma agrária, para a Nova República, é muito mais do que dar terra



ao homem sem terra. É, acima de tudo um conjunto de providências de amparo à produção agropecuária, através de mecanismos como crédito, seguro agrícola, preços mínimos, geração e difusão de tecnologia, sistemas de escoamento, de eletrificação e de comercialização da produção.

PLANOS REGIONAIS

Depois do primeiro ano, esgotadas as discussões da proposta do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária e a adoção de medidas necessárias para desencadear o processo, partimos agora para a parte prática, representada pelos planos regionais. Vencidos os obstáculos, esse compromisso dos presidentes Tancredo Neves e José Sarney - assumido na cruzada cívica que conduziu a Aliança Democrática ao governo - começa a ser resgatado. Não temos, portanto, nenhum receio de batizar 1986 como o ano da reforma agrária.

Agora, os planos regionais propiciam o ajustamento da reforma às condições locais, mediante estratégia operacional flexível, que não se identifica com ações tópicas, sem continuidade e historicamente reveladas insuficientes. Trata-se de colocar em prática a constatação de que a realidade agrária nacional, em sua unidade, é a síntese de toda a diversidade de situações que devem, necessariamente, ser levadas em conta.

O 1º PNRA é um plano caracteristicamente estratégico, enquanto os planos regionais são programas de ação. É através destes que se pretende cumprir a meta de assentamento de um milhão e 400 mil beneficiários, no período de 1985 a 1989. É também através dos planos regio-

nais que, na prática, se derrubarão por terra um dos mitos levantados na discussão da reforma agrária, que seria o seu pretenso caráter socializante.

A PROPRIEDADE

Permanecendo a tendência histórica da última década, teríamos em 1990, na melhor das hipóteses, 5,4 milhões de estabelecimentos rurais no país. Cumpridas as metas do Plano, é possível chegar a 6,8 milhões. Portanto, serão mais 1,4 milhões de novos proprietários para defender a propriedade, que estará assim ainda mais fortalecida.

No Brasil, tem predominado a ociosidade da terra, o que é econômica e socialmente inaceitável. Esta é uma questão que a reforma agrária objetiva corrigir, gerando efeitos altamente benéficos. Para começar, haverá sem dúvida aumento da oferta de alimentos e de matéria-prima para o mercado interno.

A agricultura familiar, praticada por pequenos e médios estabelecimentos, tem sido mais voltada para o mercado interno do que a praticada pelas grandes fazendas. Além disso, os pequenos e médios proprietários, no geral, aproveitam melhor as terras de que dispõem. Os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares respondiam, em 1980, por metade da produção agropecuária do país, apesar de detarem apenas 20 por cento da área recenseada.

MERCADO INTERNO

A expansão das propriedades familiares, através da reforma agrária, reverterá a tendência atual de estagnação da produção destinada ao mercado interno. Além disso, haverá reflexo positivo na ocupação da mão-de-obra no campo. A

década passada registrou, pela primeira vez, uma redução histórica da população economicamente ativa no campo. Houve queda, em termos absolutos, de 13 milhões para 12,7 milhões de pessoas, entre 1970 e 1980.

Curiosamente, foi também a década em que mais cresceu a área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas. É uma tendência que decorre da enorme extensividade de nossos sistemas de produção, principalmente o pecuário, e que poderá realmente ser revertida com o surgimento de um adicional de 1,4 milhão de unidades produtivas até o final da década de 80.

ÊXODO RURAL

Considerando-se que cada um desses novos estabelecimentos deverá ocupar três pessoas, o que é uma estimativa pessimista, teríamos em 1990 um acréscimo de 4,2 milhões de novos trabalhadores ativamente no setor agrícola. E isso irá contribuir de forma decisiva para a redução do êxodo rural.

Finalmente, a reforma agrária tem um objetivo claro: devolver a paz ao campo, onde a tendência à concentração e ao uso indevido da terra, sob a forma de latifúndios, foi também acompanhada pelo aumento dos conflitos sociais e de mortes e violências de todos os tipos. A estatística trágica dos conflitos de terra registra 180 mortes e 950 ocorrências diversas em 1984. A situação, em 1985, não foi diferente. Esperamos que em 1986, o ano da reforma agrária, a paz verdadeira comece a ser semeada no campo.

Este artigo do ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, foi escrito especialmente para o Cotrijornal.

Caderno de Balanço

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.85



COTRIJUI

Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda.

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31.12.85	31.12.84
CIRCULANTE	<u>241.991.033.073</u>	<u>135.461.222.013</u>
DISPONIBILIDADES	<u>9.841.452.556</u>	<u>2.604.258.912</u>
BENS NUMERÁRIOS	415.538.275	97.481.510
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA	5.930.047.902	2.506.777.402
TÍTULOS VINCULADOS AO MERCADO ABERTO	3.495.866.379	-
CLIENTES	<u>17.668.720.826</u>	<u>26.567.692.882</u>
DUPLICATAS A RECEBER	30.667.145.788	17.113.714.646
TÍTULOS DESCONTADOS	(12.724.814.055)	(3.529.448.776)
PROVISÃO PARA CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(273.610.907)	(187.847.191)
CLIENTES NO EXTERIOR	-	13.171.274.203
ASSOCIADOS	<u>49.701.883.772</u>	<u>27.865.072.316</u>
CONTA MOVIMENTO	32.350.088.042	18.995.961.693
CONTA FINANCIAMENTO REPASSE	12.468.575.579	2.373.892.964
CONTA NOTAS PROMISSÓRIAS	3.710.272.737	3.885.447.218
NOTAS PROMISSÓRIAS - INSUMOS E SACARIA	1.172.947.414	2.609.770.441
OUTROS CREDITOS	<u>25.517.679.948</u>	<u>17.707.912.010</u>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	9.309.108.471	377.514.097
NOTAS PROMISSÓRIAS	8.621.929.107	15.406.525.050
ANTECIPAÇÃO A FORNECEDORES	1.105.504.398	529.889.627
CHEQUES EM COBRANÇA	187.963.626	59.599.769
ADIANTAMENTO DE VIAGEM	20.500.000	9.460.000
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS	1.765.567.071	498.115.677
CRÉDITOS DE COOPERATIVAS CENTRAIS	1.606.896.311	91.020.338
CRÉDITOS DE ARMAZENAGEM	977.075.975	17.922.661
CRÉDITOS FISCAIS	-	10.924.115
OUTROS CRÉDITOS	1.923.134.989	706.940.676
ESTOQUES(NOTA 02)	<u>137.390.883.505</u>	<u>58.593.445.608</u>
DESPESAS DIFERIDAS	<u>1.870.412.466</u>	<u>2.122.840.285</u>
DESPESAS FINANCEIRAS	794.947.817	841.606.547
OUTRAS DESPESAS	1.075.464.649	1.281.233.738
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	<u>48.215.459.669</u>	<u>22.067.475.761</u>
ASSOCIADOS	<u>37.362.592.340</u>	<u>18.185.009.025</u>
CONTA FINANCIAMENTO	43.923.817.056	18.185.009.025
PROVISÃO PARA CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(6.561.224.716)	-
OUTROS CREDITOS	<u>10.852.867.329</u>	<u>3.882.466.736</u>
EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS	2.770.781.038	1.725.254.093
INVESTIMENTOS A REALIZAR	7.943.120.323	2.135.874.937
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS	138.965.968	21.337.706
PERMANENTE	<u>1.289.717.549.281</u>	<u>413.453.422.940</u>
INVESTIMENTOS(NOTA 03)	33.505.873.558	11.379.029.393
IMOBILIZADO(NOTA 04)	1.250.633.457.196	400.536.871.261
DIFERIDO	5.578.218.527	1.537.522.286
TOTAL DO ATIVO	<u>1.579.924.042.023</u>	<u>570.982.120.714</u>

PASSIVO

	31.12.85	31.12.84
CIRCULANTE	<u>319.678.172.628</u>	<u>199.822.427.417</u>
ASSOCIADOS	<u>100.031.306.987</u>	<u>34.301.897.683</u>
SAFRAS A LIQUIDAR	50.730.497.093	21.894.272.216
SAFRAS A PAGAR	12.611.408.247	2.624.268.263
CONTA MOVIMENTO	36.689.401.647	9.783.357.204
FINANCIAMENTOS(NOTA 05)	<u>132.662.646.060</u>	<u>114.880.846.314</u>
OBRIGAÇÕES	<u>22.410.875.871</u>	<u>9.349.997.088</u>
TRIBUTÁRIAS	16.117.135.108	7.389.268.510
SOCIAIS	3.183.137.132	966.233.804
COM PESSOAL	3.110.603.631	994.494.774
OUTROS DEBITOS	<u>64.573.343.710</u>	<u>41.289.686.332</u>
FORNECEDORES	37.058.561.924	16.450.099.718
COMPROMISSOS APROPRIADOS	9.935.388.571	13.337.226.277
ANTECIPAÇÃO DE CLIENTES	6.471.555.049	10.298.430.404
MERCADORIAS A ENTREGAR	11.107.838.166	840.452.254
COOPERATIVAS CENTRAIS	-	363.477.679
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	<u>193.757.253.058</u>	<u>35.980.500.192</u>
FINANCIAMENTOS(NOTA 05)	150.592.352.466	17.812.231.088
ASSOCIADOS	25.717.466.485	7.498.419.315
EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS	17.447.434.107	10.669.849.789
RECEITAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>5.201.599.244</u>	<u>2.792.969.118</u>
SAFRA DE LÁ EM ANDAMENTO	5.201.599.244	1.673.887.689
ENCARGOS FINANCEIROS	-	1.119.081.429
PATRIMONIO LIQUIDO	<u>1.061.287.017.093</u>	<u>332.386.223.987</u>
CAPITAL SOCIAL(NOTA 06)	<u>124.372.277.508</u>	<u>38.582.580.208</u>
SUBSCRITO	138.791.798.372	39.071.296.602
A REALIZAR	(30.146.921.303)	(11.679.394.332)
REALIZADO POR FINANCIAMENTO	15.727.400.439	11.190.677.938
RESERVAS DE CAPITAL	<u>970.911.139.862</u>	<u>300.798.684.358</u>
CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	29.111.201.083	6.442.693.735
RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	772.172.464.058	241.912.921.368
RESERVA PROJETO AMAZÔNIA	3.035.474.441	280.000.000
RESERVAS DE SOBRAS INFLACIONÁRIAS	166.509.998.872	52.137.393.082
FUNDO DE RESERVA	82.001.408	25.676.173
RESERVAS DE SOBRAS	<u>11.099.371.020</u>	<u>4.225.439.803</u>
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.968.438.782	3.434.423.206
FATES	130.932.238	791.016.597
PERDAS ACUMULADAS	<u>(45.095.771.297)</u>	<u>(11.220.480.382)</u>
PERDAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	(35.834.591.366)	(11.220.480.382)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(9.261.179.931)	-
TOTAL PASSIVO	<u>1.579.924.042.023</u>	<u>570.982.120.714</u>

IJUI (RS), 31 DE DEZEMBRO DE 1985.

OSWALDO OLMIRO MEOTTI
PRESIDENTE
CPF. 028504780-91CELSON BOLIVAR SPEROTTO
VICE-PRES. REG. PIONEIRA
CPF. 012998670-49NEDY RODRIGUES BORGES
VICE-PRES. REG. MATO GROSSO
CPF. 005407730-34TANIO JOSE BANDEIRA
VICE-PRES. REG. DOM PEDRITO
CPF. 175066620-00ANTONINHO BOIARSKI LOPES
SUPERINTENDENTE REG. PIONEIRA
CPF. 061305500-49LOTARIO BECKERT
SUPERINTENDENTE REG. M. GROSSO
CPF. 065308690-34VALTER JOSE POTTER
SUPERINTENDENTE REG. D. PEDRITO
CPF. 131318000-97CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
CPF. 093483010-04
CRC RS 33.357

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS - GERAL

	31.12.85	31.12.84
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.655.268.878,164	515.006.171,239
(-) IMPOSTO FATURADO	94.458.978,450	34.105.156,899
(-) DEVOLUÇÕES	20.686.729,947	5.129.987,296
RECEITA LIQUIDA	1.540.123.169,767	475.771.027,044
(-) CUSTO DE VENDAS	1.319.734.795,203	399.016.067,820
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	220.388.374,564	76.754.959,224
(-) DESPESAS COM VENDAS	36.481.434,581	10.475.335,719
(-) DESPESAS COM PESSOAL	64.518.436,054	17.995.422,629
(-) DESPESAS GERAIS	63.835.600,544	19.043.790,967
(-) RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	4.109.855,324	1.730.423,192
RESULTADO OPERACIONAL ANTES ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS E EFEITOS INFLACIONARIOS	51.443.048,061	27.509.986,717
(-) ENCARGOS FINANCEIROS LIQUIDOS	61.712.660,791	38.701.849,922
(-) JUROS E VARIACÕES MONETÁRIAS PASSIVAS	351.301.966,782	141.555.766,588
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	102.394.042,535	26.572.543,570
(+) SALDO CREDOR CORREÇÃO MONETÁRIA	187.195.263,456	76.281.373,096
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	(10.269.612,730)	(11.191.863,205)
(+) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	1.532.615,745	22.669.230,947
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	524.182,946	22.697.848,124
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(9.261.179,931)	(11.220.480,382)

IJUI (RS), 31 DE DEZEMBRO DE 1985.

OSWALDO OLMIRO MEOTTI PRESIDENTE CPF: 028504780-91	CELSO BOLIVAR SPEROTTO VICE PRES.REG.PIONEIRA CPF: 012998670-49	NEDY RODRIGUES BORGES VICE-PRES.REG.MATO GROSSO CPF: 005407730-34	TANIO JOSE BANDEIRA VICE-PRES.REG.D.PEDRITO CPF: 175066620-00
ANTONINHO BOIARSKI LOPES SUPERINTENDENTE REG.PIONEIRA CPF: 061305500-49	LOTARIO BECKERT SUPERINTENDENTE REG.M.GROSSO CPF: 065308690-34	VALTER JOSE PÖTTER SUPERINTENDENTE REG.D.PEDRITO CPF: 131318000-97	CARLOS GILBERTO KRAUSE TECNICO CONTABIL CPF: 093483010-04 CRC RS 31.357

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS - EXERCÍCIO 1985 - SETORIAL

1.- REGIÃO PIONEIRA

1.1- TRIGO INDUSTRIA

RECEITAS	190.274.724,815
VENDAS	188.999.109,012
VENDAS DE RESÍDUOS	79.550,059
ARMAZENAGEM	1.104.511,219
FINANCEIRAS	91.554,525
CUSTO E DESPESAS	189.936.894,861
CUSTO DE VENDAS	187.595.505,034
DESPESAS GERAIS	2.341.389,827
REDITO	337.829,954

1.2- SEMENTE DE TRIGO

RECEITAS	9.944.898,522
VENDAS	7.261.231,300
TRANSFERÊNCIAS	2.509.418,287
FINANCEIRAS	174.248,935
CUSTO E DESPESAS	9.766.169,445
CUSTO DE VENDAS	6.045.437,426
CUSTO DE TRANSFERÊNCIAS	2.157.688,383
DESPESAS GERAIS	1.454.824,783
DESPESAS FINANCEIRAS	108.218,853
REDITO	178.729,077

1.3- SOJA INDUSTRIA

RECEITAS	341.703.828,587
EXPORTAÇÃO	72.905.649,288
VENDAS MERCADO INTERNO	204.837.326,765
VENDAS DE RESÍDUOS	39.176,700
TRANSFERÊNCIAS	60.965.350,682
FINANCEIRAS	2.956.325,152

CUSTO E DESPESAS	341.064.554,547
CUSTO DE VENDAS	250.124.752,263
CUSTO DE TRANSFERÊNCIAS	54.626.512,275
DESPESAS GERAIS	31.157.434,661
DESPESAS FINANCEIRAS	5.155.855,348
REDITO	639.274,040

1.4- SOJA SEMENTE

RECEITAS	35.867.182,975
VENDAS	19.067.825,649
TRANSFERÊNCIAS	16.657.595,481
FINANCEIRAS	141.761,845
CUSTO E DESPESAS	34.769.550,095
CUSTO DE VENDAS	14.994.432,676
CUSTO DE TRANSFERÊNCIAS	11.676.636,406
DESPESAS GERAIS	7.665.605,601
DESPESAS FINANCEIRAS	432.875,412
REDITO	1.097.632,880

1.5- MILHO

RECEITAS	6.507.621,255
VENDAS	3.132.404,141
TRANSFERÊNCIAS	3.307.289,563
FINANCEIRAS	67.927,551
CUSTO E DESPESAS	6.455.461,705
CUSTO DE VENDAS	2.709.652,160
CUSTO DE TRANSFERÊNCIAS	3.068.600,443
DESPESAS GERAIS	576.720,167
DESPESAS FINANCEIRAS	100.488,935
REDITO	52.159,550



1.6- FEIJAO PRETO

RECEITAS	961.082.895
VENDAS	253.837.916
TRANSFERENCIAS	698.304.864
FINANCEIRAS	8.860.115
CUSTO E DESPESAS	957.473.704
CUSTO DE VENDAS	226.766.995
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	651.131.286
DESPESAS GERAIS	64.115.587
DESPESAS FINANCEIRAS	15.459.836
REDITO	3.609.191

1.7- ARROZ

RECEITAS	521.455.272
VENDAS	129.982.095
TRANSFERENCIAS	382.613.062
FINANCEIRAS	8.860.115
CUSTO E DESPESAS	518.474.814
CUSTO DE VENDAS	118.766.996
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	356.956.448
DESPESAS GERAIS	35.021.452
DESPESAS FINANCEIRAS	7.729.918
REDITO	2.980.458

1.8- SORGO

RECEITAS	850.891.272
VENDAS	254.494.288
TRANSFERENCIAS	593.443.612
FINANCEIRAS	2.953.372
CUSTO E DESPESAS	837.034.708
CUSTO DE VENDAS	192.447.504
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	511.708.928
DESPESAS GERAIS	117.418.440
DESPESAS FINANCEIRAS	15.459.836
REDITO	13.856.564

1.9- CEVADA

RECEITAS	3.278.243.794
VENDAS	1.700.965.196
TRANSFERENCIAS	1.414.843.150
FINANCEIRAS	162.435.448
CUSTO E DESPESAS	3.064.330.750
CUSTO DE VENDAS	772.587.548
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	697.949.973
DESPESAS GERAIS	1.524.223.966
DESPESAS FINANCEIRAS	69.569.263
REDITO	213.913.044

1.10- LINHACA

RECEITAS	4.100.912.372
VENDAS	3.425.953.513
TRANSFERENCIAS	660.192.000
FINANCEIRAS	14.766.859
CUSTO E DESPESAS	4.069.751.233
CUSTO DE VENDAS	2.563.028.558
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	589.054.251
DESPESAS GERAIS	832.639.325
DESPESAS FINANCEIRAS	85.029.099
REDITO	31.161.139

1.11- COLZA

RECEITAS	653.545.974
VENDAS	293.795.035
TRANSFERENCIAS	353.844.195
FINANCEIRAS	5.906.744
CUSTO E DESPESAS	632.930.846
CUSTO DE VENDAS	190.945.158
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	262.851.823
DESPESAS GERAIS	171.403.947
DESPESAS FINANCEIRAS	7.729.918
REDITO	20.615.128

1.12- FORRAGEIRAS

RECEITAS	4.744.697.043
VENDAS	2.903.344.130
TRANSFERENCIAS	1.755.705.131

FINANCEIRAS	85.647.782
CUSTO E DESPESAS	4.487.018.396
CUSTO DE VENDAS	1.434.379.590
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	957.836.608
DESPESAS GERAIS	1.878.364.492
DESPESAS FINANCEIRAS	216.437.706
REDITO	257.678.647

1.13- HORTIGRANJEIROS

RECEITAS	11.001.159.397
VENDAS	7.737.291.829
TRANSFERENCIAS	3.204.800.132
FINANCEIRAS	59.067.436
CUSTO E DESPESAS	10.928.465.949
CUSTO DE VENDAS	6.051.608.805
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	2.821.887.838
DESPESAS GERAIS	1.985.400.043
DESPESAS FINANCEIRAS	69.569.263
REDITO	72.693.448

1.14- AVEIA

RECEITAS	3.036.674.291
VENDAS	2.150.505.850
TRANSFERENCIAS	868.448.210
FINANCEIRAS	17.720.231
CUSTO E DESPESAS	3.249.267.212
CUSTO DE VENDAS	1.534.704.085
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	863.177.529
DESPESAS GERAIS	766.356.499
DESPESAS FINANCEIRAS	85.029.099
REDITO	(212.592.921)

1.15- BOVINOS DE CORTE

RECEITAS	6.433.116.925
VENDAS	374.683.273
TRANSFERENCIAS	6.028.899.934
FINANCEIRAS	29.533.718
CUSTO E DESPESAS	6.572.961.284
CUSTO DE VENDAS	306.478.212
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	5.899.560.308
DESPESAS GERAIS	281.893.665
DESPESAS FINANCEIRAS	85.029.099
REDITO	(139.844.359)

1.16- LAS E FRUTOS DO PAIS

RECEITAS	606.972.551
VENDAS	4.980.500
TRANSFERENCIAS	593.131.936
FINANCEIRAS	8.860.115
CUSTO E DESPESAS	604.222.051
CUSTO DE VENDAS	3.184.209
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	578.432.885
DESPESAS GERAIS	22.604.957
REDITO	2.750.500

1.17- LEITE

RECEITAS	19.997.635.316
VENDAS	19.640.292.136
CUSTEIO	286.462.287
FINANCEIRAS	70.880.923
CUSTO E DESPESAS	20.097.319.752
CUSTO DE VENDAS	19.097.485.774
DESPESAS GERAIS	930.264.715
DESPESAS FINANCEIRAS	69.569.263
REDITO	(99.684.436)

1.18- SUINOS

RECEITAS	5.147.099.816
VENDAS	3.679.603.428
TRANSFERENCIAS	1.449.776.157
FINANCEIRAS	17.720.231
CUSTO E DESPESAS	5.126.109.620
CUSTO DE VENDAS	3.339.824.953

CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.457.279,493	1.25- SEMEN	RECEITAS	95.792,600
DESPESAS GERAIS	243.976,075		VENDAS	95.792,600
DESPESAS FINANCEIRAS	85.029,099		CUSTO E DESPESAS	193.949,641
REDITO	20.990,196		CUSTO DE VENDAS	71.209,083
1.19- FABRICA DE OLEO			DESPESAS	122.740,558
RECEITAS	28.086,753,151		REDITO	(98.157,041)
VENDAS	10.683.463,140	1.26- SACARIA	RECEITAS	2.627.955,293
TRANSFERENCIAS	15.739.836,931		VENDAS	869.237,364
EVENTUAIS	704,768		TRANSFERENCIAS	1.711.463,981
FINANCEIRAS	1.662.748,312		FINANCEIRAS	47.253,948
CUSTO E DESPESAS	27.829,785,144		CUSTO E DESPESAS	2.610,641,650
CUSTO DE VENDAS	6.947.403,225		CUSTO DE VENDAS	736.896,936
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	13.111.993,341		CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.711.463,981
DESPESAS GERAIS	3.889.969,711		DESPESAS GERAIS	108.171,307
DESPESAS FINANCEIRAS	3.880.418,867		DESPESAS FINANCEIRAS	54.109,426
REDITO	256.968,007		REDITO	17.313,643
1.20- FABRICA DE RACAO		1.27- D.A.M.S.	RECEITAS	3.373.161,283
RECEITAS	5.871,004,874		PRESTACAO DE SERVICOS	3.373.161,283
VENDAS	1.173.429,461		CUSTO E DESPESAS	3.682.991,016
TRANSFERENCIAS	4.399.284,863		DESPESAS	3.682.991,016
FINANCEIRAS	298.290,550		REDITO	(309.829,733)
CUSTO E DESPESAS	5.804,504,571		RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	4.500,346,339
CUSTO DE VENDAS	928.064,784	1.28- ENCARGOS FINANCEIROS	DESPESAS FINANCEIRAS REGIONAL	54.635.060,865
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	3.634.368,957		(-) RECEITA FINANCEIRA REGIONAL	18.476.293,858
DESPESAS GERAIS	670.056,893		DESPESAS FINANCEIRAS ADMINISTRACAO GERAL	82.033.932,567
DESPESAS FINANCEIRAS	572.013,937		(-) RECEITA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	11.760.065,009
REDITO	66.500,303		(-) SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA	84.911.771,504
1.21- CENTRAL DE MADEIRAS			DESPESAS FINANCEIRA LIQUIDA	(21.520,863,061)
RECEITAS	916,181,335		RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO	(17.020,516,722)
VENDAS	474.056,092	2.- REGIAO RIO GRANDE		
EVENTUAIS	131.580,586	2.1- TERMINAL	RECEITAS	33.477,137,139
TRANSFERENCIAS	292.824,426		PRESTACAO DE SERVICOS	31.566,096,424
FINANCEIRAS	17.720,231		EVENTUAIS	1.271.604,134
CUSTO E DESPESAS	886,017,553		FINANCEIRAS	639,436,581
CUSTO DE VENDAS	189.973,001		CUSTO E DESPESAS	32.405,026,696
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	184.479,388		DESPESAS GERAIS	27.291,453,000
DESPESAS GERAIS	511.565,164		DESPESAS FINANCEIRAS	5.113,573,696
REDITO	30,163,782		REDITO	1.072,110,443
1.22- INSUMOS		2.2- SOJA INDUSTRIA	RECEITAS	33.132,841,284
RECEITAS	58.291,866,463		EXPORTACAO	14.276,236,630
VENDAS	28.815,070,964		VENDAS MERCADO INTERNO	14.976,411,955
TRANSFERENCIAS	27.769,746,610		TRANSFERENCIAS	3.552,086,436
FINANCEIRAS	1.707,048,889		FINANCEIRAS	328,106,263
CUSTO E DESPESAS	57.649,872,643		CUSTO E DESPESAS	28.498,603,349
CUSTO DE VENDAS	22.117,820,220		CUSTO DE VENDAS	23.850,431,557
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	27.769,746,610		CUSTO DE TRANSFERENCIAS	3.579,181,014
DESPESAS GERAIS	4.778,557,441		DESPESAS GERAIS	814,766,988
DESPESAS FINANCEIRAS	2.983,748,372		DESPESAS FINANCEIRAS	254,223,790
REDITO	641,993,820		REDITO	4.634,237,935
1.23- LOJAS E MERCADOS		2.3- MERCADO	RECEITAS	5.900,310,108
RECEITAS	158.923,849,238		VENDAS	5.534,245,468
VENDAS DE MERCADORIAS	92.190,335,118		TRANSFERENCIAS	278,283,535
TRANSFERENCIAS	63.334,183,201		FINANCEIRAS	87,781,105
FINANCEIRAS	3.399,330,919		CUSTO E DESPESAS	5.686,291,336
CUSTO E DESPESAS	157,489,699,710		CUSTO DE VENDAS	3.970,284,308
CUSTO DE VENDAS	56.899,871,364		CUSTO DE TRANSFERENCIAS	278,283,535
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	63.352,833,041		DESPESAS GERAIS	1.359,618,594
DESPESAS GERAIS	28.672,246,092		DESPESAS FINANCEIRAS	78,104,899
DESPESAS FINANCEIRAS	8.564,749,213		REDITO	214,018,772
REDITO	1.434,149,528			
1.24- MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS				
RECEITAS	201,935,447			
VENDAS	58,912,790			
TRANSFERENCIAS	143,022,657			
CUSTO E DESPESAS	234,443,517			
CUSTO DE VENDAS	33,303,860			
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	143,022,657			
DESPESAS	58,117,000			
REDITO	(32,508,070)			

2.4- COLONIA DE FERIAS	
RECEITAS	184.459.541
VENDAS E HOSPEDAGEM	184.459.541
CUSTO E DESPESAS	336.436.737
CUSTO DE VENDAS	26.296.531
DESPESAS GERAIS	310.140.206
REDITO	(151.977.196)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	5.768.389.954

2.5- ENCARGOS FINANCEIROS	
DESPESAS FINANCEIRA REGIONAL	9.868.783.736
(-) RECEITA FINANCEIRA REGIONAL	2.846.058.489
DESPESA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	8.001.864.810
(-) RECEITA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	1.147.116.168
(-) SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA	12.429.765.493
DESPESAS FINANCEIRA LIQUIDAS	(1.447.708.396)
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO	4.320.681.558

3.- REGIAO DOM PEDRITO

3.1- TRIGO INDUSTRIA	
RECEITAS	2.302.534.885
VENDAS	2.273.208.190
ARMAZENAGEM	2.695.475
FINANCEIRAS	26.631.220
CUSTO E DESPESAS	2.270.788.894
CUSTO DE VENDAS	2.243.321.449
DESPESAS GERAIS	27.467.445
REDITO	31.745.991

3.2- TRIGO SEMENTE	
RECEITAS	784.832.582
VENDAS	681.971.738
TRANSFERENCIAS	50.490.000
FINANCEIRAS	43.370.844
CUSTO E DESPESAS	633.211.308
CUSTO DE VENDAS	440.308.005
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	59.490.000
DESPESAS GERAIS	133.413.303
REDITO	151.621.274

3.3- SOJA INDUSTRIA	
RECEITAS	22.963.095.645
EXPORTACAO	2.193.466.792
VENDAS MERCADO INTERNO	18.222.456.822
TRANSFERENCIAS	1.996.394.632
FINANCEIRAS	560.777.399
CUSTO E DESPESAS	22.017.270.107
CUSTO DE VENDAS	17.546.351.578
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	1.783.606.335
DESPESAS GERAIS	1.920.474.556
DESPESAS FINANCEIRAS	766.837.638
REDITO	945.825.538

3.4- SOJA SEMENTE	
RECEITAS	1.710.653.040
VENDAS	1.411.158.504
TRANSFERENCIAS	293.407.400
FINANCEIRAS	6.087.136
CUSTO E DESPESAS	1.508.177.385
CUSTO DE VENDAS	693.039.801
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	176.044.440
DESPESAS GERAIS	184.301.991
DESPESAS FINANCEIRAS	454.791.153
REDITO	202.475.655

3.5- MILHO	
RECEITAS	124.834.337
VENDAS	48.531.275
TRANSFERENCIAS	75.542.170
FINANCEIRAS	760.892
CUSTO E DESPESAS	135.610.086
CUSTO DE VENDAS	44.106.955
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	70.172.707

DESPESAS GERAIS	1.422.463
DESPESAS FINANCEIRAS	19.917.861
REDITO	(10.784.749)

3.6- ARROZ	
RECEITAS	119.608.439.597
VENDAS	83.589.063.995
TRANSFERENCIAS	35.096.413.614
FINANCEIRAS	922.961.988
CUSTO E DESPESAS	117.324.216.481
CUSTO DE VENDAS	57.570.496.499
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	25.630.169.865
DESPESAS GERAIS	19.018.555.440
DESPESAS FINANCEIRAS	15.104.994.677
REDITO	2.284.223.116

3.7- SORGO	
RECEITAS	1.014.776.610
VENDAS	677.844.105
TRANSFERENCIAS	333.128.045
FINANCEIRAS	3.804.460
CUSTO E DESPESAS	1.200.558.271
CUSTO DE VENDAS	537.726.183
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	249.900.774
DESPESAS GERAIS	57.729.454
DESPESAS FINANCEIRAS	355.201.850
REDITO	(185.781.661)

3.8- FORRAGEIRAS	
RECEITAS	1.252.437.672
VENDAS	723.764.477
TRANSFERENCIAS	423.670.100
FINANCEIRAS	105.303.095
CUSTO E DESPESAS	1.248.920.243
CUSTO DE VENDAS	664.262.450
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	296.667.470
DESPESAS GERAIS	65.574.212
DESPESAS FINANCEIRAS	222.416.111
REDITO	3.517.429

3.9- HORTIGRANJEIROS	
RECEITAS	214.988.209
VENDAS	89.023.465
TRANSFERENCIAS	122.921.176
FINANCEIRAS	3.043.568
CUSTO E DESPESAS	196.640.045
CUSTO DE VENDAS	60.056.293
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	102.505.950
DESPESAS GERAIS	30.758.159
DESPESAS FINANCEIRAS	3.319.643
REDITO	18.348.164

3.10- LAS	
RECEITAS	13.423.032.197
VENDAS	13.307.007.352
TRANSFERENCIAS	23.956.914
FINANCEIRAS	92.067.931
CUSTO E DESPESAS	13.126.423.813
CUSTO DE VENDAS	12.075.532.932
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	23.956.914
DESPESAS GERAIS	572.930.134
DESPESAS FINANCEIRAS	454.003.833
REDITO	296.608.384

3.11- FRUTOS DO PAIS	
RECEITAS	398.907.025
VENDAS	223.851.120
TRANSFERENCIAS	114.945.438
FINANCEIRAS	60.110.467
CUSTO E DESPESAS	311.320.670
CUSTO DE VENDAS	102.389.670
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	90.161.714
DESPESAS GERAIS	115.449.643
DESPESAS FINANCEIRAS	3.319.643
REDITO	87.586.355



3.12- FRIGORIFICO	
RECEITAS	56.694.946,304
EXPORTACAO	3.005.447,716
VENDAS MERCADO INTERNO	44.790.407,119
TRANSFERENCIAS	8.660.171,383
FINANCEIRAS	238.920,086
CUSTO E DESPESAS	55.704.480,059
CUSTO DE VENDAS	33.958.885,723
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	7.187.902,307
DESPESAS GERAIS	11.466.316,652
DESPESAS FINANCEIRAS	3.091.375,377
REDITO	990.466,245
3.13- INSUMOS	
RECEITAS	3.749.257,520
VENDAS	3.742.409,492
FINANCEIRAS	6.848,028
CUSTO E DESPESAS	3.653.036,823
CUSTO DE VENDAS	2.799.784,639
DESPESAS GERAIS	156.127,058
DESPESAS FINANCEIRAS	697.125,126
REDITO	96.220,697
3.14- MERCADOS	
RECEITAS	16.939.274,576
VENDAS	12.617.025,585
TRANSFERENCIAS	4.227.137,492
FINANCEIRAS	95.111,499
CUSTO E DESPESAS	17.186.027,808
CUSTO DE VENDAS	9.033.863,870
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	4.227.137,492
DESPESAS GERAIS	2.560.652,986
DESPESAS FINANCEIRAS	1.364.373,460
REDITO	(246.753,232)
3.15- SEMEN	
RECEITAS	433.082,153
VENDAS	433.082,153
CUSTO E DESPESAS	379.831,819
CUSTO DE VENDAS	219.358,695
DESPESAS GERAIS	160.473,124
REDITO	53.250,334
3.16- SACARIA	
RECEITAS	837.330,191
VENDAS	515.106,713
TRANSFERENCIAS	300.918,502
FINANCEIRAS	21.304,976
CUSTO E DESPESAS	580.263,148
CUSTO DE VENDAS	49.105,272
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	307.918,502
DESPESAS GERAIS	226.919,731
DESPESAS FINANCEIRAS	3.319,643
REDITO	257.067,043
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	4.975.636,583
3.17- ENCARGOS FINANCEIROS	
DESPESAS FINANCEIRAS REGIONAL	10.655.438,534
(-) RECEITA FINANCEIRA REGIONAL	5.422.116,344
DESPESAS FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	23.472.136,775
(-) RECEITA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	3.304.874,092
(-) SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA	30.194.595,995
RECEITA FINANCEIRA LIQUIDA	4.854.011,122
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO	9.829.647,705
4.- REGIAO MATO GROSSO DO SUL	
4.1- TRIGO INDUSTRIA	
RECEITAS	273.372.160,585
VENDAS	269.240.134,778
ARMAZENAGEM	2.127.337,509
FINANCEIRAS	2.004.688,298
CUSTO E DESPESAS	270.742.056,168

CUSTO DE VENDAS	267.594.547,176
DESPESAS GERAIS	3.147.508,992
REDITO	2.630.104,417
4.2- TRIGO SEMENTE	
RECEITAS	11.606.358,789
VENDAS	7.746.043,751
TRANSFERENCIAS	3.394.646,092
FINANCEIRAS	465.668,946
CUSTO E DESPESAS	10.459.300,477
CUSTO DE VENDAS	6.128.670,026
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	2.795.249,320
DESPESAS GERAIS	1.479.551,618
DESPESAS FINANCEIRAS	55.829,513
REDITO	1.147.053,312
4.3- SOJA INDUSTRIA	
RECEITAS	384.932.003,333
EXPORTACAO	71.829.513,368
VENDAS MERCADO INTERNO	210.961.910,396
EVENTUAIS	22.789.000,000
TRANSFERENCIAS	71.164.392,927
FINANCEIRAS	8.187.186,642
CUSTO E DESPESAS	379.694.277,173
CUSTO DE VENDAS	248.415.151,918
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	67.880.685,197
DESPESAS GERAIS	60.648.836,532
DESPESAS FINANCEIRAS	2.749.603,526
REDITO	5.237.726,160
4.4- SOJA SEMENTE	
RECEITAS	31.717.243,409
VENDAS	20.289.808,663
TRANSFERENCIAS	10.938.647,484
FINANCEIRAS	488.787,262
CUSTO E DESPESAS	30.550.812,172
CUSTO DE VENDAS	18.180.420,428
CUSTO DE TRANSFERENCIA	10.519.589,778
DESPESAS GERAIS	1.761.474,745
DESPESAS FINANCEIRAS	89.327,221
REDITO	1.166.431,237
4.5- MILHO	
RECEITAS	16.941.761,760
VENDAS	12.402.768,747
EVENTUAIS	2.130.000,000
TRANSFERENCIAS	2.177.809,848
FINANCEIRAS	231.183,165
CUSTO E DESPESAS	16.298.597,090
CUSTO DE VENDAS	11.383.570,930
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	2.149.838,119
DESPESAS GERAIS	2.656.320,490
DESPESAS FINANCEIRAS	108.867,551
REDITO	643.164,670
4.6- FEIJAO PRETO	
RECEITAS	672.359,887
VENDAS	190.559,870
TRANSFERENCIAS	475.194,784
FINANCEIRAS	6.605,233
CUSTO E DESPESAS	639.877,948
CUSTO DE VENDAS	117.702,454
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	419.917,300
DESPESAS GERAIS	79.926,389
DESPESAS FINANCEIRAS	22.331,805
REDITO	32.481,939
4.7- ARROZ	
RECEITAS	24.587.194,468
VENDAS	15.550.551,023
TRANSFERENCIAS	8.762.526,264
FINANCEIRAS	274.117,181
CUSTO E DESPESAS	21.635.904,290
CUSTO DE VENDAS	10.745.993,348
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	6.251.465,490

DESPEAS GERAIS	4.356.506,410
DESPEAS FINANCEIRAS	281.939,042
REDITO	2.951.290,178
4.8- SORGO	
RECEITAS	<u>1.810.776,551</u>
VENDAS	1.388.330,495
TRANSFERENCIAS	392.722,506
FINANCEIRAS	29.723,550
CUSTO E DESPESAS	<u>1.751.335,236</u>
CUSTO DE VENDAS	1.137.510,241
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	376.016,364
DESPEAS GERAIS	215.476,826
DESPEAS FINANCEIRAS	22.331,805
REDITO	59.441,315
4.9- FORRAGEIRAS	
RECEITAS	<u>1.421.895,839</u>
VENDAS	881.048,425
TRANSFERENCIAS	501.216,014
FINANCEIRAS	39.631,400
CUSTO E DESPESAS	<u>1.353.709,988</u>
CUSTO DE VENDAS	724.362,678
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	479.131,385
DESPEAS GERAIS	136.258,547
DESPEAS FINANCEIRAS	13.957,378
REDITO	68.185,851
4.10- INSUMOS	
RECEITAS	<u>30.054.740,800</u>
VENDAS	20.298.268,252
TRANSFERENCIAS	9.459.237,051
FINANCEIRAS	297.235,497
CUSTO E DESPESAS	<u>27.242.764,609</u>
CUSTO DE VENDAS	14.227.496,491
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	9.459.237,051
DESPEAS GERAIS	3.377.376,625
DESPEAS FINANCEIRAS	178.654,442
REDITO	2.811.976,191
4.11- MERCADOS	
RECEITAS	<u>53.880.408,731</u>
VENDAS	40.631.583,130
TRANSFERENCIAS	12.485.921,158
FINANCEIRAS	762.904,443
CUSTO E DESPESAS	<u>51.181.483,516</u>
CUSTO DE VENDAS	25.957.419,972
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	12.488.594,788
DESPEAS GERAIS	12.188.340,427
DESPEAS FINANCEIRAS	547.129,229
REDITO	2.698.925,215
4.12- SACARIA	
RECEITAS	<u>553.542,832</u>
VENDAS	235.299,867
TRANSFERENCIAS	311.637,732
FINANCEIRAS	6.605,233
CUSTO E DESPESAS	<u>593.416,348</u>
CUSTO DE VENDAS	183.701,879
CUSTO DE TRANSFERENCIAS	311.637,732
DESPEAS GERAIS	95.285,261
DESPEAS FINANCEIRAS	2.791,476
REDITO	(39.873,516)
4.13- D.A.M.S	
RECEITAS	<u>641.047,790</u>
PRESTACAO DE SERVICOS	641.047,790
CUSTO E DESPESAS	<u>675.516,146</u>
DESPEAS	675.516,146
REDITO	(34.468,356)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	19.372.443,613

4.14- ENCARGOS FINANCEIROS	
DESPEAS FINANCEIRA REGIONAL	23.841.993,618
(-) RECEITA FINANCEIRA REGIONAL	20.231.829,516
DESPEAS FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	84.068.974,727
(-) RECEITA FINANCEIRA ADMINISTRACAO GERAL	12.051.800,725
(-) SALDO CREDOR CORRECAO MONETARIA	59.659.130,464
DESPEAS FINANCEIRAS LIQUIDA	(15.968.207,640)
RESULTADO LIQUIDO DA REGIAO	3.404.235,973
RESULTADO OPERACIONAL REGIONAIS	534.048,514
5.- CENTRO DE TREINAMENTO CTC	
RECEITAS	<u>763.646,168</u>
PRESTACAO DE SERVICOS	763.646,168
CUSTO E DESPESAS	<u>763.646,168</u>
DESPEAS GERAIS	1.482.163,963
RATEIO	(718.517,795)
6.- RESULTADO COM BENS ATIVO IMOBILIZADO	
RECEITAS	<u>1.532.615,745</u>
VENDAS	502.913,762
OUTRAS RECEITAS	1.029.701,983
CUSTOS E DESPESAS	<u>524.182,946</u>
CUSTO VENDA BENS	524.182,946
REDITO	1.008.432,799
7.- PROVISAO PARA CREDITOS LIQUIDACAO DUVIDOSA	
REVERSAO	141.029,703
(-) FORMACAO	(6.834.835,623)
8.- CONTROLADAS E COLIGADAS	
RESULTADO DE CONTROLADAS E COLIGADAS	(6.928.965,821)
UTILIZACAO SOBRA A REALIZAR INVESTIMENTOS RELEVANTES	2.819.110,497
RESULTADO DO EXERCICIO	(9.261.179,931)

1JUI (RS), 31 DE DEZEMBRO DE 1985.

OSWALDO OLMIRO MEOTTI
PRESIDENTE
CPF: 028504780-91

CELSO BOLIVAR SPEROTTO
VICE PRES.REG.PIONEIRA
CPF: 012998670-49

NEDY RODRIGUES BORGES
VICE-PRES.REG.MATO GROSSO
CPF: 005407730-34

TANIO JOSE BANDEIRA
VICE-PRES.REG.D.PEDRITO
CPF: 175066620-00

ANTONINHO BOIARSKI LOPES
SUPERINTENDENTE REG.PIONEIRA
CPF: 061305500-49

LOTARIO BECKERT
SUPERINTENDENTE REG.M.GROSSO
CPF: 065308690-34

VALTER JOSE POTTER
SUPERINTENDENTE REG.D.PEDRITO
CPF: 131318000-97

CARLOS GILBERTO KRAUSE
TECNICO CONTABIL
CPF: 093483010-04
CRC RS 31.357

COOPERATIVA REGIONAL TRÍTÍCOLA SERRANA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.85

NOTA 01 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis foram as seguintes:

- 1.1. - A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída sobre as contas de Duplicatas a Receber e Créditos com Associados, em valores suficientes para cobrir possíveis perdas.
- 1.2. - Os estoques encontram-se avaliados com base nos seguintes critérios:
 - Produtos Agrícolas: ao preço de liquidação à nível de produtor;
 - Produtos Beneficiados e Produtos de Frigorífico: com base nos percentuais regressivos do preço de venda;
 - Produtos Industrializados: ao custo de produção;
 - Mercadorias, Insumos, Sacaria e Almojarifados: ao preço da última compra.
 Os estoques tributáveis encontram-se líquidos de ICM. Todos os valores são inferiores aos preços de mercado na data do balanço.
- 1.3. - Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no Patrimônio Líquido das controladas em 31.12.1985. Os investimentos em outras empresas estão valorizados ao custo de aquisição acrescidos de correção monetária, com base na variação da ORTN.
- 1.4. - Os bens integrantes do Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente pela variação da ORTN. As depreciações são calculadas sobre o custo corrigido pelo método linear, dentro dos limites permitidos pela Legislação Fiscal.
- 1.5. - Os valores arrolados no Permanente Diferido são corrigidos monetariamente pela variação da ORTN, sendo que o prazo para amortização está previsto para 5 anos.
- 1.6. - As obrigações junto às Instituições Financeiras, encontram-se com seus encargos apropriados até a data do encerramento do exercício social.
- 1.7. - O saldo credor da correção do balanço, foi integralmente reconhecido no resultado do exercício, visto ser inferior ao valor das variações monetárias e cambiais incorridas no período e contabilizadas como despesas financeiras.

NOTA 02 - ESTOQUES

A composição dos estoques em 31.12.85 apresentava a seguinte constituição:

EXISTÊNCIAS	Cr\$
Produtos Agrícolas	48.867.383.352
Produtos Pecuários	6.568.683.125
Produtos Industrializados	6.545.402.999
Produtos Beneficiados	1.431.636.578
Mercadorias - Insumos	20.922.969.258
Mercadorias - Lojas e Mercados	41.495.352.042
Comércio em Geral	7.508.627.467
Outros Estoques	4.050.828.684
TOTAL	137.390.883.505

NOTA 03 - INVESTIMENTOS

A - As participações em empresas controladas e coligadas, apresentam a seguinte posição:

EMPRESAS	COTRIEXPORT CIA. COM. INTERNACIONAL	INSTITUTO RIOG. FEBRE AFTOSA LTDA.	COTRIDATA PROC. DADOS LTDA.	HOSPITAL BOM PASTOR S/A.	TRANSCOOPER TRANSPORTE LTDA.
CAPITAL SOCIAL	3.900.000.000	8.930.000.000	850.000.000	705.380.034	300.000.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(5.107.989.505)	14.474.713.932	2.957.666.800	4.184.382.477	2.185.711.394
PARTICIPACÃO ACIONÁRIA	(3.422.148.648)	2.252.265.487	2.928.090.132	4.097.765.759	2.069.125.548
PARTICIPACÃO %	66,996	15,560	99,000	97,930	94,666
LUCRO LÍQUIDO	(8.196.295.920)	(1.144.088.193)	5.693.827	(1.330.145.030)	39.315.970
SALDO EM CONTA CORRENTE*	990.633.197	603.289.745	(224.478.998)	13.243.257	1.151.946.613
SALDO EM CLIENTES	-	-	-	11.803.945	8.843.396
PARTICIPACÃO DO ENCC %	52,350	-	-	-	-
PARTICIPACÃO DE TERCEIROS %	0,654	84,440	1,000	2,070	5,334

B - Os demais investimentos permanentes correspondem a:
 Participações em Cooperativas Centrais Cr\$ 23.463.797.971
 Participações p/Incentivos Fiscais Cr\$ 137.710.440
 Outras Participações Cr\$ 1.979.266.869

Nos saldos em Conta Corrente (*) devem ser considerados os valores da Cotricaymann 17.222.955.109 credor e Cotriexport Seguradora 11.668.226 devedor.



NOTA 04 - IMOBILIZADO
É a seguinte a posição dos valores em 31.12.85:

CONTAS	REGIÃO	PIONEIRA	RIO GRANDE	DOM PEDRITO	MATO GROSSO	TOTAL
TERRENOS		19.313.079.695	1.395.082.879	6.534.132.381	7.268.691.353	34.510.986.308
PRÉDIOS		418.323.268.559	308.037.788.836	85.281.327.626	323.397.641.154	1.135.040.026.175
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		14.896.790.487	2.019.395.348	2.124.491.427	5.146.300.545	24.186.977.807
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		56.668.771.363	83.094.792.070	17.036.879.318	58.573.521.957	215.373.964.708
INSTALAÇÕES		8.088.744.099	9.366.804.772	2.040.044.931	4.492.066.260	23.987.660.062
VEÍCULOS		6.493.139.445	1.646.274.232	2.931.660.664	2.706.713.578	13.777.787.919
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO		12.641.075.554	-	9.319.826.553	1.688.686.805	23.649.588.912
REFLORESTAMENTO		38.723.185	-	-	-	38.723.185
MARCAS E PATENTES		119.447.332	2.431.977	13.781.941	-	135.661.250
SEMOVENTES		23.345.896	-	14.048.670	-	37.394.566
EQUIPAMENTOS EM CONSTRUÇÃO		185.927.333	-	-	-	185.927.333
SOMA		536.792.312.948	405.562.570.114	125.296.193.511	403.273.621.652	1.470.924.698.225
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS		86.815.350.282	65.142.501.308	18.228.995.426	50.104.394.013	220.291.241.029
TOTAL		449.976.962.666	340.420.068.806	107.067.198.085	353.169.227.639	1.250.633.457.196

A CORREÇÃO MONETÁRIA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO FOI DE CR\$ 867.998.372.833 E AS DEPRECIACÕES MONTARAM A CR\$ 23.276.833.952.

NOTA 05 - FINANCIAMENTOS
Os financiamentos apresentam a seguinte composição:

FINALIDADE	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
CAPITAL DE GIRO	109.758.828.009	143.922.318.429	253.681.146.438
SAFRAS	21.415.710.033	-	21.415.710.033
REPASSE	29.777.938	33.367.388	63.145.326
IMOBILIZADO	1.458.330.080	6.636.666.649	8.094.996.729
TOTAL	132.662.646.060	150.592.352.466	283.254.998.526

Os empréstimos foram contratados a encargos financeiros que variam de 10% a.a., à variação monetária mais juros de 3% a 26% a.a.
Os financiamentos a longo prazo apresentam vencimento a partir de janeiro de 1987 à novembro de 1997.
As garantias oferecidas compreendem hipoteca, NP, penhor e aval dos Diretores.

NOTA 06 - CAPITAL SOCIAL
O Capital Social Integralizado e sua respectiva evolução apresenta a seguinte composição:

REGIÕES	FORMAS DE CAPITALIZAÇÃO	ATÉ 31.12.84	CAPITALIZAÇÃO NO PERÍODO	ATÉ 31.12.85	% DE VARIACÃO
PIONEIRA	INTEGRALIZAÇÕES	4.381.008.105	10.520.628.530	14.901.636.635	240,14
	CORREÇÃO	9.430.582.853	28.870.941.757	38.301.524.610	306,14
	SOMA	13.811.590.958	39.391.570.287	53.203.161.245	285,21
DOM PEDRITO	INTEGRALIZAÇÕES	794.364.702	3.310.582.981	4.104.947.683	416,76
	CORREÇÃO	2.778.716.236	7.579.179.160	10.357.895.396	272,76
	SOMA	3.573.080.938	10.889.762.141	14.462.843.079	304,77
MATO GROSSO	INTEGRALIZAÇÕES	3.104.005.177	10.239.014.618	13.343.019.795	329,86
	CORREÇÃO	6.903.225.197	20.732.627.753	27.635.852.950	300,33
	SOMA	10.007.230.374	30.971.642.371	40.978.872.745	309,49
SUB-TOTAL	INTEGRALIZAÇÕES	8.279.377.984	24.070.226.129	32.349.604.113	290,73
	CORREÇÃO	19.112.524.286	57.182.748.670	76.295.272.956	299,19
	SOMA	27.391.902.270	81.252.974.799	108.644.877.069	296,63
REALIZADO POR FINANCIAMENTO		11.190.677.938	4.536.722.501	15.727.400.439	40,54
TOTAL		38.582.580.208	85.789.697.300	124.372.277.508	222,35

NOTA 07 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS
Permanece pendente de julgamento o crédito de ICM referente exportação de farelo de soja, ocorrido em 1984, no valor de Cr\$ 10.002.636.719, conforme já foi divulgado na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis do exercício de 1984.

NOTA 08 - RESULTADO INFLACIONÁRIO
O saldo credor da correção do Balanço foi apropriado no resultado do exercício da seguinte forma:

Regional Pioneira	Cr\$ 84.911.771.504
Regional Rio Grande	Cr\$ 12.429.765.493
Regional Dom Pedrito	Cr\$ 30.194.595.995
Regional Mato Grosso do Sul	Cr\$ 59.659.130.464
TOTAL	Cr\$ 187.195.263.456

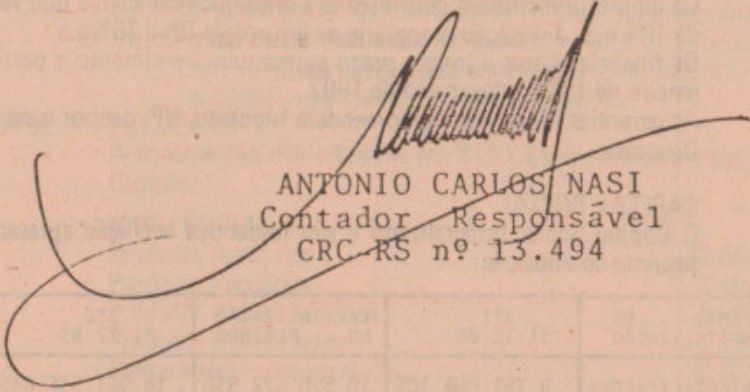
PARECER DOS AUDITORES
20 de fevereiro de 1986

Ilmos. Srs.
Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da
COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUI
Ijuí - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUI, encerrados em 31 de dezembro de 1985 e 1984 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas dos exercícios findos naquelas datas. Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, conseqüentemente, incluíram as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.
2. As demonstrações contábeis das empresas controladas, Cotridata Processamento de Dados Ltda., Hospital Bom Pastor S.A. e Transcooper Transportes Ltda., encerradas em 31 de dezembro de 1985, tomadas como referência para efeitos de equivalência patrimonial não foram auditadas por auditores independentes.
3. As demonstrações contábeis da empresa controlada, Cotriexport Cia. de Comércio Internacional, encerradas em 31 de dezembro de 1985, tomadas como referência para efeitos de equivalência patrimonial foram por nós auditadas, conforme Parecer emitido em 17 de fevereiro de 1986, onde mencionamos o não reconhecimento no seu resultado da despesa financeira de Cr\$ 11.169.138.482, decorrente da atualização do valor da ORTE correspondente ao mês de dezembro de 1985, relativa a parcelamento de ICM.
4. A Cooperativa com base nas normas contábeis em uso no País reconheceu no resultado do exercício o valor de Cr\$ 187.195.263.456, correspondente ao saldo credor da correção monetária de balanço, conforme está descrito nas notas explicativas nºs "1.7" e "8".
5. Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado nos parágrafos 2 e 3 acima e sujeito ao descrito na nota explicativa nº 7, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, lidas em conjunto com as notas explicativas do Conselho de Administração, representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA. - COTRIJUI, em 31 de dezembro de 1985 e 1984, e os resultados de suas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de maneira uniforme nos períodos.

NARDON, NASI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RS nº 542 - OCB nº 015

ANTONIO CARLOS NASI
Contador Responsável
CRC - RS nº 13.494

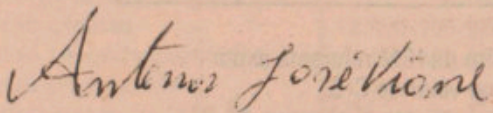


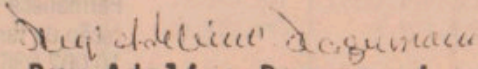
ANTONIO CARLOS NASI
Contador Responsável
CRC-RS nº 13.494

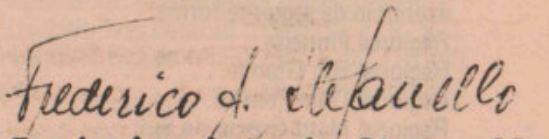
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Artigo 52^o do Estatuto Social da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda., reuniu-se nesta data o Conselho Fiscal desta entidade, a fim de proceder ao exame do balanço, demonstração de sobras e perdas e todos os documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1985. Com base no parecer de NARDON, NASI & CIA. - Auditores Independentes e, tendo examinado todos os documentos, encontramos tudo em ordem e emitimos o nosso parecer favorável, recomendando à Assembléia Geral a sua aprovação.

Ijuí (RS), 26 de fevereiro de 1986/mcs


Antenor José Vione


Ruy Adelino Raguzzoni


Frederico Antonio Stefanello



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Coordenação Maria Aparecida Pereira Mendes

Março, tempo de estudar e aprender coisas novas

Oi, pessoal. Como é que passaram o Carnaval e as férias? Bem, agora que a folia já terminou e as aulas começaram de verdade, vamos nos organizar, preparando todo o material escolar.

Alguns estão contentes por passar de ano, outros aborrecidos por não ter conseguido superar esta fase. Mas 86... é outro ano e promete muito. Vamos entrar com entusiasmo e otimismo. Esperamos que este ano se inicie com atividades bem programadas e cheio de experiências significativas, que certamente farão vocês crescerem.

Uma das coisas mais gostosas da volta às aulas, é sem dúvida nenhuma, o reencontro com os colegas. Ah! Quantas novidades temos para contar e ouvir. E cada um quer falar mais que o outro. Todos querem brincar.

— Vá correndo “matar” as saudades dos seus amigos, que há dois meses você não encontrava. E como é gostoso brincar novamente com a turma da classe.

Mas, de repente... a sineta!

O silêncio. Rostos curiosos.

Quem será a nova professora? É o primeiro encontro...

Esperamos que sua professora seja legal: firme no propósito de fazer o melhor e aberta às sugestões da turma. Que seu ano escolar seja de grande proveito.

Agora, depois que você já curtiu bem a volta à escola, o Cotrisol tem uma porção de sugestões para você ler: “Óculos para Luzia” e alguns textos produzidos por crianças inteligentes. Ah... e um convite a você para que escreva cartas ao Cotrisol e a outras pessoas.

Escrever cartas pode parecer um bicho de sete cabeças, mas é apenas uma questão de criar o hábito. Você pode aproveitar este início das aulas, para começar a escrever cartas a seus amigos. Assim, estará criando um novo hábito.

E quantas coisas você terá para contar!

Durante as férias sempre acontecem muitas coisas: passeios feitos com a família, filmes, brincadeiras com amigos... etc. Quem viajou terá muito o que contar: novas amizades, lugares novos e bonitos, descobertas, experiências que realizaram...

Já pensou quanta coisa interessante vai ser colocada nas cartas. Também não é difícil descobrir para quem você vai mandar suas cartas: pode escrever para a tia Cida, que é responsável pelo Cotrisol, que ela publica o que vocês escreverem. Você também pode escrever para um colega que mudou de bairro, cidade ou escola, ou um amigo que você conheceu durante as férias, ou a um parente que você visitou ou a quem você não vê há muito tempo, ou ainda a um professor do ano passado. Tanta gente!

Você pode escolher se quer escrever um bilhete ou uma carta. O bilhete é mais curtinho: transmite um recado.

A carta é mais longa porque conta vários acontecimentos e dá mais detalhes dos fatos.

Ao começar a carta ou bilhete, você deve colocar no alto da folha o nome do lugar, da cidade de onde você está escrevendo,

seguido da data.

Depois, você coloca o nome da pessoa a quem está se dirigindo. Se você escrever para um amigo, pode usar seu apelido. Seguindo, é só ir contando as novidades. Preste atenção na grafia das palavras, na escrita correta das frases e na pontuação, coloque as vírgulas e os pontos finais nos seus devidos lugares.

No final, não esqueça de assinar. Se a pessoa a quem você está escrevendo não sabe qual é o seu endereço, será bom você colocá-lo no canto esquerdo inferior da última página de sua carta. Isto vai facilitar quando ela lhe mandar a resposta.

Agora, o envelope:

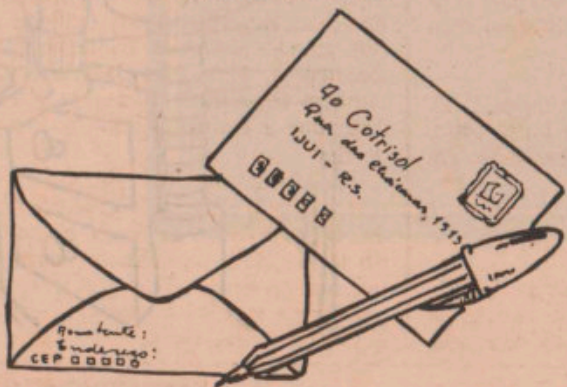
No envelope é preciso colocar o nome completo, o endereço e o nome da cidade onde mora o destinatário (que é a pessoa para quem você está mandando a carta), além da sigla do Estado onde essa cidade fica.

O importante ao fazer um envelope é incluir o CEP, que é o Código de Endereçamento Postal, sem o qual a carta demora para chegar ao destinatário.

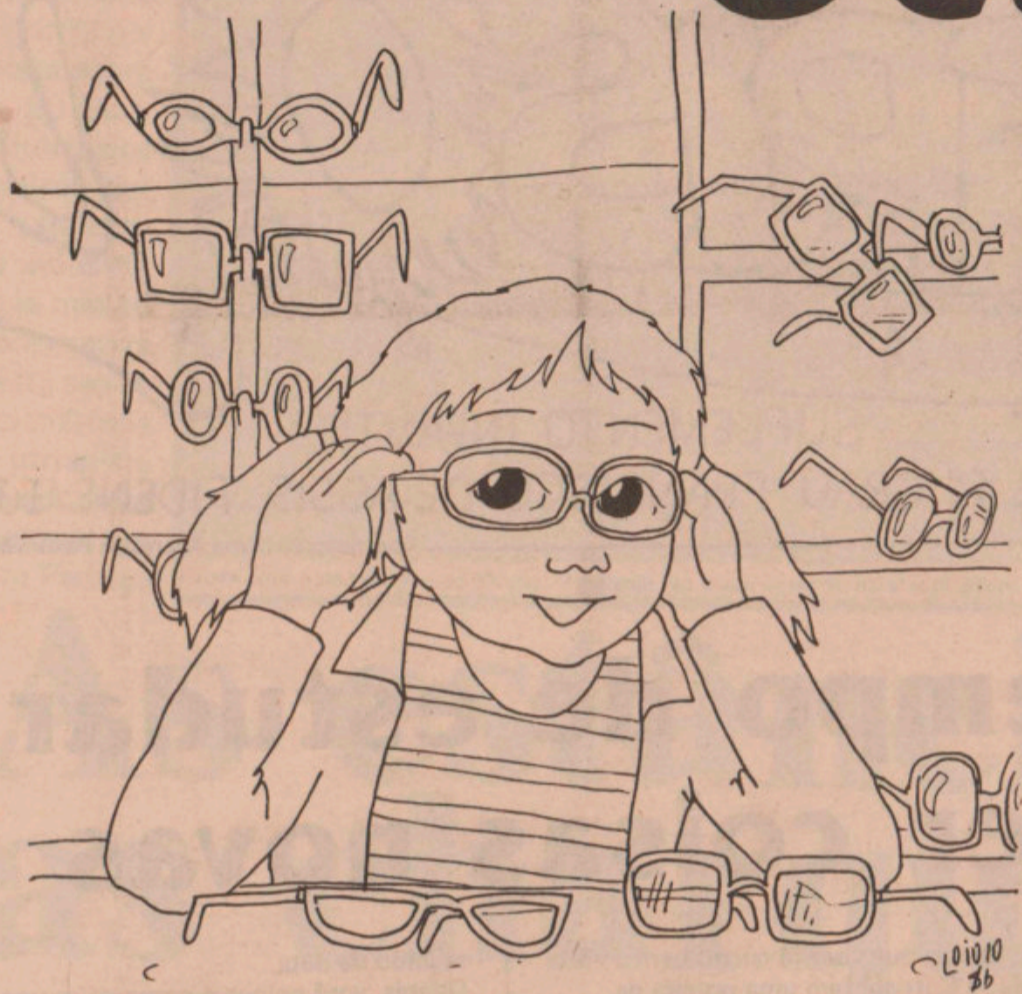
Isso tudo vai na frente do envelope. E agora que você já escreveu tudo o que vai nesse lado, vire o envelope e na parte inferior escreva os seus dados. Muitos envelopes têm uma indicação: “Remetente” (que quer dizer quem manda a carta). Em seguida você coloca seu nome inteiro, seu endereço completo (com CEP, nome da cidade e sigla do Estado).

Agora pegue uma caneta e um pedaço de papel — pode ser uma folha do caderno mesmo, e comece a escrever...

Irene Lorenzoni Lucchese
Professora da EFA



Óculos pa



Texto de Vassilissa

Ilustrações: Vladinei Weschenfelder

Que menina gozada, a Luzia!

Vive no mundo da lua.

Luzia vai para a escola.

— Olha só o Carlos engatinhando na calçada!

Será que está procurando a bola?

— Oj, Carlos — diz Luzia.

— Au, au! — responde Carlos.

Não é Carlos nem nada. É um cachorro.

Luzia se esforça ao máximo na aula.

Mesmo assim, a professora não está satisfeita:

— Preste mais atenção, Luzia!

Veja bem no quadro-negro:

Estamos falando de BOLAS e não de BOTAS!

E aqui não é um 3, é um 5, cabecinha de vento!

Além disso, não se debruce tanto, não é com o nariz que se escreve!

Todo mundo ri, menos Luzia.

De volta para sua casa, Luzia vê sua avó ao longe.

Vovó mora numa cidade distante, no interior, e quase nunca aparece.

— Que bom! Vovó chegou. . . Vovó!

E Luzia corre para se atirar nos braços de sua avó.

Coitada! Não é vovó, é uma desconhecida que se parece com ela.

Quando Luzia percebe já está nos braços da espantada senhora!

Marcelo, como todo irmão maior, zomba de

sua irmãzinha:

— Como é Luzia, a cabeça até pensando muito?

Quando fechar o livro, não vá se esquecer o nariz dentro!

Mas o pai diz muito sério:

— Não resta dúvida que Luzia se debruça demais sobre os livros.

Será que ela enxerga direito?

Acho bom levá-la ao oculista.

O consultório do oculista é cheio de aparelhos estranhos.

A menina fica impressionada, mas até que é bom sentir-se importante. . .

O oculista examina os olhos de Luzia, com muito cuidado.

Não dói de jeito nenhum.

Luzia tapa primeiro o olho esquerdo, depois o olho direito, enquanto soletra grandes letras que ficam cada vez menores.

— Muito bem, Luzia, já acabou. Você é um pouco míope, ou melhor, você só vê direito de muito perto. . .

Não chega a ser como seu pai, mas vai ter que usar óculos.

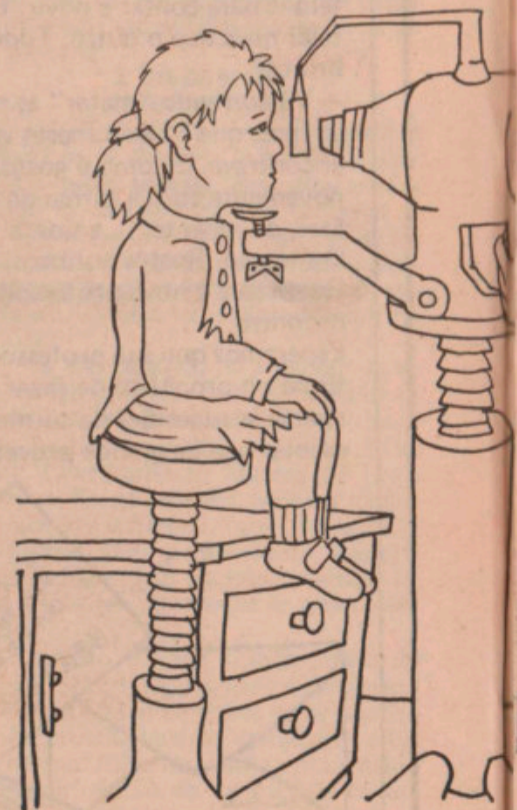
O oculista rabisca alguma coisa numa folha de papel: é a receita.

Na rua, Luzia pergunta:

— Por que ele não me deu os óculos?

— Porque ele é médico e não fábrica óculos, explica seu pai.

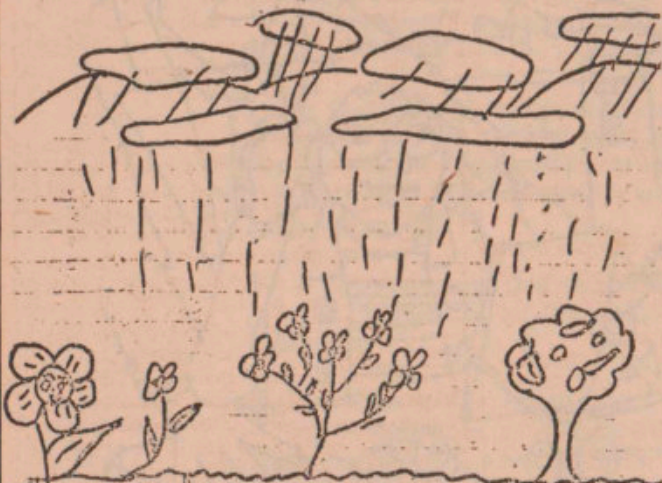
Vamos agora a uma ótica.



Página do leitor

Pois é, pessoal, estamos de volta para mais um ano de trabalho. Esperamos poder contar com todos vocês, leitores do Cotrisol.

A partir de agora, estamos esperando as histórias, desenhos, sugestões de brincadeiras, enfim, tudo o que vocês acharem interessante e quiserem nos mandar. Um abraço, Cida.



Aluna: Elis Sandro Ketzer 3ª série 11 anos.
E.M. Cristóvão Colombo, Vila São Pedro,
Cel. Bicaco. Professora: Terezinha Prates.

O GALO PAPUDO

Era uma vez um galo. O nome dele era Papudo. Ele "enticava" com os outros e depois corria, deixando os outros companheiros sozinhos. Daí a vida desse galo foi passando, só "enticava" e corria.

Um dia ele queria sair, os outros galos, companheiros dele, não quiseram ir com o Papudo. Ele foi sozinho e se encontrou com outros. Ele não conseguiu escapar. Os outros pagaram o Papudo e beliscaram todo ele.

O dono do Papudo teve que matá-lo. Os outros tinham machucado todo ele.

Pedro L. da Cruz - 3a. série - 11 anos
Esc. Mun. Cristóvão Colombo - Vila São Pedro -
Cel. Bicaco - Prof. Terezinha Prates.

HISTÓRIA DE UM REI

O galo é chamado rei. Ele é o rei do terreiro. Também é chamado cantor, porque ele canta de madrugada. O galo anuncia a madrugada. Ele canta quando aponta a estrela Dalva.

Jossane Barcelos - 2a. série - 9 anos.
E.M. Cristóvão Colombo - Vila São Pedro -
Cel. Bicaco.



"Eu gostaria tanto que chovesse,
senão as plantas morrem."
- Rozinei Amaral da Cruz - 6 anos
Pré-ecolar Uovó Gracialina Cel. Bicaco

O GALO

Era uma vez um lindo galinho carijó. Andava triste porque ele não tinha uma companheira. Certo dia ele andava só, pelo pátio. De repente apareceu uma galinha carijó. Foi aí que ele se apaixonou e resolveu mudar de vida.

Fez uma linda canção para sua companheira: - Có, có, ró, có. E assim seguiram juntos para sempre.

Elis Sandro Ketzer - 11 anos - 3a. série
E.M. Cristóvão Colombo - Vila São Pedro -
Cel. Bicaco.

AS NUVENS

Como é bom ter nuvens no céu. Elas nos trazem a chuva gostosa. As chuvas são as lágrimas das nuvens, que caem sobre nós, sobre as plantas e os animais.

Por isso, Deus nosso senhor criou o céu e a terra. Na terra nós plantamos para nosso sustento. É lá no céu que caem as águas das nuvens, para que as plantas cresçam e produzam. As nuvens são muito importantes pois elas são nossas amigas.

Lea da Cruz - 10 anos - 3a. série
E.M. Cristóvão Colombo - Vila São Pedro -
Cel. Bicaco.

E! GALINHO VALENTE

Psii! Vocês conhecem a história do galinho valente? Pois vou contar. Se ele vai passando e a gente encosta a mão nele, ele já grita: Chato! Não me encoste essa mão preta, porque senão eu vou ficar preto.

- Não vai ficar preto, pois estou com minha mão limpa.

Um dia ele encontrou um amigo conversando com sua namorada. Quando viu, ficou bravo, deu um tapão no ouvido do outro. Só de ciúmes! O outro disse para ele:

- Um dia você encontrará alguém que faça você acabar com essa valentia e ciúmes, ouviu?

- Ouvi muito bem! E a sua namorada disse:

- Eu nunca mais vou te querer, valentão e ciumento. Ele ficou ali triste, pensando: - O que vai ser de mim?...

Logo passou um lagartão e surrou ele, só com o rabo.

Então, sofrendo assim, arrependeu-se e acabou todo o seu ciúme e sua valentia.

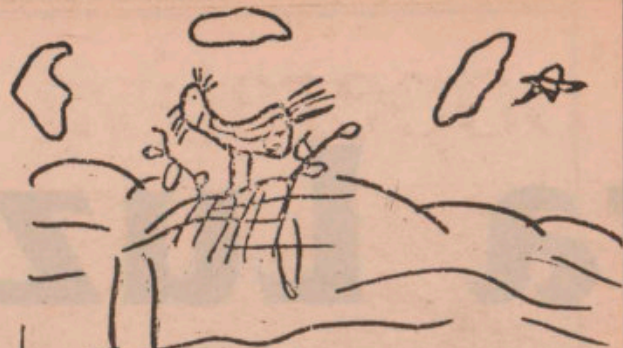
Verônica B. Bueno - 11 anos - 3a. série
E.M. Cristóvão Colombo - Vila São Pedro
Cel. Bicaco.

A UNIÃO FAZ A FORÇA

Era uma vez uma linda nuvenzinha que andava lentamente pelo lindo céu azul. Um dia apareceram outras nuvens e aí resolveram se encontrar num certo lugar, pois queriam ver uma a outra.

Depois de uma longa viagem perceberam que tinham tudo para ser uma só, unidas. Então resolveram derramar suas lágrimas juntas, para que a natureza sentisse o sabor daquela união. Quando as suas lágrimas foram derramadas, as flores sorriam, sorriam e as plantas cresciam.

Elis Sandro Ketzer - 3a. série - 11 anos
E.M. Cristóvão Colombo - Vila São Pedro -
Cel. Bicaco.



Aluna: Jossane Barcelos, 2ª série
Prof. Terezinha Prates.

HISTÓRIA DE UMA PLANTINHA

Eu era uma sementinha
Que o vento levou.
De terra então me cobriram
E o tempo passou.

Assobiando com o vento
A chuva chegou.
Depois o calor do sol
Cresceu, aumentou.

Um talo muito verdinho
Da terra brotou
E veio um monte de folhas
Que a flor preparou.

Bem devagarinho
Em fruto, a flor se mudou.
Do fruto, a nova semente,
À terra voltou!
Rosimeri Batista Nascimento - 13 anos
Esquina São João - Cel. Bicaco.

OBRAS DE DEUS

Tudo o que existe no mundo foi criado por Deus. Os animais, as matas, os rios, as pessoas, o céu, a terra, as flores...

E como vemos, o homem está destruindo a obra de Deus: desmatando, caçando os animais, usando inseticidas nas lavouras, envenenando as águas, poluindo o ar com queimas desnecessárias das palhas dos produtos. As palhas deveriam ficar nas lavouras para evitar a erosão que aos poucos vai deixando nossa terra pobre e sem força para produzir nossos alimentos.

Imaginem vocês, se no Rio Grande ou no nosso país não existissem pessoas ajudando a conservar a natureza, com certeza já estaríamos vivendo num deserto.

Nós, como cristãos, devemos também lutar para defender a obra de Deus.

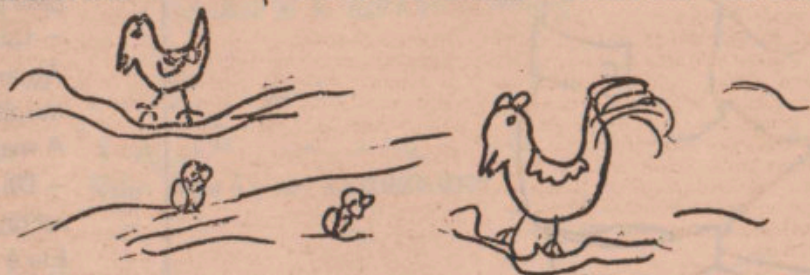
Hermogênio da Cruz Bueno - 4a. série -
Prof. Maria Heloisa Bueno
Esc. José de Anchieta - Coxilha Alta - Cel. Bicaco

APELO AOS IRMÃOS

Meu amigo, não destrua as matas, não derrube mais árvores no Rio Grande do Sul.

Vamos cuidar da natureza rio-grandense para que ela não seja destruída. Muita gente só quer derrubar as matas para plantar soja, achando que as plantas dão muito dinheiro. Vamos lutar para que as florestas e os animais do Rio Grande não sejam destruídas.

Eva Sueli da Silva - 4a. série - 13 anos
Esc. José de Anchieta - Coxilha Alta - Cel. Bicaco.



Aluna: Elis Sandro Ketzer, 11 anos, 3ª série
E.M. Cristóvão Colombo
Vila São Pedro, Cel. Bicaco P.S.
Professora: Terezinha Prates

ra Luzia

O balconista lê a receita.

— Pois não. Vou encomendar as lentes, mas antes é melhor escolher a armação. Que tipo você gosta mais? Temos várias para escolher.

Luzia queria uma bem redondinha. Sobretudo bem resistente — diz o pai. Luzia escolhe, afinal, um par de óculos não muito redondos.

“O importante — pensa ela — é usar os óculos”.

— Vão ficar prontos na sexta-feira — promete o vendedor.

“Puxa! É bem complicado usar óculos!” — pensa Luzia que já contava sair com eles em cima do nariz.

Chega sexta-feira. Luzia recebe os óculos e os experimenta compenetrada. Dão uma coceirinha no nariz.

Apertam um pouco nas orelhas. Ofuscam um pouco a vista.

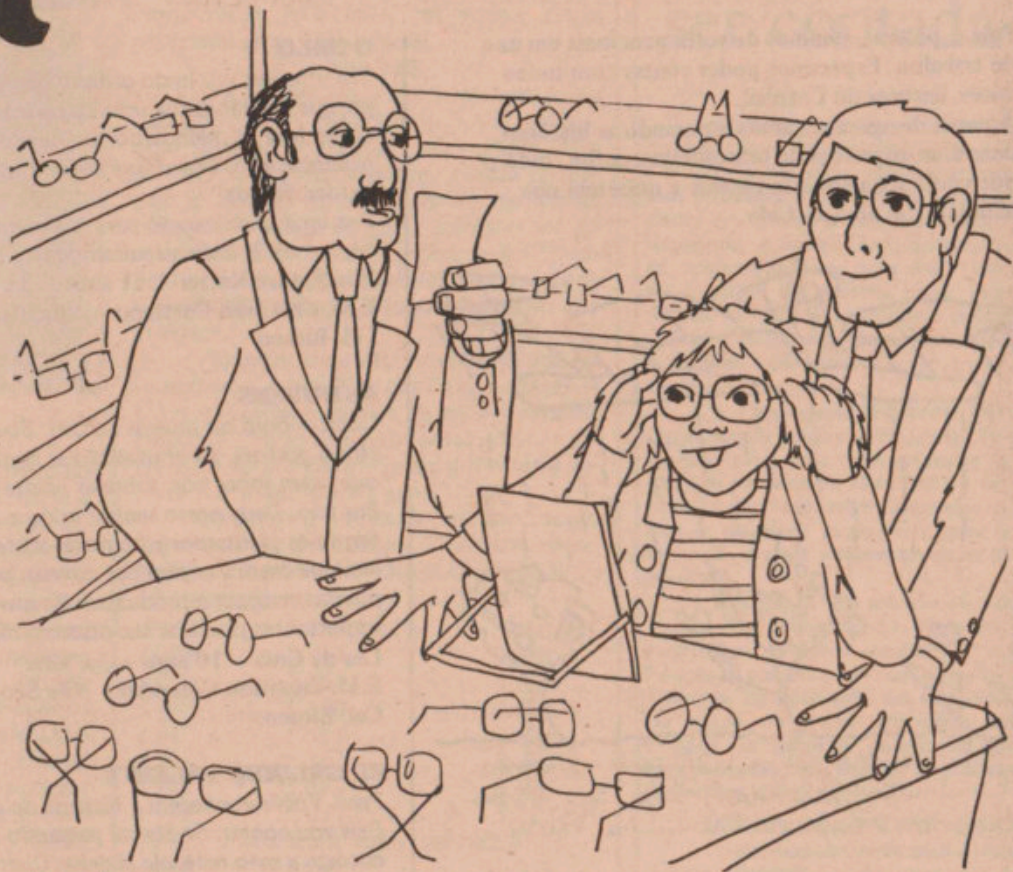
— Está tudo tão engraçado! — diz ela.

E pisca os olhos que nem coruja à luz do dia. Como ficou claro de repente!

Lá fora, então, parece que as coisas mudaram.

Tudo brilha como se alguém tivesse encerado a rua inteira.

— Que bom, mãe! Estou vendo todas as folhas das árvores, até as que ficam no alto dos galhos. E vejo também os pardais bebendo água na fonte. E as pessoas do



tamanho de uma formiga, lá longe, no fim da rua.

Luzia vai de descoberta em descoberta. Ela se diverte lento tudo o que está escrito na rua: letreiros, cartazes, placas.

— Tá, não sabia que a rua do padeiro se chamava “Bola de Ouro”

E eu que passo por ela todo dia!

Luzia está orgulhosa porque anda de óculos como seu pai.

Mal se reconhece no espelho da entrada de casa.

Quer ficar séria, mas não consegue deixar de rir.

Mesmo assim, acha que se tornou muito sisuda.

Está doída que chegue amanhã para estrear os óculos na escola.

É noite. As luzes se acendem.

— Viu, pai, quando estou sem óculos vejo as luzes como manchas que se misturam.

E quando ponho os óculos...

As luzes ficam pequenas e brilhantes... como cabeças de alfinete.

É assim também com você, pai?

— É. Acontece o mesmo comigo.

A gente descobre coisas quando põe óculos pela primeira vez.

— Luzia, agora está na hora de ir pra cama.

Amanhã você recomeça a descobrir o mundo...

A menina faz que não ouve:

— Da próxima vez que vovó vier aqui, vou reconhecê-la de longe...

Ela é que não vai me reconhecer com esses óculos!

Luzia fecha as cortinas de má vontade, murmurando com ar sonhador:

— Nunca pensei que o céu tivesse tantas estrelas...

